

ANAIS DE TEXTOS COMPLETOS

CULTURAS POPULARES, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SALVADOR - BAHIA





10 a 12 de setembro de 2025

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



COMITÊ CIENTÍFICO

Presidente

PEDRO RODOLPHO JUNGERS ABIB – Universidade Federal da Bahia

Integrantes

ALEXANDRA G. DUMAS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
BRUNO OTÁVIO DE LACERDA ABRAHÃO – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ELIANE FÁTIMA BOA MORTE DO CARMOS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BAHIA
ELIZIA CRISTINA FERREIRA – UNILAB
FELIPE MILANEZ – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FRANCISCO ANTONIO NUNES NETO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
LUIS VITOR CASTRO JUNIOR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
MARTA ALENCAR DOS SANTOS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PAULO CÉSAR DA SILVA GONÇALVES –
RAMON CAPELLE – UNILAB
REGINALVA DOS SANTOS BRUNO – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ROBERTO REMÍGIO FLORÊNCIO – CEFET/PE
SOLANGE APARECIDA ALMEIDA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

PEDRO RODOLPHO JUNGERS ABIB – Universidade Federal da Bahia

Integrantes

Adélia Lorena Alcântara Aleluia Silva – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Anabell Sylvia Castro – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Cassi Ladi Reis Coutinho - Centro de Culturas Populares e Identitárias – SECULT-BA
Clara Solano Maciel de Freitas – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Clara Lua Oliveira Sena – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Daniele do Nascimento Silva – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Diego Cruz Argolo – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Emanuelle Soares dos Santos Souza – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Everton Machado Paim de Oliveira – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Giulia Ventura Dias de Freitas – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
José Semedo Júnior – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Letícia Paulina Dias Barbosa – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Lisah Pereira Melo – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Luis Henrique Silva Reis – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Marcele Santos da Silva – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Maria Antônia Kormann Itiberê da Cunha – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Matheus Nascimento Ferreira – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Pedro Gabriel Costa Lima – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Reginalva dos Santos Bruno – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rosenilda Sousa – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Vívian Gabriele de Brito Carneiro – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Realização

GRUPO DE PESQUISA GRIÔ: CULTURAS
POPULARES, ANCESTRALIDADE E
EDUCAÇÃO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DA UFBA

Apoio

Pró Reitoria de Extensão UFBA
Faculdade de Educação UFBA
Programa de Pós Graduação em
Educação UFBA
Escola de Dança UFBA
EDUFBA
Secretária de Turismo, Cultura,
Esporte e Lazer de Nilo Peçanha
Garcia Delicatessen

Patrocínio

Governo do Estado da
Bahia
Fundação Cultural –
FUNCEB
Embasa



ANAIS

Salvador
UFBA
2025

© 2025, autores
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Rodrigo Oyarzábal Schlabitx

Capa
Maria Clara Cadidé

Editoração
Zeta Studio

Sistema Universitário de Bibliotecas - SIBI/UFBA

Seminário Griô (6. : 2025 : Salvador, BA).
[Anais do] VI Seminário Griô : culturas populares, territórios &
encruzilhadas, 10 a 12 de setembro de 2025 / Grupo de Pesquisa Griô:
Culturas Populares, Ancestralidade e Educação. - Salvador : UFBA / FAGED /
Grupo Griô, 2025.
137 p.

Bibliografias
ISBN: 978-65-5631-208-8

1. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação - Congressos.
2. Cultura popular na educação - Congressos. 3. Pluralismo cultural - Brasil.
4. Integração social – Brasil. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Educação. Grupo Griô : Culturas Populares, Ancestralidade e Educação. II.
Título.

CDU 316.722(813.8)
CDD 306.098142

Elaborada por Selma Matos / CRB-5: BA-001001

GRUPOS DE TRABALHO DO V SEMINÁRIO GRIÔ

Coordenadores/as

GT 01

Culturas Populares e Corporeidade

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Paulo César da Silva Gonçalves –

GT 02

Culturas Populares e Linguagens Artísticas

Alexandra G. Dumas – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Elizia Cristina Ferreira – UNILAB

GT 03

Culturas Populares e Educação Formal

Eliane Fátima Boa Morte Do Carmos – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BAHIA

Marta Alencar Dos Santos – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

GT 04

Culturas Populares e Educação Não-formal

Ramon Capelle – UNILAB

GT 05

Culturas Populares, Ancestralidade, Comunidades e Saberes Tradicionais

Felipe Milanez – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Solange Aparecida Almeida – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

GT 06

Culturas Populares e Diversidade

Francisco Antonio Nunes Neto - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Roberto Remígio Florêncio – CEFET/PE

GT 07

Culturas Populares, Ritos, Festas e Celebrações

Luis Vitor Castro Junior – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Reginalva Dos Santos Bruno – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

GT1: CULTURAS POPULARES E CORPOREIDADES

Este grupo de trabalho propõe uma reflexão sobre as corporeidades nas culturas populares, compreendendo o corpo como meio de expressão, resistência e transmissão de saberes. Serão acolhidas discussões sobre práticas corporais enraizadas em tradições populares, incluindo danças, jogos, rituais e performances, com ênfase em suas dimensões históricas, sociais, educativas e artísticas. O GT busca destacar o papel das corporeidades na preservação das identidades culturais e nas dinâmicas de resistência.

GT2: CULTURAS POPULARES E LINGUAGENS ARTÍSTICAS

Este GT visa debater a interação entre as culturas populares e as diversas linguagens artísticas — como música, dança, teatro, artes visuais e literatura — enfocando produções, práticas e estéticas que emergem dos territórios populares e dialogam com expressões tradicionais e contemporâneas.

GT3: CULTURAS POPULARES E EDUCAÇÃO FORMAL

O grupo se dedica à análise das relações entre culturas populares e o ambiente escolar, investigando práticas pedagógicas, currículos, materiais didáticos, políticas públicas, entre outros elementos e categorias que valorizem saberes tradicionais no contexto da educação básica e superior.

GT4: CULTURAS POPULARES E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Focado nos espaços educativos não escolares, este GT discute experiências formativas baseadas nas culturas populares. Movimentos pedagógicos, experiências autorais, 2 experiências comunitárias, oficinas, projetos comunitários, movimentos sociais e iniciativas culturais autônomas, destacando a potência desses espaços na formação crítica e cidadã.

GT5: CULTURAS POPULARES, ANCESTRALIDADES, COMUNIDADES E SABERES TRADICIONAIS

Dedicado ao estudo e discussão sobre práticas e manifestações ligadas às comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas, extrativistas, etc.. pautadas em saberes ancestrais, que tem como suporte a memória e a oralidade.

GT6: CULTURAS POPULARES E DIVERSIDADE

Voltado à pluralidade das expressões culturais, este grupo de trabalho discute as interseccionalidades entre culturas populares e marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, etnia, sexualidade, geracionalidade e classe, promovendo o debate sobre inclusão, representatividade e justiça social nas práticas culturais.

GT7: CULTURAS POPULARES, RITOS, FESTAS E CELEBRAÇÕES

Dedicado ao estudo e debate sobre o papel das festas populares, ritualidades e celebrações de carácter popular, que cumprem o papel de fortalecimento da memória e da identidade dos grupos sociais que as mantêm vivas, garantindo o sentido de pertencimento e coesão entre os membros desses grupos sociais.

APRESENTAÇÃO

Os Anais do VI SEMINÁRIO GRIÔ: CULTURAS POPULARES, TERRITÓRIOS E ENCRUZILHADAS, expressam a diversidade e a qualidade das produções envolvendo temáticas relacionadas às culturas populares e tradicionais vindas de todas as regiões do país. Atravessando todas as áreas do conhecimento numa perspectiva inter e transdisciplinar, os resumos expandidos submetidos e apresentados nesse evento buscam o diálogo entre os saberes acadêmicos e populares/tradicionais numa perspectiva plural e inclusiva.

Esses anais contém resumos de pesquisas acadêmicas concluídas e em andamento, mas também relatos de experiência num formato menos rígido que intentam traduzir a experiência e a ação comunitária de mestres e mestras, educadores populares, artistas, brincantes, lideranças indígenas, quilombolas e de movimentos sociais que não estão ligados de alguma forma à academia. Esse formato revela a originalidade desse evento que reconhece que estão no mesmo patamar as produções acadêmicas e não-acadêmicas sobre culturas populares.

Seminário Griô é um evento bianual que acontece desde 2014 e conta com espaços para socialização de pesquisas, produções culturais e iniciativas educacionais que dialoguem sobre e com as culturas populares, discutidas e aprofundadas nos diferentes âmbitos e áreas, permitindo uma multiplicidade de abordagens numa perspectiva integrativa e dialógica.

As dinâmicas propostas se inspiram também nas experiências advindas das culturas populares, onde são priorizadas os círculos de discussão, rodas de conversa, prosas e vivências com mestres e mestras, apresentações culturais entre outras propostas, experimentando diferentes formatos para um evento acadêmico em diálogo com as experiências advindas do universo das culturas populares e tradicionais

Os resumos expandidos presentes nesses Anais se dividem em Grupos de Trabalho conforme a organização e a dinâmica de apresentação de trabalhos ocorridas no seminário, a saber:

GT 01 Culturas Populares e Corporeidade

GT 02 Culturas Populares e Linguagens Artísticas

GT 03 Culturas Populares e Educação Formal

GT 04 Culturas Populares e Educação Não-formal

GT 05 Culturas Populares, Ancestralidades, Comunidades e Saberes Tradicionais

GT 06 Culturas Populares e Diversidade

GT 07 Culturas Populares, Ritos, Festas e Celebrações

Reunidos nesse documento em forma de Anais, essa rica produção pretende provocar a reflexão sobre a necessidade da academia de abrir cada vez mais o diálogo com esse campo de saberes provenientes do universo popular/tradicional, numa perspectiva de horizontalidade, em que essas experiências construídas historicamente pelas camadas subalternizadas da nossa sociedade, possam finalmente ser valorizadas e dignificadas, bem como seus protagonistas, da mesma maneira como são as produções provenientes dos centros europeus e norteamericanos, que sempre foram as principais referências de toda a produção acadêmico-científica da América colonizada.

Salvador, outubro de 2025

Pedro Rodolpho Jungers Abib
Coordenador do Grupo de Pesquisa Griô: Culturas
Populares, Ancestralidade e Educação
Professor Titular da Faculdade de Educação
da Universidade Federal da Bahia

“NA AGULHA”: COMPARTILHANDO SABERES

Mariana Harumi Cruz Tsukamoto

(EACH-USP) - maharumi@usp.br

Docente do curso de Educação Física e Saúde da EACH-USP. Coordenadora do projeto “GPT na EACH”.

Gabrielly Lima de Oliveira

(EACH-USP) - gabriellylima@usp.br

Graduada em Dança pela Unicamp. Discente do curso de Educação Física e Saúde da EACH-USP. Monitora bolsista do projeto “GPT na EACH”.

O objetivo do presente trabalho é descrever o processo de criação da coreografia “Na agulha” realizado com um grupo de pessoas idosas em um projeto de extensão em Ginástica para Todos (GPT), desenvolvido na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). A composição coreográfica é um dos elementos que compõe a GPT, prática ginástica que busca entre outras coisas, valorizar o protagonismo do participante, estimular a criatividade, desenvolver habilidades motoras e capacidades físicas, entre outros elementos. O ponto de partida para esse processo criativo foi a pergunta “Em que vocês são bons?”, que incentivou os participantes a reconhecerem suas próprias habilidades e interesses. As respostas variaram entre costurar, dançar, caminhar, cozinhar, jogar vôlei, entre outras. Com base nessas informações, os idosos foram agrupados por semelhança das respostas. Após a divisão da turma, foi proposto que cada grupo representasse, por meio de movimentos, suas próprias atividades. A atividade de crochê destacou-se entre as mencionadas, já que grande parte do grupo tinha experiência nessa prática. Buscando tornar a experiência de construção coreográfica mais significativa para todo o grupo, adotamos a seguinte sistemática: (1) as pessoas com conhecimento prévio nesse trabalho manual ministraram uma oficina para o grupo, oportunidade na qual todos puderam experimentar as ações envolvidas nessa arte (por exemplo laçar, dar nó, passar a linha pela agulha); (2) a partir dessa vivência, nas aulas seguintes, o crochê guiou diversos exercícios de criação com o intuito de traduzir a experiência em movimentos corporais, (3) os participantes foram estimulados também a criar pequenos versos com palavras-chave que representavam as ações envolvidas no crochê; (4) os movimentos corporais e os versos foram sendo gradualmente organizados de forma a constituírem uma composição coreográfica; os versos foram incorporados à ela, de forma cantada e com o acompanhamento do pandeiro. Muitos relataram que esse processo despertou memórias afetivas (momentos, lugares, pessoas), lembranças de

familiares que se dedicavam a essa arte e uma percepção real de sua complexidade. Além disso, esta foi uma oportunidade de refletir sobre aprendizagem de elementos novos em qualquer fase da vida, descoberta dos gostos e não gostos e dos motivos que levam a cada um deles. Foi um momento bastante rico e significativo de diálogo e de troca de saberes, não só entre o próprio grupo, mas também intergeracional, entre participantes e monitores do projeto. Paralelamente ao início do processo de construção coreográfica, passávamos pela experiência de conhecer o Coco, objetivando inicialmente o trabalho rítmico. No entanto, nesse contexto, buscamos abordar outros aspectos desta manifestação, dialogando sobre aspectos históricos, características dos movimentos e músicas trabalhadas. Com o passar do processo de construção coreográfica, aproveitamos as palavras-chave indicadas pelos participantes, elaboramos um verso que é cantado pelos integrantes do grupo no ritmo citado. O trabalho vem sendo desenvolvido há 10 meses e a coreografia criada vem passando por aperfeiçoamentos, como a inclusão de instrumentos para acompanhar as vozes do grupo e a criação de figurino inspirado na própria arte do crochê. Até novembro, quando pretendemos encerrar este processo, pretendemos retomar com o grupo participante conteúdos de destaque do Coco enquanto manifestação cultural, uma vez que entendemos que a relação deles com tais informações possa ser outra a partir das vivências pelas quais passaram nesse período. A experiência se mostrou enriquecedora e desafiadora, proporcionando um sentimento de superação e um espaço para compartilhar o processo vivenciado. Esse trabalho reforçou a relevância da GPT para o público idoso, destacando (1) o seu potencial como prática que promove o fortalecimento das interações sociais, (2) a valorização das habilidades individuais independente das limitações impostas pela idade, (3) a motivação para o envolvimento nos processos desenvolvidos, (4) a possibilidade de aproximação de saberes que, muitas vezes estão à margem e (5) a oportunidade de compartilhar saberes. Consideramos que tal compartilhamento acontece em múltiplas direções: entre os idosos participantes do projeto, entre o grupo de idosos e a equipe que conduz o projeto, dentro da própria equipe e entre todo esse grupo e as pessoas que tem a oportunidade de assistir à apresentação (até o momento, “Na agulha” foi apresentada em três oportunidades).

CORPO, JOGO E ANCESTRALIDADE: A CAPOEIRA COMO FERRAMENTA EDUCATIVA E CULTURAL

Luis Henrique Silva Reis

(Faculdade de Educação FAGED/UFBA) - luick23@gmail.com
Luis Henrique Silva Reis (Luick) é pedagogo formado pela Faculdade
de Educação da Universidade Federal da Bahia (FAGED/UFBA).
Capoeirista, arte-educador e pesquisador da cultura afro-brasileira

Este trabalho parte do entendimento de que a capoeira vai muito além de uma prática corporal, ela é uma manifestação cultural carregada de ancestralidade, resistência e potência pedagógica. Com raízes africanas e marcada pela luta dos povos escravizados no Brasil, a capoeira carrega uma rica simbologia histórica. A proposta aqui é evidenciar o quanto essa prática contribui para o crescimento cognitivo e social do indivíduo, sobretudo quando inserida nos espaços educativos de forma crítica e intencional.

A capoeira, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, é uma prática que integra música, oralidade, improviso, jogo, ritual e coletividade. Ao envolver o corpo de maneira ativa e consciente, ela estimula o desenvolvimento motor, emocional e intelectual, além de fortalecer vínculos sociais e afetivos. Seu valor como instrumento pedagógico está na capacidade de dialogar com diferentes saberes, rompendo com modelos eurocentrados e abrindo espaço para o conhecimento ancestral.

Culturalmente, a capoeira é uma pedagogia da resistência: ao valorizar as raízes africanas, contribui para o combate ao racismo estrutural e à valorização da diversidade étnico-racial. No campo do lazer, ela se mostra como espaço de pertencimento, acolhimento e transformação, especialmente em projetos sociais voltados a comunidades em vulnerabilidade.

A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e análise de experiências pedagógicas, mostra que, quando mediada por uma proposta consciente, a capoeira fortalece a formação humana e amplia os horizontes da educação contemporânea. Ela age como tecnologia ancestral, resgatando memórias apagadas e promovendo o cuidado, o respeito e a escuta ativa.

Assim, reconhecer a capoeira como uma ferramenta educativa é também afirmar sua força política e transformadora. Neste trabalho, buscamos mostrar que ela não é apenas um simples movimento de corpo, ela é caminho, é afeto, é conhecimento vivo que pode transformar vidas.

DA RODA DE SAMBA À SALA DE AULA: A CORPOREIDADE DA MALANDRAGEM COMO FERRAMENTA SUBVERSIVA PEDAGÓGICA CÊNICA

Anabell Sylvia Castro

(Universidade Federal da Bahia) - anabellsylvia@gmail.com
Formada em Artes Cênicas pela UNICAMP. Sambista de berço. Mestranda em Educação pela UFBA.

Pedro Rodolpho Jungers Abib

(CPF:08396424829 | Professores

Essa pesquisa é sobre uma jornada que está sendo trilhada graças a um modo de andar específico, um que encontra brechas, força rupturas e brinca com o já posto. Um que caminha nas ruas, nos bares e nos terreiros. Um que cerca a margem e invade territorialidades, com ginga, com manha. Essa pesquisa é sobre o caminhar da malandragem. O caminhar do samba. O caminhar de Seu Zé Pilintra e Maria Navalha.

Ao contemplar Zé Pilintra, não limitando, nem anulando, a sua forma de entidade presente em cultos afro-brasileiros, mas o enxergando como fundamentador corpóreo e incorpóreo, impossível de definir, mas generoso o suficiente para nos guiar pelas fissuras de um enfrentamento decolonial, nos ensinando um modo de se portar no mundo, fui guiada pelo mesmo a minha questão de pesquisa: Como colocar a corporeidade da malandragem para a criação de uma didática subversiva e decolonial dentro do campo das artes cênicas?

A pesquisa joga com a corporeidade da malandragem que nos subverte da norma colonizadora do que é ser um corpo. A criação do ser malandreado, um sub-ser artístico que nunca foi separado pela colonialidade. Corpo, mente, espírito, idênticos em essência, onde se é experimentado no corpo a vivência da malandragem. O ser malandreado é o lugar de exploração e invenção onde se sente na arte e na educação, como incorporar o malandreado, no passo, nas atitudes, nas palavras, ou seja, no ser, poética, artística e temporariamente. Aqui é evocado todos os aspectos maiores do que uma pessoa em si. As estratégias de malandragem (Dealtry, 2022), a ancestralidade regente do samba, os caminhos dicotômicos que religiosidades/ancestralidades afro-brasileiras trilham e a corporeidade, como insurgentes possibilidades educacionais.

Para consagrarmos algumas dessas possibilidades, temos como fundamentadores teóricos Giovanna Dealtry em suas estratégias de malandragem, Leda Maria Martins e

seus giros performáticos, Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Muniz Sodré no saber do samba e das ruas, formas de ver o mundo e perspectivas pedagógicas.

O corpo para essa investigação é liberto e cultural, visando uma metodologia teatral que encontra-se no próprio educador-ser e aluno-ser. A pesquisa visa uma outra forma de ensinar e uma outra forma de aprender, tendo como objetivo principal fundamentar uma metodologia teatral baseada nos princípios da malandragem para abrigar o ensino do jogo da cena visando o uso de novas perspectivas educacionais ao criar|utilizar|adaptar pedagogias decoloniais. Objetiva também, criar exercícios cênicos fundamentados a partir das conjecturas das rodas de samba, aplicar os fundamentos do jogo que acontece nas rodas para alunas/os/es de teatro aumentarem seus repertórios artísticos e conceituar a espetacularidade do ser malandreado.

Aqui onde se pisa, se deve chegar devagar, afinal, não foi à toa que os malandros Aluísio Machado e Beto sem Braço compuseram: “Chega como eu cheguei; Pisa como eu pisei; No chão que me consagrou; Olha que lei é lei; Lei que eu nunca burlei” (“Pisa como eu pisei”, 1988). Sabendo que essa escrita e arte seguem os ensinamentos da malandragem, não poderíamos levar nossa metodologia longe deste modo de chegada, assim, ousar dizer que os métodos utilizados não se encaixam completamente em uma lógica acadêmica, e sim, em uma mistura saborosa, mística, sagrada e profana de metodologia e análise pulsante e maleável. Como respaldo para tal feito, trago Macedo (2024) em seu livro “O encontro - arte e dispositivo de pesquisa-formação”, pois para uma pesquisa que busca conscientemente subverter a ordem, encontrando pessoas, que consciente ou inconsciente, já o fazem, sua metodologia segue essa lógica. A lógica onde os encontros viram um dispositivo heurístico (Macedo, 2024, p.61).

O processo é dilatado pelo fato de ser uma mulher paulista nas rodas de samba de Salvador, um ambiente majoritariamente masculino e territorial. Ainda assim, respeitando o ritmo que essa roda dita, os encontros acontecem e é visível a educação posta nesses ambientes por esses seres. As regras não ditas e respeitadas, o olhar em jogo e em cena, o ser em si sendo levado por uma força indefinível mas comunitária, em uma potencialização de si mesmo. Assim, olhando com carinho e atenção, vê-se uma escola e um teatro, num mesmo lugar.

A pesquisa, ao se pensar academicamente, tem que ser operada dentro de um prazo. Mas o corpo não é assim. Nem a mente. Nem o espírito. Eles são maiores que isso. Nossa persona-tríade domina o tempo, ela o dobra e o coloca à sua mercê. Para ela, não é sobre correr contra o tempo tentando alcançar algo que nunca sai da nossa frente. Para a malandragem também não. É sobre driblar o tempo, as regras, o compasso e o relógio. Um exemplo musical disso, o compasso do samba é 4/4 enquanto da maioria dos ritmos são 2/4, isso sem contar as notas fantasmas, a ginga, o swing, aquela nota que confunde os melhores tocadores não-brasileiros, porque apesar

de estar ali encaixada no compasso, ela é algo mais. Ela dribla o tempo. Talvez seja isso que nosso ser malandreado deva fazer, criar um espaço tempo que nossa persona-tríade possa existir. E somente isso. O que vem dessa existência? Não dá para adivinhar, mas a partir dela é possível criar.

DANÇAS POPULARES NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: CONTRIBUIÇÕES NO CONSTRUCTO DAS IDENTIDADES CULTURAL, POLÍTICA E RACIAL

Alcinéia Soares dos Santos

(UFBA) - nosolhos@yahoo.com.br

Doutoranda e M.^a em Dança (PPGDANÇA/UFBA); Lic. em Dança e com Esp. no Curso Contemporâneo de Dança (UFBA); Lic. em Educ. Física (Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS); Esp. em Metod. do Ens. e da Pesq. em Educ. Física (Faculdade Social da Bahi

Este planejamento de pesquisa para o doutorado pretende desenvolver como tema um conceito de Danças Populares numa perspectiva interseccional. Conceito sistematizado pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw (1989) como uma metodologia de enfrentamento às causas e efeitos da violência contra as mulheres negras, mas que pelo impacto dessas opressões se tornou importantíssimo para as ciências sociais no geral. Apoiando-se nessa compreensão mais ampla, busca-se estender sua aplicabilidade às danças populares, no entendimento de que os trabalhos realizados no âmbito dessa estética da Dança pelas/os multiplicadoras/es (mestras/os, e docentes de espaços formais e não formais) se articulam como projetos de inclusão social que além da dimensão econômica, conferem centralidade às dimensões de raça, gênero, religiosas, epistêmicas, políticas, pedagógicas, etc, compreendendo a existência de sobreposição entre elas.

As danças populares trazem no seu bojo elementos referentes à formação histórica, econômica, política, social, brasileira. A presença delas dentro dos espaços de formação incentiva o exercício pleno de cidadania. Configuram-se, portanto, numa dança atenta às dinâmicas sociais do tempo vigente, em contraposição a obsolescência que tanto tentam atrelar à natureza das manifestações populares, muitas vezes entendidas como algo do passado.

As Danças Populares Brasileiras são expressões de movimentos, passos, gestos, ritmos, coreografias, sentimentos, formas, simbologias e traços específicos do jeito de ser de um grupo social, presente em grandes e pequenos povoados ou metrópoles, que, dependendo do contexto em que estão inseridas, atuam num ritmo de manutenção/perda/recriação, “continuidade” e “descontinuidade”, o que desmistifica a tese de que, a tradição é algo “velho”, estático, “desatualizado”c estigmas geralmente atribuídos à cultura popular em todas as suas expressões. (CONRADO, 2004, p. 39-40)

Expressão da cultura popular, as danças populares constroem outros modos de existir e resistir para seus praticantes, criando outros espaços de atuação, incluindo-se aí o político. Em

paralelo ao trabalho artístico, seus integrantes realizam atividades voltadas para a formação cidadã através de provocações baseadas nas realidades locais, configurando-se em relevantes subsídios para a análise das questões sociais numa perspectiva interseccional. Estimula-se, desse modo, uma atitude política e militante antirracista, antixista, antielitista, antihomofóbica e anticapacitista, ou seja, que se contrapõe a toda e qualquer desigualdade social.

Neste sentido é que esse estudo reivindica para esse campo de pesquisa um tratamento teórico-prático que considere seu caráter dinâmico, bem como, sua capacidade de se adaptar ao novo. Propõe-se, portanto, a elaboração de um conceito de Danças Populares fundamentada na perspectiva da interseccionalidade.

Tendo em vista que, seus atores conseguem enxergar a convergência dos marcadores sociais que atinge seu público e a partir desta ferramenta teórico-metodológica criar subsídios para combater as consequências desastrosas daí resultantes.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

O percurso metodológico será conduzido a partir de pesquisa de matriz etnográfica. “O método etnográfico consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender [...]” (URIARTE, 2012, p. 174). Acredita-se que com a sustentação desse conceito amplie-se a visibilidade das práticas dos atores das culturas populares, e consequentemente, evidencie sua participação popular, tornando-os dignos de terem suas histórias registradas não apenas enquanto meros guardiãs e difusores dos saberes e fazeres da cultura popular, mas partícipes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CONRADO, A. V. S. Danças Populares Brasileiras: valor educacional cultural, recurso para pesquisa e recriação cênica. Revista da Bahia, Salvador - BA, v. 32, n.38, p. 36-46, 2004.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Los Angeles v. 10, p. 171-188, jan-jul, 2002.

URIARTE, Urpi. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe, São Paulo, Vol. 1, nº 11. 2012.

PESQUISA DANÇA AFRO PERNAMBUCANA

Janaina Santos de Oliveira

(Universidade Federal de Pernambuco) - janaina.js02@ufpe.br
Artista da dança e brincante da cultura popular, Janaina Santos é licenciada em Pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco, graduanda em Dança pela Universidade Federal de Pernambuco e pós graduanda em gestão e produção cultural. Foi Gestora de Cu

Juliana Cintia Lima e Silva

(Museu Nacional/Universidade Federal do R) - jcintia7@outlook.com
Bacharel em Ciências Sociais e Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente (2022) é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Pesquisadora, com experiência de mais de 10 anos, atu

Um corpo que dança se comunica a partir do meio em que está inserido e abre possibilidades para que essa informação chegue a outros espaços, outros corpos e atmosferas. Ele fala sobre uma forma particular de conhecer o mundo, sentir e se conectar com tudo aquilo que nos rodeia e no expressar das sensações, emoções e experiências vividas.

A memória afetiva do corpo que dança é exposta quando ele se coloca, performa e se relaciona com outras vivências. Ao longo deste relatório pretendemos dar destaque a uma forma específica de se relacionar com o corpo e o pensamento, que tem suas origens nas culturas tradicionais africanas, e que no Brasil transcende, a partir das estratégias de resistência desses povos, ao violento sistema de escravidão.

Foi aprendendo a articular seus conhecimentos ancestrais para desenvolver novas formas de mover-se no mundo que o povo negro conseguiu vencer a brutalidade dos colonizadores e lutar pela liberdade. Mas também é importante destacar que esse não é somente um corpo que luta e que sofre, esse é um corpo que dança, que vibra e se alegra. Porque ser feliz, se expressar alegremente e viver nossa verdade foi e permanece sendo o instrumento mais poderoso de preservação e transmissão dos valores e saberes afro-brasileiros.

Ao compreender a riqueza e a importância desse corpo que dança numa simbologia própria, através de uma corporeidade característica que é forjada em um contexto de diáspora realizamos uma pesquisa centrada em demonstrar as valiosas contribuições da dança afro pernambucana para construção dos nossos repertórios culturais a partir de influências de elementos culturais africanos. Para ir em busca desses, saberes nos aproximamos da trajetória de três importantes referências na dança afro em Pernambuco:

- Balé Afro Majê Molê;
- Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo;
- Bacnaré - Balé de Cultura Negra da Cidade do Recife.

Os grupos que compõem a pesquisa são importantes agentes socioculturais que têm transmitido e preservado o legado da dança afro em nosso estado, colaborando significativamente com o desenvolvimento da cadeia produtiva da dança, através de seus importantes espetáculos de dança que partem de processos criativos, gestualidade, expressão, estética e musicalidade embasados no universo a qual estão inseridos.

Entendemos aqui como processo criativo o pensamento cognitivo dos indivíduos a frente de seus grupos e como esse saber criado na individualidade se relaciona com o saber que surge na comunidade. Por isso, se faz necessário repensar essa relação de caminhada e alinhamento para o desenvolvimento de espetáculos de afrodescendentes que resistem em meio às diversas manifestações culturais e artísticas presentes na colonização.

Através deste material, será possível refletir mais sobre a importância da dança afro no estado de Pernambuco e conhecer um pouco da história destes três grandes grupos e suas expressões artístico-culturais em dança. Pretendemos entender como - através dos processos criativos, gestualidade, expressão estética e musical - estas iniciativas compõem repertórios culturais que se relacionam simbolicamente com elementos da africanidade numa perspectiva transcultural.

Este relatório possibilita que profissionais da dança, da cultura e das artes, além de pesquisadores e estudantes, em geral, tenham acesso aos conteúdos da pesquisa disponibilizados em formato digital, audiovisual e fotográfico, oportunizando a ampliação de conhecimento sobre o tema e desdobramentos da temática para investigações posteriores. As nossas premissas investigativas estão condensadas através do objetivo geral do projeto que consiste em: desenvolver trabalho de pesquisa descritiva sobre o processo criativo dos grupos de dança afro de Pernambuco. Este objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: [1] Sistematizar os processos criativos dos grupos de dança afro e suas ramificações e impactos; [2] Pontuar a relação estética, corpórea e de movimentação desses grupos, através de suas pesquisas na produção de seus espetáculos; [3] Relacionar a produção em dança com a estética etnográfica do continente africano (dança de matriz africana); [4] Entender a relação desses grupos com as comunidades em que estão inseridos; [5] Produzir uma publicação em formato digital, teórica e técnica a partir da sistematização desses relatos; [6] Produzir conteúdo audiovisual e fotográfico desse registro; [7] Possibilitar informações à cadeia produtiva da dança brasileira.

RETOMARTE - A CONTINUIDADE ANCESTRAL ATRAVÉS DO XEQUERÊ

Thaianne Miranda Alves

(Retomarte) - retomartee@gmail.com

Assistente Social (UFRGS), especialista em estudos afrolatino americanos e caribenhos (2021), arte-terapeuta, artesã e lithier. Fundadora Retomarte.

Ariadne Ferreira Ramos Araújo

(Retomarte) - contato.araramos@gmail.com

Bacharel Interdisciplinar em Artes com ênfase em políticas e gestão cultural (UFBA), Bacharel e Licenciada em Dança (UFBA). Produtora executiva e estrategista cultural Retomarte e Ará Cultura.

O projeto Retomarte promove vivências artísticas e culturais que articulam arte, cultura e ancestralidade a partir de saberes afro-indígenas. Neste relato, compartilhamos a experiência da confecção e da prática musical com o xequerê, compreendendo relação como expressão concreta dos valores civilizatórios afro-brasileiros sistematizados por Azoilda Loretto da Trindade.

A confecção do xequerê se revela como uma experiência potente de reconexão com a ancestralidade e de aprendizado sensível a partir do inaugurar os mistérios contidos no interior de cada cabaça. O xequerê, instrumento de percussão de origem Africana, é mais do que um instrumento musical: é um elemento carregado de fundamentos e significados que atravessam o corpo, o tempo e os territórios.

O xequerê - também conhecido como agbê, agbè, Ṣẹ̀kẹ̀rẹ̀, axatse ou baara, a depender da região africana - é um instrumento de percussão que carrega em si o corpo, o ritmo, a memória e a ancestralidade. Presente em diversos países da África Ocidental, como Nigéria, Benin, Gana, Mali, Togo, Serra Leoa e Costa do Marfim, ele é tradicionalmente feito com uma cabaça bailarina (com pescoço) seca, revestida por uma malha de contas, sementes ou pedrarias, que produzem som ao se chocarem contra a superfície da cabaça.

Elemento que atravessou o Atlântico com nossos ancestrais e foi acolhido nas práticas espirituais dos terreiros de matriz afro-brasileira e difundido nas ruas por meio dos afoxés - os chamados “candomblés de rua” - especialmente na Bahia e em Pernambuco. Por essa razão, muitas pessoas também o chamam no Brasil de “afoxé”. É apenas a partir da década de 1990 que o xequerê passa a ser incorporado aos maracatus-nação de Recife,

integrando o baque com movimento e com som agudo em diálogo com as caixas e ganzás, complementando com o grave da alfaia e do gonguê.

Nossa relação com o Xequerê se manifesta em 2018 através do ingresso de ambas no Maracatu. Thaianne em Porto Alegre/RS e Ariadne em Salvador/BA. E desde 2024 construímos um processo ainda mais profundo e intencional com o projeto Retomarte. Nas vivências realizadas pelo projeto a proposta de trabalhar com o xequerê vai muito além do movimento técnico. Trata-se de ativar um saber ancestral através da manualidade, da musicalidade e da espiritualidade, criando um espaço de reconexão com os próprios sentidos, com a coletividade e com a memória.

A experiência de confecção do xequerê é um mergulho em um universo de sons e texturas, onde o fazer manual se entrelaça com a cultura, o gesto e a escuta. A escolha da cabaça é o primeiro momento de conexão: observamos, tocamos, sentimos o formato e o tamanho ideais. A limpeza e o preparo da cabaça se tornam quase um ritual de purificação - um gesto de cuidado que prepara o corpo do instrumento para expressar sua voz.

A escolha da cabaça, sua limpeza e preparo são atos de cuidado e escuta. A confecção da rede de contas exige atenção, paciência, presença e entrega. Cada nó amarrado é um elo com os ancestrais, cada padrão de cor carrega histórias, desejos, rezas. Durante as oficinas, as trocas fluem: memórias, afetos e histórias se entrelaçam com fios e contas. O xequerê se torna ponte – entre gerações, territórios e mundos.

No toque, o xequerê convoca o corpo inteiro: braços, pernas, respiração. Seu ritmo não cabe em partitura ocidental – ele emerge do corpo vivido, da escuta sensível, da memória coletiva. Como ensinam os mais velhos: só quando se dança com o instrumento é que se imprime sentimento no som.

Tocar o xequerê é expressar o invisível, comunicar com os ancestrais e gerar movimento. É escutar a si, ao grupo, ao tempo, entendendo que o instrumento também é voz de orixás e encantados. O aprendizado acontece na escuta, na observação, no fazer conjunto – prática que mobiliza valores como oralidade, corporeidade, musicalidade, ancestralidade e energia vital (axé). Essa vivência que temos construído nas oficinas com xequerê é, antes de tudo, uma prática de cura, de presença e de coletividade. É arte, é educação, é celebração. É território de criação onde memória, corpo e som se entrelaçam para fazer vibrar o que há de mais vivo e ancestral em nós.

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS AFRICANAS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS (COMO A CAPOEIRA)

Ramon Souza Capelle de Andrade

(Universidade da Integração Internacional) - ramon.capelle@unilab.edu.br
teste de escrita de minicurriculo

O presente trabalho tem como objetivo geral (i) investigar a concepção de pessoa (ou identidade pessoal) presente no pensamento africano e, em especial, a concepção de pessoa (ou identidade pessoal) presente na obra do filósofo maliano Amadou Hampâté Bâ (1981). De modo bem geral, a pessoa, para Hampâté Bâ (1981), não constitui uma unidade monolítica, confinada ao corpo físico. Antes, a pessoa, para o autor, está ontologicamente conectada à comunidade e ancestralidade, constituindo, nesse sentido, uma manifestação (em incessante movimento) das múltiplas disposições psíquicas que a habitam. Em outras palavras, para Hampâté Bâ (1981), a pessoa é constituída, à luz da perspectiva filosófica africana, pelas pessoas que habitam a pessoa. Também, e como objetivo específico, (ii) investigaremos como a concepção africana de pessoa encontra materialização nas manifestações culturais afro-brasileiras e, em especial, como a concepção africana de pessoa encontra materialização na prática da capoeira.

VIVÊNCIAS NA CAPOEIRA ANGOLA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DISCENTE NA UFBA

Sara Santos Ferreira

(Universidade Federal da Bahia) - saraferreirate@gmail.com
Graduanda em Educação Física pela UFBA

Ana Carolina Veloso Silva Santos

(Universidade Federal da Bahia) - aveloso@ufba.br
Graduanda em Educação Física pela UFBA

O presente trabalho apresenta um relato de experiência audiovisual produzido durante a disciplina de Capoeira I, componente obrigatório da Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante o semestre de 2025.1. Ministrada pelo professor Pedro Abib, a disciplina proporcionou aos discentes a imersão nessa prática ancestral afro-brasileira, desde os fundamentos históricos até a vivência corporal e musical.

O vídeo documenta os primeiros contatos com a Capoeira Angola da turma, bem como seu processo de aprendizagem ao longo do período letivo, retratando movimentos básicos - como ginga, negativa e rabo de arraia - e a relação entre corpo, ritmo e musicalidade - tendo os alunos também experimentando os instrumentos: berimbau, pandeiro, agogô, reco-reco e atabaque, além do canto dos coros.

A produção - apresentada na disciplina - evidencia a resistência da capoeira, refletindo sua relevância como patrimônio histórico e cultural, ocupando também seu lugar no meio acadêmico.

SAMBA DURO QUE DÁ E DEIXA, SAMBA DURO QUE DEIXA E DÁ: DANÇA, MEMÓRIA E LUGAR DE EXISTÊNCIA NO SÃO JOÃO DO ENGENHO VELHO DE BROTAS

Carolina Luisa Bastos Santos

(PPGDANCA/UFBA) - pretablack23@hotmail.com

Possui graduação em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu (2007). Licenciada em Dança, pela Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia no ano de 2013.¹, cursou Especialização em Estudos Contemporâneos em Dança pelo Programa de Pós Graduação em D

RESUMO EXPANDIDO:

A pesquisa baseia-se no estudo do samba duro junino como mobilizador da preservação da memória, da valorização dos laços de existência em comunidade, e na afirmação das identidades na cultura afro-brasileira. O samba duro junino se firma no encontro dos espaços de resistência do terreiro e da rua. Um cruzamento de experiências que emergem os saberes, a luta, a cultura, a festa dos povos de tradição afro-brasileira na diáspora, valorizando o reconhecimento das contribuições para a construção de contextos de dança no Brasil. Foi a partir das pisadas de samba duro, no terreiro de minha avó materna Elisabete Calixto Bastos (in memorian), no bairro de Itapuã, que o samba reverberou em minha vida de uma forma pulsante. O samba duro traz nas suas conexões, experiências do corpo na cultura em comunidade, revelando sua potência de existir nas periferias de Salvador. Em 2018, tornou-se território político de memória social, e foi reconhecido como patrimônio imaterial pela Fundação Gregório de Matos. O samba duro rompe com a rigidez eurocêntrica do saber, resgata a dimensão popular, afetiva e coletiva, abraçando a diversidade, cultivando vínculos e celebrando a vida com liberdade. É na celebração que esse corpo de fé e alegria se diverte, entre os toques da batucada, bebidas, comidas, mantendo a relação da memória que se distribui no gingado, no contato com outro corpo, caracterizando uma plasticidade nos gestos (MARTINS, 2021) próprios do samba duro. Há uma evidente repercussão dos ensaios, arrastões e festivais de diversos grupos de samba duro junino, em especial promovidos pelos Grupo União por Mário Bafafé, Jorjão Bafafé e Doka no bairro do Engenho Velho de Brotas e da Liga do Samba Junino por Dona Renata Rodrigues e Vagner Shrek do Samba duro VS, dentre outros grupos. Merece destaque também, a rainha da Liga do Samba Junino, Pocket Nery, mulher trans, que traz no palco todo seu carisma, gingado e evolução no samba duro junino. A

experiência dos festivais e arrastões de samba duro junino, foi posta em prática no curso de extensão na oficina Sambaê, realizada na Escola de Dança da UFBA, do mês de abril ao mês de julho de 2025. O curso possibilitou as participantes experimentarem os elementos técnico-corporais e processos de criação, estabelecendo relações entre as bases afroepistemológicas, utilizando a metodologia do Corpo e Ancestralidade, um corpo criativo e imaginativo, que entrelaça as matrizes corporais vivenciadas, a memória e a sua expressividade (FALCÃO, 2015) e de continuidade, na perspectiva circular, do começo, meio e começo (BISPO, 2015) e das cosmopercepções (OYÉWÙMÍ, 2002) e experiências educacionais do samba (SODRÉ, 1998).

REFERÊNCIAS:

FALCÃO, I. Corpo e Ancestralidade: Uma configuração estética afro-brasileira. Repertório, Salvador, nº 24, p.79-85, 2015.1

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OYÉWÙMÍ, Oyèwùmí. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento. <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%C3%81_oy%C4%Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf> Acesso em: jun. 2020.

SODRÉ, Muniz. Samba, o dono do corpo. 2.ed - Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

A EXPOSIÇÃO MÃES DE UMBIGO: PARTEIRAS E CUIDADORAS ANCESTRAIS

Ticiana Osvald Ramos

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - ticianaoor@gmail.com

Ticiana Osvald Ramos – Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia (Universidade de Brasília). Especialista em Saúde Pública. Professora no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Mary Lúcia Sou Galvão

(Universidade do Estado da Bahia) - mgalvao@uneb.br

Mary Lúcia Sou Galvão - Enfermeira (Universidade Católica de Salvador), Mestre em Saúde Coletiva (Escola Paulista de Medicina) e Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia- Uneb. Parteira e Professora da Uneb desde 2002,

Este trabalho relata a exposição “Mães de Umbigo: Parteiras e Cuidadoras Ancestrais”, que celebrou o papel fundamental das parteiras tradicionais e outras cuidadoras ancestrais na preservação da cultura e da sabedoria popular, em alusão ao reconhecimento do ofício das parteiras como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2024 (UFPE/IPHAN, 2021). O projeto foi realizado em colaboração entre Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e apoio do Edital Nicinha do Samba da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFRB), constituindo riquíssima oportunidade de mergulhar na sabedoria ancestral desses guardiãs da arte de partejar, trazendo à tona histórias, memórias e trocas culturais que valorizam práticas ancestrais e a relação entre comunidade e cuidado. A exposição envolveu também a realização de rodas de conversa, exibição de filmes e momentos de ajeum.

As fotografias, em sua maioria, foram de estilo retrato de parteiras dos territórios da Chapada Diamantina (Bahia) e Chapada dos Veadeiros (comunidades Kalungas do Goiás), incluindo também fotos de atividades extensionistas realizadas com parteiras. Elementos visuais, como ervas medicinais, tecidos de chita, instrumentos artesanais, recriaram o ambiente acolhedor das casas onde parteiras atuam, reforçando a conexão entre corpo, território e tradição.

As rodas de conversa realizadas nos eventos de abertura foram espaços fundamentais para o diálogo entre diferentes gerações e culturas. Ao reunir parteiras tradicionais, acadêmicos e público em geral, as rodas permitiram ricas trocas de experiências sobre

as práticas de cuidado materno e o ofício de partejar. Foram oportunidades para cuidadoras ancestrais compartilharem suas histórias e conhecimentos, com a honrosa presença da parteira Hilda Rosa, vinda de Seabra (BA). Os participantes puderam refletir sobre a importância desses saberes no contexto atual e compartilhar suas memórias. Esse intercâmbio de saberes fortaleceu o entendimento sobre as práticas ancestrais e sua relevância no mundo contemporâneo, promovendo um olhar mais humanizado sobre a gestação, parto e cuidados para e entre mulheres. Nestas ocasiões também foram exibidos os documentários “Luz do Parto: O Brilho de Dona Hilda”, contando a história de Dona Hilda Rosa, parteira tradicional radicada em Seabra, BA e o mini documentário “Mães de Umbigo”, que apresentou o território e narrativas de parteiras das comunidades Kalungas do Goiás.

Após as inspiradoras rodas de conversa, foram ofertados momentos de “Ajeum”: partilha de alimentos ancestrais. Na UNEB compartilhamos o Acarajé, iguaria ancestral que nos conecta às origens africanas. Na UFRB, foi servido o Caruru, com seu conjunto de preparações tradicionais. Preparados pelas mãos de duas grandes Baianas de Acarajé e mulheres de Axé, tais pratos representam a sabedoria, a força e a beleza das mulheres que dedicam suas vidas ao cuidado por meio dos alimentos, que também possuem elementos curadores.

Entre os elementos da exposição fizeram parte: o acervo fotográfico - composto de registros de parteiras dos territórios da Chapada Diamantina (Bahia) e território Kalunga (Goiás), realizados por meio de ações de extensão universitária - elementos cênicos, como a estante com chás, ervas e garrafadas usados por parteiras, peças de argila, produzidas por parteiras, mesa de utensílios usados por parteiras e materiais que compõem o “Kit da Parteira”, além de livros de suporte ou valorização de ações de educação e saúde com parteiras tradicionais, o “Balaio de Memórias”, composto de elementos utilizados em oficinas extensionistas com parteiras e o Cordão umbilical, representando o fio da memória ancestral, realizando a conexão entre a origem da vida e nossas memórias individuais e coletivas.

A iniciativa se consolidou como um marco na valorização e preservação dos saberes tradicionais das parteiras, ressaltando sua relevância cultural, histórica e social. Através da colaboração interinstitucional, proporcionou espaços para o reconhecimento e a reflexão sobre o ofício ancestral de partejar. Ao dar visibilidade às práticas das parteiras, o evento não só celebrou essas mulheres como cuidadoras, mas fortaleceu a importância da troca de saberes entre gerações e culturas, promovendo reflexões sobre os cuidados maternos e a relação entre comunidade e vida. A formalização do ofício das parteiras tradicionais como patrimônio cultural pelo Iphan foi um reconhecimento significativo, que confirma a relevância dessas práticas no cenário contemporâneo, buscando abordagens mais humanizadas, respeitadas e culturalmente apropriadas para o ciclo

da gestação e do parto. Os eventos, unindo os mundos acadêmico e o popular, contribuíram para a continuidade e salvaguarda desse saber ancestral, proporcionando que futuras gerações possam se beneficiar de suas lições e cuidados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL -IPHAN. PARTEIRAS TRADICIONAIS DO BRASIL. Dossiê referente à Pesquisa dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil com vistas à instrução do Processo de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil TED 02/2018 - Iphan MinC. Recife: 2021.

A LITERATURA COMO INTERVENÇÃO ANTIRRACISTA: A HISTÓRIA VIVIDA E CONTADA “ OS CABELOS DE LINDU”

Geni de Oliveira Lima

(UERJ/FFP) - genilima@gmail.com

Doutoranda e mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação
Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro – PPGedu/UERJ. Pós-graduada com especialização
em Orientação Educacional, Supervisão Educacional, Psico

O presente trabalho objetiva socializar reflexões a partir da produção do livro “ Os cabelos de Lindu,” uma literatura nascida como uma oferenda às infâncias negras, inspirada em minha dissertação de mestrado. Uma pesquisa que toma como ponto de partida a ancestralidade, tendo como escolha duas mulheres que me antecederam, com as quais se manifesta nos laços de consanguinidade: minha bisavó Marcionilha e minha mãe Arlinda, a Lindu. As histórias narradas pela minha mãe, evocam a presença da minha bisavó e da sua reivindicação ao direito a ela negado da escrita. Sou inspirada pelo provérbio yorubá que diz que “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”, que anuncia a reversibilidade do tempo. Encontro na concepção do tempo espiralar, a compreensão de que não há início, meio ou fim, mas uma ação determinada. Desse modo, até o passado pode ser reinventado. Inspirada em Conceição Evaristo (2017), trago as minhas escrevivências, como recorte de experiências vividas por mim e por tantas outras meninas e mulheres pretas, que construíram uma história que não ficou guardada no passado, mas se anuncia no presente e no futuro, como pedra que mira o pássaro em pleno voo. O livro “Os cabelos de Lindu”, mobiliza reflexões sobre: estética negra, racismo, antirracismo, matripotência, infâncias negras, reivindicação da escola como espaço formativo e de resistência, a literatura como direito humano e a urgência da descolonização do olhar. A história contada é uma forma de exaltação a oralidade e a memória, como legado ancestral, de denúncia ao assédio estético sofrida constantemente pelo povo negro e de fratura aos padrões de beleza eurocêntricos que moldam a percepção do que é belo, discutida, já discutida por Xavier (2025). A narrativa apresenta através da fabulação, uma experiência vivida em muitos corpos negros, desse jeito, propõe modos outros de existir e (re)existir. Ao compartilhar esta literatura, faço um convite à reflexão sobre a experiência do racismo que atinge os nossos corpos e atravessam as nossas histórias. Dada essas confluências, me aproprio do direito de narrar, fabular e escrevo a história de uma menina preta e de uma mulher negra, que evoca dimensões

relacionadas aos valores civilizatórios afro-brasileiros (circularidade, ancestralidade, oralidade, corporeidade, ludicidade, musicalidade, religiosidade, comunidade, energia vital (Axé), memória, cooperativismo/comunitarismo), evocados por Trindade (2010) e, sobretudo, ao desmonte de uma educação decolonial. A história de uma menina preta, que chora ao sofrer um ataque racista na escola é acolhida pelo afeto de sua avó, que lhe conta uma história de enfrentamento ao racismo. A obra mostra o poder de uma escuta sensível, da arte de contar e ouvir histórias, como precioso instrumento na construção de nossas identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

LIMA, Geni. Os cabelos de Lindu. Rio de Janeiro:WAK,2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In.: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 11-15. (A cor da cultura; v.5).

Xavier, Seu João. Racismo estético: Descolonizando mentes práticas pedagógicas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2025.

APRENDIZAGEM COM HUMANOS E MAIS-QUE-HUMANOS EM PRÁTICA HIDRO-ARTÍSTICA COMO PESQUISA NO TERRITÓRIO DA PRAIA DO PORTO DA BARRA

Raquel Parras

(Universidade Federal da Bahia (UFBA)) - raquelparras@gmail.com
Atriz, professora e produtora. Mestranda em Artes Cênicas (PPGAC/
UFBA), graduada pela Faculdade Paulista de Artes em Licenciatura
em Teatro (2013) e atriz formada pela Escola de Arte Dramática da
Universidade de São Paulo (2018). Produz, participa e colab

Este trabalho busca compartilhar parte do percurso metodológico trilhado durante a pesquisa de mestrado no PPGAC/UFBA, em Imersão como Pesquisa (Fernandes, 2024), que integra o guarda-chuva da Prática Artística como Pesquisa (PaR). Esse guarda-chuva se expande, a medida em que as práticas artísticas se dão, com expressivas contribuições das artes corporalizadas, e proporciona modos para o envolvimento e auto agenciamento em prática, rompendo com métodos científicos enrijecidos na pesquisa acadêmica. Propõe outra via, que não coloca a prática como objeto a ser quantificado ou observado, mas como método que guia a pesquisa. Para Fernandes, Scialom e Pizarro (2024), a PaR refere-se ao uso do fazer criativo nas Artes como uma forma única e diversificada de produzir conhecimento com diferentes abordagens orientadas pela prática artística. Esse diálogo entre criação e pensamento posiciona a PaR não apenas como um meio de pesquisa nas Artes, mas também como parte do contexto científico e acadêmico, promovendo inovação educacional e intelectual.

É nesse percurso corporalizado, em prática, que se dá e se revela esta pesquisa, bem como a necessidade de articular conceitos no campo epistemológico. Haseman (2006 apud Fernandes et al. 2024) coloca que pesquisadores orientados pela prática muitas vezes começam seus projetos sem a identificação clara de um problema. Em vez disso, eles são impulsionados por algo que pode ser descrito como um entusiasmo pela prática: uma ideia cativante, talvez algo imprevisível, ainda que não haja certezas sobre essas possibilidades. Esses pesquisadores desenvolvem fundamentos empíricos que servem como ponto de partida para a evolução de sua prática.

Já no início da pesquisa, encontrei o problema da impossibilidade de ter uma sala disponível e adequada para pesquisar movimento. Há anos a ETUFBA tem seu campus no Canela ocupado pelo prédio do Teatro Martim Gonçalves e da administração, e outro

inacabado e abandonado. A partir desse dado, outras possibilidades foram se apresentando para as práticas acontecerem. Como o encontro com a Prof.^a Dr.^a Ciane Fernandes no componente curricular Laboratório de Performance, onde encontrei a possibilidade de pesquisa a partir da prática hidro artística no território natural-cultural da praia do Porto da Barra.

Do asfalto para a areia, depois de receber estímulos diversos/muita informação, coloco os equipamentos de mergulho (nadadeiras, máscara e snorkel) e adentro as águas-professoras. Mergulho nesse ambiente relacional de encontro com os mais-que-humanos mineral, animal, vegetal e também os resíduos descartados pelos humanos que afundam e nadam nas águas.

A sensopercepção é ativada pelo movimento da água, é uma abertura para o estado de presença permeável que é ser movida pelas águas e por diversos estímulos, como a utilização de figurinos ou o toque de alguma pessoa parceira, por exemplo. Há momentos em que há a alternância entre mover e ser movida, e a respiração influencia em alguma medida no escolher se mover (para respirar na superfície). Mas o ponto de maior interesse em habitar a lógica do meio fluido é a modulação das noções de peso, apoio, pausa, movimento e as simbióticas, que a água nos ensina. Estar na água desestabiliza a lógica bípede controladora mental e ambiental que o ser humano insiste em querer dominar.

O território natural-cultural da praia do Porto da Barra é uma sala de aula expandida em que é possível aprender dinâmicas relacionais em cooperação, fazendo/estando junto. Os peixes que se movem em cardumes, são informados por sua linha lateral, um órgão sensorial que detecta movimento, vibração e gradientes de pressão na água, além de auxiliar na movimentação coletiva. O cardume nada junto porque sua existência depende dessa cooperação com os seus e também com outros seres como os corais, por exemplo.

As práticas ecoperformativas corporalizadas em Imersão como Pesquisa envolvem as dimensões do ambiente — a do meio fluido, e a do conceito de ecologia informada por saberes sagrados-integrados de cosmopercepções indígenas e africanas. Esse contexto inclui caminhos contracoloniais, promovendo o abrir-se no espaço interno (corpo) e externo (mar), nessa micorriza ecológica de saberes.

ENTRE TRANÇAS, AFETOS E SABERES NA LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA BAIANA

Daniele do Nascimento Silva

(UFBA) - danielle_dns@yahoo.com.br

Mestre em educação pela UFBA, docente no município de Salvador

Mestre em educação pela UFBA, pedagoga pela UNEB
e docente do município de Salvador

A literatura é a arte da palavra como meio de expressão para dar sentido a nossa existência. Tem papel metamorfoseador, acalenta, forja e engaja os sujeitos. O artigo analisa a produção da pesquisadora e autora Ana Fátima. O objetivo é entender como o afeto na literatura infantil afro-brasileira pode ser um caminho para restituir a dignidade humana e identidade vilipendiada pelo racismo. As metodologias usadas são a análise de conteúdo, pois entende que os elementos da vida cotidiana presentes no texto funcionam como linguagem e emitem uma mensagem. Além de interpretação crítica sobre as relações raciais para explorar as possibilidades das questões raciais através da literatura. As obras são permeadas de afeto, sensibilidade e ancestralidade, trazem personagens principais negros, que tem lugar de destaque no enredo e não estão em vulnerabilidade social. Elas fazem referências a ancestralidade e personalidades importantes para história do povo negro na Bahia; traz elementos da cultura africana e afro-brasileira com nomes e penteados dos personagens, léxico, elementos culturais. Os livros têm famílias funcionais com pais presentes e afetuosos. Os textos ricos em saberes ancestrais onde o afeto é o centro, combate ao racismo sem nomeá-lo, resgata a infância negra como um local de encanto. Davi Nunes (2017) afirma que o dengo, o afeto mostram para o povo negro libertação num simples aconchego de esperança no desconforto cotidiano. Assim, a literatura apresentada neste estudo suscita a reconstrução do corpo, imaginário, práticas culturais do povo negro, através do dengo, o afeto na literatura reconstrói o que foi diluído pelo racismo. Combate ao racismo sem didatismo e sem perder a beleza e fruição do texto literário.

LENDO PRETAS: IDENTIDADE, HISTÓRIAS E ESCRIVÊNCIAS

Sabrina Daniana da Rosa

(Instituto Federal Farroupilha Campus São) - sabrina.rosa@iffarroupilha.edu.br
Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004), Pós Graduada em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017), Pós Graduada em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e In

Andressa Silveira Vargas

(Instituto Federal Farroupilha Campus São) - andressa.silveira@iffarroupilha.edu.br
Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (2015), Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (2017), Especialização em Mídias na Educação pela UAB/UFSM (2018) e Especialização em Atendimento

Como a literatura produzida por mulheres negras pode contribuir para desconstruir imaginários sociais hegemônicos eurocêtricos? A leitura é uma ferramenta poderosa de transformação social e individual. Através dela, conhecemo-nos enquanto indivíduos e compreendemos o mundo que nos cerca. Entretanto, ela também já foi (e, em alguma medida, ainda é) objeto de perpetuação de desigualdades, por representar pontos de vista restritos e hegemônicos. O projeto de ensino “Lendo Pretas: identidade, história e escrituras”, desenvolvido no Instituto Federal Farroupilha – campus São Borja, com estudantes do Ensino Médio Integrado, tem por objetivo oportunizar espaços de discussão e análise de contos e crônicas de autoria feminina negra, numa perspectiva inclusiva e dialógica. Busca-se, a partir de encontros quinzenais, proceder à leitura de textos previamente escolhidos, cujos personagens e contextos são analisados com o intuito de suscitar uma interpretação crítica da realidade que os cerca, relacionando-a ao contexto vigente. Ao fim do projeto, os participantes são convidados à construção de uma intervenção dialógica com protagonistas dos textos lidos, escrevendo cartas destinadas aos personagens que lhes foram mais significativos, num gesto de reinterpretação simbólica das narrativas. A produção é dividida em duas etapas: leitura compartilhada com os demais integrantes do grupo e apresentação ao público em geral, por meio de um sarau literário organizado pelos participantes. Espera-se, ao final do projeto, que os estudantes se tornem mais empáticos e críticos, questionando dispositivos sociais que aprisionam

sujeitos e delimitam possibilidades de existências, utilizando e percebendo a literatura como forma de expressão e luta social. Acredita-se que, ao tomar contato com a escrevivência – conceito elaborado por Conceição Evaristo – os estudantes possam compreender a literatura como espaço de denúncia, resistência e reinvenção de si.

O BARRO QUE HABITA EM NÓS

Jamile Santos de Sena

(INSTITUTO ANIKULAPÓ) - elimajanes@gmail.com
Graduada em Lic. Des. e plástica (UFBA/ EBA); Especialista em História Afro
Brasileira e Cultura Indígena (ACEB); Mestra em Relações Étnicas (UESB)

Nubia Pinheiro de Sousa

(INSTITUTO ANIKULAPÓ) - nubiapinheiros@gmail.com
Artesã, artista audiovisual, Graduada em Artes Plásticas (UFBA).

A pesquisa em destaque, tem o intuito de apresentar vivências coletivas realizadas num laboratório criativo, experimental, que tem agregado mulheres negras interessadas em investigar suas conexões com o barro, esse elemento simbólico ancestral, presente tanto nas culturas afro brasileiras quanto indígenas. O objetivo é identificar durante as vivências, quais memórias, subjetividades e narrativas serão acionadas nos participantes e de que maneira nosso saber e fazer ancestral será revelado, traduzido no ato de tocar e sentir o barro. Com etapas e pesquisas distintas, desde coleta, limpeza, produção de pigmentos, à modelagem, a bioconstrução e a queima, os resultados esperados destituem-se de qualquer imposição ou rigor estético. A reconexão com o barro e os atravessamentos que o mesmo provoca é a prioridade.

PAISAGENS SONORAS E CULTURA POPULAR NA FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES

Joás Santos Cruz

(Grupo de Estudos e Pesquisa de Ensino de) - joas.artedc@gmail.com

Joás é arte educador e músico soteropolitano, licenciado em artes visuais pela UFBA. Atuou como professor de artes na educação inclusiva e especial com jovens e adolescentes com transtornos do espectro autista e neurodivergências múltiplas e foi bolsista

O relato apresenta experiências desenvolvidas no âmbito da arte educação perpassando pela educação básica e a educação não formal, explorando as relações entre som, corpo e território no ensino de arte. A partir das paisagens sonoras e da escuta sensível, foram propostas atividades que traduzem sons em imagens, articulando cultura popular, desenho e musicalidade. As vivências em Salvador e Recife destacam a integração do som e da imagem como linguagem pedagógica e artística, capaz de unir e singularizar.

PODER FEMININO: AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS NO MARACATU DE BAQUE VIRADO

Marina Silva Nóbrega

(Universidade Federal de Campina Grande) - marinaacademico2023@gmail.com
Sou Marina Silva, graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pesquisadora de Literatura Fantástica e Literatura de autoria feminina. Artista e agbezeira.

Adlene Pereira de Andrade

(Universidade Federal de Campina Grande) - adlene.andrade@gmail.com
Sou Adlene Pereira de Andrade, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente, sou aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Campina Grande, cursando a disciplina

O presente trabalho tem como tema o Maracatu [feminino] de Baque Virado, sendo um relato de experiência do espetáculo: Poder Feminino: Mulheres de Baque Virado saudando a ciência das Yabás, desenvolvido pelo grupo Baque Mulher Campina Grande. Fundado em 2021, o grupo integra o Movimento de Empoderamento Feminino — Feministas do Baque Virado, filiado à matriz do Baque Mulher Recife, criada em 2008 na comunidade do Bode, no bairro do Pina (Recife), por Mestre Joana Cavalcante — Yalorixá Mãe Joana de Osum, regente da Nação Encanto do Pina. Joana é reconhecida como a primeira mulher a reger uma nação de maracatu e se tornou referência nos fundamentos, princípios e expressões que sustentam o Baque Mulher. \r\nSua trajetória é um marco de resistência contra as opressões que atravessam a vida de tantas mulheres negras. Mais do que uma líder, ela é memória viva, guardiã de um saber ancestral que pulsa no corpo coletivo de quem toca, canta e dança. Sua atuação, enraizada na matriz africana, transforma a arte em instrumento de emancipação e luta. “Sou mulher, negra empoderada, trago o axé da Nação Nagô, Feministas do Baque Virado, mulheres guerreiras tocando tambor. Não há violência ou machismo qualquer que cale meu tambor, eu sou Baque Mulher”, ecoa uma de suas loas. Em sua comunidade, Joana semeia caminhos de libertação, especialmente para mulheres negras, por meio da educação, da espiritualidade e da cultura — mostrando que o lugar da mulher é onde ela quiser estar.\r\nFoi nesse espírito que nasceu o espetáculo Poder Feminino: Mulheres de Baque Virado saudando a ciência das Yabás, idealizado em 2023 para o edital cultural do SESC Campina Grande e apresentado em dezembro do mesmo ano. A proposta surgiu como uma forma

de reverenciar as Yabás — Obá, Oyá, Oxum e Yemanjá — divindades que guardam as águas, os ventos, os ciclos e os caminhos. O espetáculo é dividido em quatro blocos, cada um dedicado a uma dessas entidades femininas, que guiam e protegem o Baque com sua presença ancestral. Obá, guerreira solitária e silenciosa, e Oyá, senhora das tempestades, representam a força e a astúcia com que o Baque avança. Oxum, dona das águas doces, e Yemanjá, rainha do mar, trazem o cuidado, a sabedoria e o acolhimento que sustentam essa caminhada. Cada canto, cada batida, cada passo de dança é uma invocação. As loas autorais, o corpo que se move, o tambor que fala — tudo isso compõe uma linguagem que ultrapassa a estética: é rito, é memória, é política.

O espetáculo é um convite à rememoração: das mais velhas, das divindades e das mulheres que hoje fazem do Baque Mulher uma escolha contínua. Ele celebra a força e a ancestralidade das mulheres no Maracatu de Baque Virado. Composto por quatro blocos — cada um dedicado a uma Yabá —, evoca suas presenças por meio do ritmo, do canto e da dança. Mais do que uma performance, trata-se de um chamado para que cada mulher reconheça sua força e ocupe seu lugar na cultura e na sociedade. A ciência das Yabás não está nos livros — ela vive no gesto, no canto passado de mulher para mulher, nos aprendizados que acontecem no fazer coletivo. O espetáculo afirma essa outra forma de conhecimento: uma epistemologia que nasce do corpo, do afeto, do chão que se pisa juntas. Aqui, tocar tambor é gesto político. Dançar é afirmar presença. Cantar é narrar um pertencimento. A rememoração, neste espetáculo, não é apenas saudade — é continuidade. É a forma como as orixás permanecem em nós, como memória viva que transforma. O Baque Mulher faz disso escolha diária: manter-se em roda, partilhar saberes, construir coletivamente um caminho onde o feminismo se entrelaça com a espiritualidade e a cultura popular.

Este trabalho é também atravessado por referências teóricas que dialogam com nossa vivência. Santos (2017) analisa o Baque Mulher como pedagogia do feminismo negro. O INRC contribui com o reconhecimento do Maracatu Nação como patrimônio cultural. Negreiros (2017) aproxima o maracatu das religiões afro-brasileiras, enquanto Nogueira (2017) nos conduz pelos caminhos simbólicos da mitologia iorubá. Submeter esse relato de experiência a um evento acadêmico é reafirmar que há conhecimento no tambor, na roda e no corpo que dança. É afirmar que a luta feminista também pulsa nos territórios da arte, da ancestralidade e do afeto coletivo. O Baque Mulher não apenas apresenta um espetáculo — ele celebra um matriarcado vivo, insurgente, que resiste e se reinventa a cada batida.

“DAS BOCAS DE QUEM VEIO ANTES”: EXPERIMENTAÇÕES DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA TRANSMISSÃO DA TRADIÇÃO ORAL AFRO-INDÍGENA

Luciano Santos Xavier

(Cirandeiros do Sertão) - lu.ciano2011@live.com
Professor, artista popular, arte-educador, contador de histórias.

Nadja Araujo da Silva

(Cirandeiros do Sertão) - nadjapimo8@gmail.com
Professora, artista popular, arte-educadora, contadora de histórias.

O processo de formação leitora de grande parte das pessoas que advêm de comunidades orais se dá pela escuta ativa da voz ancestral que percorre não apenas os ouvidos, como também a memória daqueles que a escutam. Foi entendendo esse papel das histórias ancestrais – gestadas pela tradição griô que se perpetuou com a diáspora negra ou mesmo das heranças indígenas formadoras das nossas culturas – que o projeto a ser apresentado se constituiu. Tais ações pautaram-se na contação de histórias da tradição oral afro-indígenas em instituições públicas de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental I de Serrolândia, uma pequena cidade do interior da Bahia, como mecanismo de ativação da memória ancestral e de incentivo ao hábito de leitura, escuta de narrativas orais e também de acesso ao livro.

Com mais de 10 anos de história e trabalhos realizados, o grupo de contação de histórias Cirandeiros do Sertão – formado por 04 (quatro) artistas populares e arte-educadores(as) do município de Serrolândia/BA – encontra na contação de histórias um mecanismo de transmissão das culturas e tradições orais populares. Através de histórias, cantigas e cirandas populares, o coletivo vislumbra o incentivo à leitura e ao livro, entrelaçando oralidade e escrita como meios de transformação do sujeito e da sua relação com o mundo.

No ano de 2024, o grupo executou o projeto “Das bocas de quem veio antes: histórias na roda afro-indígena”, financiado pela Lei Paulo Gustavo/SecultBA, via edital de fomento à leitura de 2023. Esse projeto reverberou grande impacto por promover em suas ações o contato das infâncias com histórias da memória cultural negra e indígena, de maneira que abarcou o universo criativo das narrativas contadas pelos mais velhos (avôs, avós, pais, mães, tios, tias, etc.), assim como impulsionando a oralidade que nos entorna e compõe enquanto povo brasileiro.

A metodologia do projeto contou com a realização de 10 contações de histórias em creches e escolas públicas do município de Serrolândia/BA, por entender que essa atividade oral e lúdica redimensiona outras perspectivas de contato com o livro e incentivo ao hábito de leitura, mas sobretudo, de relacionamento e revitalização da ancestralidade.

Nessa perspectiva, a presente proposta tem como objetivo apresentar as experiências junto à contação de histórias, mediadas no projeto “Das bocas de quem veio antes: histórias na roda afro-indígena”, realizado pelo grupo Cirandeiros do Sertão, em escolas e creches públicas da cidade de Serrolândia/BA. Com este trabalho, pretendemos dialogar e partilhar os principais frutos do projeto, evidenciando a contação de histórias como uma força motriz que possibilitou a valorização da oralidade, o contato com a leitura, bem como uma imersão junto à ancestralidade afro-indígena.

Ainda, intentamos discutir as fragilidades corriqueiras na inclusão de saberes populares e tradicionais no contexto escolar, incursionando ações de maior tensionamento das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas públicas, no tocante às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.

NA ENCRUZA: CULTURAS POPULARES, ESCRIVIVÊNCIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO CHÃO DA SALA DE AULA

Andressa Silveira Vargas

(Instituto Federal Farroupilha) - andressa.silveira@iffarroupilha.edu.br
teste de escrita de minicurriculo

Sabrina Daniana da Rosa

(Instituto Federal Farroupilha) - sabrina.rosa@iffarroupilha.edu.br

Este trabalho apresenta a experiência do projeto de extensão Na Encruza: Educação para as Relações Étnico-Raciais, realizado no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a formação continuada de professores(as) da rede pública, valorizando culturas populares, saberes tradicionais e perspectivas afro-centradas. Inspirado na simbologia da encruzilhada como espaço de escuta e travessia, o projeto desenvolve encontros pedagógicos por meio de rodas de conversa, oficinas e produção de materiais. Os temas emergem a partir de um questionário diagnóstico respondido pelos(as) participantes. As respostas revelam o desejo de enfrentar o racismo e promover a diversidade, mas também expressam sentimentos de despreparo e solidão diante da ausência de formação específica e apoio institucional.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL E DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA COMPREENSÃO DOS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS OCASIONADOS PELA MATRIZ EÓLICA JUNTO ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DA BAHIA: DISCUSSÕES INSURGENTES PARA UM CONTEXTO EMERGENTE

Cristiano Cassiano de Araújo

(IFBA - Salvador) - cristiano.cassiano@ifba.edu.br
Possui doutorado em Geografia (UFBA), mestrado em Ciências Sociais (PUC Minas) e bacharelado e licenciatura em Geografia (UNIBH), além de ter sido bolsista CAPES-PRINT durante o Pós-doutorado na Faculdade de Economia da UFBA. Atualmente, é Professor Substi

De acordo com o artigo publicado por Lorena Izá Pereira (2024), dentre uma série de dados elencados sobre o setor de energia eólica no estado da Bahia em 2023, 183.315,33 hectares de terras já haviam sido destinados pelo governo estadual para a exploração desse mercado. Embora “legitimado” pelas crises climática, ambiental e mediante o potencial eólico do estado e da Região Nordeste, o setor vem apresentando nos últimos anos uma série de contradições inerentes à dinâmica desse processo de territorialização no estado, gerando diferentes impactos socioespaciais em face à instalação de seus empreendimentos. Dentre eles, destaca-se a instalação dessas estruturas junto às comunidades tradicionais, como Quilombolas, Fundo e Feicho de Pasto e Indígenas, reproduzindo as históricas desigualdades na distribuição da renda sobre a terra por meio da alteração destinada à pequena produção agropecuária para o uso industrial, cuja principal característica é a majoritária participação estrangeira, superando, inclusive, a atuação das empresas nacionais; essa dinâmica ainda é corroborada pela não implementação das ações mitigadoras e até mesmo indenizatórias junto às comunidades que recebem essas intervenções, exigidas no seu processo de Licenciamento Ambiental (PEREIRA, 2024).

Tendo em vista esse cenário, o intuito da presente Comunicação refere-se à necessidade dos impactos socioespaciais oriundos dos Parques e Torres Eólicas junto às comunidades tradicionais residentes próximas a essas áreas, serem trabalhados pedagogicamente no Ensino Formal com o apoio da disciplina de Geografia. Esta, a nosso ver, tem a capacidade de suprir à essas comunidades uma educação crítica junto às crianças e jovens que nelas vivem, para que eles/as possam ter uma dimensão concreta

desses impactos, auxiliando a todos e todas a pensarem formas básicas de resistência a esse processo. Para tanto, enquanto proposta didática para tratar o tema em sala de aula, desenvolveu-se um mapeamento baseado nas imagens de satélites extraídas do Sistema de Informação Geográfica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), identificando as comunidades que vivem nas proximidades das Torres e Parques Eólicos e os possíveis impactos socioespaciais que nelas ocorrem. Os impactos socioespaciais são aqui compreendidos como consequências positivas ou negativas das atividades humanas e das transformações espaciais que afetam a distribuição populacional, a qualidade de vida, o acesso aos serviços, além das dinâmicas sociais e econômicas dessa região, cuja importância da disciplina de Geografia, nesse contexto, pode orientar o tratamento do assunto por intermédio da metodologia conhecida como “Sequência Didática” (SD) (GIORDAN et al., 2011).

A SD é um conjunto organizado e articulado de atividades planejadas para atingir objetivos educacionais específicos, com um início e um fim bem definidos. Ela organiza o processo de ensino-aprendizagem de forma a conduzir o/a aluno/a, passo a passo, em direção ao conhecimento. Dessa forma, este trabalho analisa o potencial do Ensino de Geografia por Investigação (SASSERON, 2015; ROQUE ASCENÇÃO et al., 2018), utilizando as SD baseadas em perguntas geográficas formuladas a partir de situações específicas. Serão apresentadas teorias que apoiam uma prática pedagógica voltada à construção do raciocínio geográfico, indo além da simples transmissão de informações espaciais, discutindo como operar com os princípios e conceitos-chave da Geografia diante de situações investigativas que visam favorecer o desenvolvimento do raciocínio geográfico e a interpretação da espacialidade dos impactos socioespaciais decorrentes das atividades eólicas no estado da Bahia.

Nas considerações finais, por meio dos princípios da Geografia Crítica ou Marxista, compreendendo que os impactos em cada Lugar ganham a sua dimensão regional, atingindo o território como um todo, será debatido o seguinte ponto de vista: onde houver uma dinâmica de resistência baseada na diferença que cada impacto proporciona em um respectivo local, essa resistência amplia-se territorialmente, ou seja, tal como o processo de territorialização das eólicas ganha uma dimensão espacial no estado, da mesma forma, expande-se territorialmente a resistência contra elas, funcionando ainda como um instrumento que faça com que àqueles/as que residem nos espaços afetados por esse processo reflitam sobre os valores existentes no território por eles/as vividos/as e experienciados/as em face à exploração que estes vêm sofrendo juntamente com as suas comunidades, estimulando a Escola, com apoio da disciplina de Geografia, na criação de uma rede de resistência dessas comunidades.

A MATERIALIDADE DO JONGO: DE CAMINHOS AFETIVOS A CONSTRUÇÕES PRÁTICO-CIENTÍFICAS

Dayana da Silva Ferreira

(UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - dayana.ppgecc.uerj@gmail.com

Doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias - UERJ/

FEBF. Militante antirracista em perspectiva marxista-comunista.

Integrante - Educação & Insubmissão FE/UFRJ. Integrante do Grupo

de Pesquisa THEPE - Trabalho, História, Educação e Política

O presente relato de experiência concilia vida e teoria, anseando construir um lócus lógico-causal entre a cultura popular do jongo (formato urbano) e o campo teórico-es-pitêmico do materialismo histórico-dialético. Nas “Teses sobre Feuerbach”, Karl Marx explana que: “O máximo a que chega o materialismo perceptivo, isto é, o materialismo que não concebe a sensibilidade como uma atividade prática, é a percepção dos diferentes indivíduos isolados da «sociedade civil” (1). O mouro prussiano, diante dos atravessamentos judaicos confrontados à xenofobia de seu tempo, compreenderá a materialidade, desde uma perspectiva filosófica, como uma coadunação ontológica entre subjetividade e objetividade do ser no desempenho de suas práticas corriqueiras. Não há desprendimento. No máximo, maior interlocução, intencionalmente, subjetiva ou objetiva com a pesquisa desempenhada. Outrossim, parto dessa concepção para relatar como o jongo na Lapa e as vivências no Grupo de Cultura Popular Pé-de-chinelo suscitaram o despertar de uma intelectualidade descolada do ideário de sucesso individual e assentada em ideais coletivos. O encontro com o grupo afrocultural ocorreu em julho de 2004, através das aulas de jongo ministradas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Dois colaboradores do coletivo, Dário Firmino e Vanusa de Mello, ministraram uma aula no Departamento de Educação Física, onde eu participava de ações de extensão: capoeira e jongo. No mesmo mês, a partir do convite dos artistas populares, pude conhecer e integrar a manifestação urbana sob os arcos da Lapa, região histórica do Rio de Janeiro. É extremamente relevante mencionar que eu me inseria, formalmente, na UERJ junto à Faculdade de Oceanografia, gravitando em seu entorno carreiras militares, de pesquisa científica acadêmica ou aplicada (consultorias ambientais, petrolíferas, etc.). Logo, as expectativas relacionadas à carreira eram profícuas e de horizontes bastante rentáveis. Com isso, as competições e as cobranças também eram latentes. Entre os coletivizados do Grupo Pé-de-chinelo haviam muitos artistas, professores e pensadores do campo social. E, ao meu ver, tornavam-se notórias as diferenças entre os fazeres e os sentires

concebidos num cotidiano artístico, sensível, conflituoso e afetivo. Após 10 anos de múltiplas razões para a insistência na carreira oceanográfica, era o momento de colocar um ponto final e ressignificar. Em 2018, mediante os cenários históricos colocados, a escolha foi graduar-me na cadeira de Licenciatura em História e seguir o campo da Educação das Relações Étnico-raciais (2). De uma decolonialidade emanda dos Movimentos Negros para uma teoria crítica percebida nos espaços escolares da Educação Básica, a materialidade da teoria critico-marxiana fez-se luz diante de conflitos, de ingerências e de impossibilidades materiais no encontro entre meu fazer educador e uma aluna preta atravessada por profunda vulnerabilidade socioeconômica. Os limites de construir-me como uma ilha (momentânea) de representatividade e de protagonismo, como professora preta, foram confrontados pela realidade material de Dandara (nome fictício). O chão se abriu e a frustração era individualizada nos mais variados sentires afetivos. Sentires contraditórios. O afeto do jongo e dos jongueiros me reposicionou profissionalmente e sentir isso, ao longo do tempo, mostrou-se muito reconfortante. Contudo, o desejo de reportar e de perpetuar os mesmos afetos positivados e potencializadores foram colocados à prova na figura da aluna mencionada. Na construção educadora-afetiva perante um cotidiano de violências simbólicas propaladas pela roupa que se veste, pelo cheiro que se exala, pelo penteado, pelo material escolar obtido ou pela falta do calçado, defrontei-me com análises sociais advindas do contexto escolar pouco explicadas por discursos, narrativas, brechas reencantadas ou dinâmicas de empoderamento, necessitando passar por produções intelectuais e científicas concebidas pelas sociabilidades do tempo presente. Tais sociabilidades, paulatinamente, foram percebidas como contidas em um cenário capitalista de tendências categoriais fincadas e de apêndices supraestruturais metamorfoseantes.

1) Teses sobre Feuerbach: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acervo/fontes/4796>. Texto extraído da página do grupo de pesquisa HISTEDBR. Acesso em 12 de julho de 2025.

2) Trecho mencionado na minha dissertação de mestrado intitulada: Departamento de Diversidade: a nova sociabilidade do capital e as consultorias antirracistas, presente no repositório da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, PPGedu - UNIRIO: <https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/2024>.

AS CINCO LINGUAGENS DO CABELO CRESPO

Valdete Lima Ferreira

(UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL) - limaferreirajc@hotmail.com
Formada em Letras português e Inglês pela FTC, especialista em Ensino da Língua Inglesa pela Cândido Mendes e mestranda em Linguagens pela Unilab.

Mariana Ferreira Santos

(Secretaria de Educação de Água Fria- BA) - mariana.irara@hotmail.com
Formada em Letras português e Inglês pela FTC e em Pedagogia pelo Centro Universitário FACVEST- UNIFACVEST.

O trabalho objetiva formular algumas das múltiplas linguagens que o cabelo crespo pode performar. Buscamos forjar dentro dos estudos de Nilma Lino Gomes, Grada Kilomba e bell hooks os fundamentos para cinco linguagens trançadas nos cabelos crespos visando evidenciar que estes é uma forma de lidarmos com o mundo transmitir mensagens e interpretações insurgentes carregadas de subjetividades. Partindo da Linguagem identitária, passeando pela Linguagem política e afetiva chegando finalmente na Linguagem ética e estética para concluirmos postulando a Linguagem de existência e (re) existência. Ao fim desse estudo concluímos que toda pessoa negra no seu processo de autoidentificação e autovalorização passa inevitavelmente por essas cinco linguagens. Como cada um vai lidar se conflitiva ou plenamente depende de como o eu interior de cada um está sendo (re)construído.

CACIMBA DE HISTÓRIAS NO RECÔNCAVO BAIANO: REFLETINDO SOBRE A TRADIÇÃO ORAL ENTRE ACUPE E SÃO FRANCISCO DO CONDE

Ana Rita de Cássia Santos Barbosa

(UNILAB) - anarita.barbosa@unilab.edu.br

Pedagoga e Doutora em Educação. Docente do Instituto de Humanidades e Letras - Campus dos Malês, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Mayara Dias Gonçalves

(UNILAB) - mayaradias564611@gmail.com

Estudante de Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Campus dos Malês. Bolsista de iniciação científica - FAPESB

Suzete da Gama Faria

(UNILAB) - suzetefaria6@gmail.com

Estudante do curso de Letras na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Campus dos Malês. Bolsista de iniciação científica - CNPQ

O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa, ainda em andamento, intitulado Cacimba de histórias: vidas e saberes de contadores de histórias tradicionais de cidades do interior da Bahia, que tem sido desenvolvido em rede, entrelaçando quatro universidades públicas: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). As reflexões aqui trazidas referem-se ao contexto da UNILAB, envolvendo a região do Recôncavo Baiano e, especificamente, a comunidade quilombola de Acupe (Santo Amaro) e o território de São Francisco do Conde, locais de residência das pesquisadoras bolsistas de iniciação científica. Partindo da questão norteadora sobre “Como construir intercâmbios entre os saberes tradicionais e o conhecimento acadêmico relacionados aos repertórios e à performance das tradições orais e da cultura popular?”, a pesquisa objetiva investigar as histórias de vida de Mestres e Mestras dos contextos investigados. A metodologia utilizada envolve, além de pesquisa e estudo bibliográfico das principais obras de autores que discutem tradição oral e valorização das narrativas, a identificação dos Mestres e Mestras a partir das vivências e experiências das pesquisadoras envolvidas no processo

de investigação, sendo uma delas nativa da comunidade quilombola investigada. Após a etapa de identificação foram realizadas entrevistas narrativas, registradas por meio de câmera, após prévia autorização do entrevistado/a e cumprindo os protocolos éticos de pesquisa. As etapas metodológicas seguintes envolvem a transcrição dos contos coletados para posterior catalogação e organização do acervo em repositório virtual; e a sistematização e intercâmbio das experiências a partir do trabalho realizado em cada uma das universidades. Os resultados e reflexões obtidos até o momento revelam a grandeza de saberes vinculados às tradições orais e que correm o risco de desaparecer com a perda física dos Mestres e a escassez de ouvintes. Contudo, observou-se que no território de Acupe, essa necessidade vem despertando pessoas mais jovens da comunidade que têm se empenhado para a manutenção e valorização das tradições e legados ancestrais, perpetuando tais saberes por meio do reconto dessas histórias e da manutenção das manifestações culturais. Em São Francisco do Conde há um rico legado vinculado às raízes do samba e à tradição oral das comunidades quilombolas que fazem parte desse território. Todo esse saber precisa circular não apenas entre quem os mantém, mas também nas escolas e universidades em modo que possam ser devidamente valorizados como patrimônio ancestral.

CADERNO DE HISTÓRIAS: ABRINDO A RODA DA ESCOLA PARA O TECIDO CULTURAL DE SEU PRÓPRIO TERRITÓRIO

Victor Gargiulo

(Programa de Pós-Graduação em Difusão do) - giuvic@gmail.com
Doutorando em Difusão do Conhecimento pelo Instituto
Federal da Bahia (IFBA), com mestrado em Artes Cênicas pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduação em Pedagogia
pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Gostaria de começar essa conversa com uma experiência vivida por mim em 2022, no Alto da Bola, na Escola Municipal Madre Judite, em Salvador, Bahia. Era uma tarde de sexta-feira de maio, dia da Família, solução criada para substituir o Dia das Mães. No campo de futebol que dá nome ao território e que hoje é administrado pela EMBASA, debaixo do sol, famílias, crianças e professoras se reuniram em rodas para conversar. Sentada na minha roda estava uma senhora, familiar de uma criança de outra turma. Direcionei a atenção para ela: Dona Santinha, 84 anos, moradora do Garcia, que gostava de brincar de samba... em junho! Surpreso, eu desconhecia essa prática cultural soteropolitana, hoje registrada como patrimônio da cidade. Ali, Dona Santinha revelou o quanto esse professor forasteiro ignorava da vida das crianças com as quais iniciava sua caminhada enquanto educador na cidade.

Pouco depois, mudei-me para o Alto das Pombas para atuar como professor pedagogo ao lado de crianças do 2º ano da Escola Municipal Conjunto Assistencial Nossa Senhora de Fátima.. Chegara a Salvador em 2016 para o mestrado; aquelas crianças de 6, 7 anos de idade chegando no mundo mais ou menos na mesma época. Guardadas as devidas proporções, conhecíamos Salvador há praticamente pelo mesmo tempo. Quem, então, poderia nos contar sobre a experiência de viver na cidade, suas culturas, alegrias e lutas?

Retomando a pesquisa de Meira (2007), bem como a experiência com Dona Santinha, decidi que o melhor seria me voltar ao território da escola: o Alto das Pombas, que historicamente é ligado aos movimentos sociais, migrações, ocupações e culturas de Salvador. Nesse sentido, criar espaço para que as memórias das famílias ocupassem o chão da sala de aula tornou-se fundamental.

Esse caminhar desembocou no Caderno de Histórias, um projeto assentado no corpo de memórias que tecem a cultura daquelas crianças. A proposta: criar um livro coletivo com narrativas familiares contadas por mães, avós e parentes. Mais que uma atividade

pedagógica, era uma prática de valorização da ancestralidade e resistência cultural, alinhada à Lei 11.645/2008 e às Diretrizes de Educação Afro-Brasileira de Salvador (2005). Em cinco movimentos, as crianças: (1) entrevistaram familiares, colhendo histórias e causos; (2) trouxeram essas narrativas por escrito para a escola – os pequenos ainda em fase de alfabetização ditavam suas lembranças a um parente-escriva, que registrava fielmente suas memórias; (3) recontaram oralmente essas histórias escritas para a turma e para mim; (4) redigiram suas versões com apoio coletivo; e (5) ilustraram e organizaram o Caderno de Histórias, que viria a ser lançado no Dia da Consciência Negra.

Hoje leio essa caminhada a partir da ideia de que o corpo é lugar da memória (Martins, 2003). Ao ouvirem seus parentes e recontarem as histórias, as crianças ativaram redes de transmissão oral que escapam aos registros que predominantemente orientam os livros didáticos e currículos oficiais, transformando cada gesto de escuta em exercício de rememoração corporal e tessitura identitária. O processo triplo – entrevista em casa, transcrição, recontagem na escola – criou camadas de ressignificação. Como propõe Denzin (2001), cada narrativa tornou-se um ato performativo: a escuta, coautoria; a escrita, reencenação sensível da memória. As crianças não eram meras coletoras, mas agentes de tradução afetiva.

No lançamento do livro, o espaço escolar transformou-se em uma verdadeira celebração. Outras turmas e professoras puderam escutar as histórias recontadas pelas próprias crianças, ativando o conceito de oralitura (Martins, 2003) — a escrita da oralidade encarnada no corpo e na performance — e aprofundando a performatividade reflexiva da entrevista ao ser narrada. A experiência evidenciou como práticas aparentemente simples — esse vai-e-vem entre a escuta doméstica, o registro familiar e a recontagem em sala de aula — podem constituir um caminho potente não apenas para responder às exigências da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, mas também para valorizar os saberes do território em que a escola está inserida. Assim, mobilizam-se conhecimentos historicamente silenciados e se propõe uma educação crítica, sensível e enraizada nos territórios de vida.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA SALA DE AULA FORMAL

Letícia Paulina Dias Barbosa,

(UFBA)

leticiaapaulina2@gmail.com - Contadora de histórias, atriz e palhaça, é professora de teatro licenciada pela Escola de Teatro - UFBA, mestranda do PPGEDU - UFBA, onde pesquisa a contação de histórias na cultura popular.

Pedro Rodolpho Jungers Abib

(UFBA) - pedrabib@gmail.com

Professor titular da Faculdade de Educação da UFBA, pesquisador da área de culturas populares, educação popular e arte educação.

Há um número alarmante de professoras que estão com alguma comorbidade psíquica no estado da Bahia, principalmente, durante a pandemia da COVID 19 os relatos de que ansiedade, crises de pânico e depressão passaram a ser mais frequentes, bem como a síndrome de *burnout* entre os educadores durante o exercício da sua profissão, mas o trabalho remoto que acelerou algo que já vinha acontecendo e mesmo hoje com o fim da pandemia, ainda estamos adoecidas pela sobrecarga de trabalho escolar.

As professoras andam exaustas e adoecidas com tantas demandas de trabalho. A cultura popular através das histórias de tradição oral e outras afetivas, podem iniciar um processo de cura pessoal, de reconexão com as crianças e a ancestralidade através das narrativas.

O ato de falar, é terapêutico e nos organiza psiquicamente. Contar histórias, extravasa dores e aproxima relações. Ao narrar um conto popular, conexões são feitas e, essas lembranças iniciam um processo de cura através das histórias..

DOS “ACONSELHAMENTOS DE PESSOAS MAIS VELHAS” AO “RESGATE DA NOSSA CULTURA”: AS PRÁTICAS TRADICIONAIS E POPULARES DE CUIDADO EM SAÚDE NA VISÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Vinicius Pereira de Carvalho

(Universidade Federal da Bahia) - viniciuscarvalhoba@gmail.com
Bacharel em saúde e Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade
pela UFBA. Estudante do curso de Medicina e do Doutorado em Saúde
Coletiva (área de concentração em Ciências Sociais em Saúde) pela UFBA.

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

(Universidade Federal da Bahia) - maria.thereza@ufba.br
Psicóloga pela UFBA. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela UFBA.
Professora titular do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA.

Maria Beatriz Barreto do Carmo

(Universidade Federal da Bahia) - mariabeatrizbc@gmail.com
Psicóloga pela UFBA. Mestre em Saúde Coletiva pela UFBA.
Doutora em Ciências pela USP. Professora adjunta do Instituto
de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA.

As culturas tradicionais e populares de cuidado em saúde abrangem saberes e práticas baseados na vivência comunitária, nos territórios ancestrais, na escuta intergeracional e na força da oralidade. Sustentadas por agentes de cuidado diversos, como benzedeiras e curandeiros, esses saberes e práticas expressam a ampla influência dos sistemas médicos indígenas e afro-brasileiros na cultura brasileira (Almeida, 2011). Na Bahia, as práticas tradicionais e populares foram reconhecidas como parte do elenco de recursos terapêuticos do sistema oficial de saúde através da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares, publicada em 2019 (Bahia, 2019). Contudo, o reconhecimento no âmbito dessa política pública não provocou a inserção plena dessas práticas nos serviços de saúde, cenário acompanhado pela dominância colonial da racionalidade biomédica no campo da saúde (Guimarães et al., 2020). Considerando que a formação acadêmica se relaciona à forma como os saberes e práticas de saúde são acolhidos por partes dos cuidadores institucionalizados e reconhecendo que a universidade costuma ser lida e divulgada como um ambiente pautado em uma ciência de base positivista, que tende a marginalizar e excluir o que foge dos ditames da pretensa neutralidade e objetividade acadêmica, buscamos compreender como estudantes do ensino superior percebem as

práticas tradicionais e populares em saúde. Para isso, concentramo-nos nos resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com estudantes de um curso da área da saúde de uma universidade pública de Salvador (Bahia) (Carvalho; Coelho; Barreto do Carmo, 2023). O projeto foi aprovado por um comitê de ética e os dados foram produzidos através de questionários e entrevistas semiestruturadas. Ao longo do estudo, observamos que muitos/muitas estudantes identificaram que as práticas tradicionais e populares estão enredadas na memória coletiva, na oralidade e na experiência comunitária, operando desde uma noção ampliada de saúde. Há um reconhecimento de que são a expressão de saberes ancestrais transmitidos entre gerações e que se conectam à terra, à cultura, às vivências familiares, à afetividade e à espiritualidade em corporeidades e narrativas, associando-as com a produção de um cuidado dotado de ferramentas que transcendem a lógica biomédica. Contudo, também emergem tensões das falas dos/das estudantes, como as críticas à reprodução de uma hierarquia de conhecimentos por parte da universidade e do saber (bio)científico, na qual os saberes e práticas oriundos de povos tradicionais são invisibilizados, deslegitimados ou apenas tolerados sob rótulos de exotização. Além disso, entre estudantes provenientes de municípios do interior da Bahia, a mudança para a capital do estado para o ingresso na universidade implicou na descontinuidade do uso de algumas práticas tradicionais e populares devido à dificuldade de acesso e à separação do núcleo familiar. Reconhecer os saberes e práticas tradicionais e populares como parte integrante da produção do cuidado é um passo fundamental para o enfrentamento das monoculturas, das desigualdades e do racismo estrutural. Nesse sentido, acreditamos que promover o diálogo dos saberes tradicionais e populares com a universidade é uma questão epistemológica, ética e política. A identificação das práticas tradicionais e populares entre os/as estudantes participantes de nossa pesquisa denuncia o apagamento colonial dessas práticas e propõe novos caminhos para pensar o cuidado. Apoiando a construção de uma universidade participativa para o compartilhamento do saber tradicional e popular, propomos a abertura radical dos serviços de cuidado em saúde e dos currículos universitários à benzeção, aos banhos de folhas, aos chás e aos rituais religiosos de cura, algumas das práticas citadas por estudantes da pesquisa, num movimento contracolonial de revalorização dos “aconselhamentos de pessoas mais velhas” e “resgate da nossa cultura” (excertos de falas de estudantes) frente ao saber-fazer dominante da biomedicina. Esta é uma das direções para produzir justiça epistêmica, antirracismo, diversidade cultural e decolonização no campo da saúde e da educação superior.

EMPRETECER AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Gabriella Maciel de Moraes Leite da Rocha

(Uerj - Febf) - macielgabriella25@gmail.com

Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Uerj. Professora do ensino básico há 10 anos.

Amanda Silva Barbosa

(Uerj - Febf) - amanda_slbr@outlook.com

Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Uerj

Sou Gabriella Maciel de Moraes Leite, estudante de Pedagogia na FEBF/UERJ e professora desde 2016. Ao longo da minha trajetória, tive muitos alunos negros em sala, mas, por falta de formação, não trabalhava de forma antirracista. Um episódio marcante foi quando uma aluna preta, adotada por uma família branca, se desenhava como uma menina branca. Percebi que eu não oferecia referências positivas e acabava reproduzindo práticas racistas, mesmo sem intenção. Esse momento foi um divisor de águas e me levou a buscar formação no curso “Empretecendo as Práticas Pedagógicas”, com a professora Adriana Correia. Lá compreendi que, como pessoa branca, nunca sentirei a dor do racismo, mas posso e devo atuar para combater suas estruturas.

A partir daí, comecei a repensar cada aula, incluindo conteúdos antirracistas e valorizando a história e a cultura negra e indígena. Criei atividades que exaltavam personagens negros, como Tia Nastácia, e trouxe autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo para a sala de aula. Entendi que ser antirracista é um compromisso diário e vai além da escola: é uma transformação pessoal.

Com o apoio de colegas, conheci experiências que me ajudaram a entender melhor a realidade dos meus alunos. Hoje, sei que o combate ao racismo não é responsabilidade apenas de professores negros, mas de todos. A Lei 10.639 reforça que é dever de toda a escola. Ao transformar minha prática, inspiro colegas a refletirem. Ser professora antirracista é lutar por uma educação que valorize todas as identidades, reparando silenciamentos históricos e fortalecendo a autoestima dos alunos. É nesse ponto que minha trajetória se cruza com a da minha colega Amanda.

Me chamo Amanda Barbosa, sou uma mulher preta, com traços negróides e cabelos crespos, tenho 25 anos e sou estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, onde também faço parte do projeto de Prodocência, cujo tema é empretecendo as práticas pedagógicas. Estudei toda a educação básica em escolas públicas. Assim como

a maior parte da população brasileira, a maioria dos alunos da escola pública é negra. O ambiente escolar, reflexo de uma sociedade estruturalmente racista, acaba reproduzindo falas, atitudes e práticas discriminatórias. Foi nesse contexto que cresci.

Ainda criança, eu conseguia perceber a diferença de tratamento comigo em comparação com outras meninas da mesma idade que eu, com o mesmo uniforme, na mesma sala, na mesma escola onde nossa única diferença era a cor da pele e a textura dos cabelos.

Movida por isso, ainda criança, criada por uma família religiosa, um dia orei antes de dormir pedindo a Deus para acordar com a pele branca, os cabelos lisos e com os olhos claros, não acordei branca. e, no cotidiano escolar onde o racismo era normalizado, enfrentei sozinha os comentários depreciativos que eram direcionados ao meu cabelo e à minha cor e, embora não tenha sido de conhecimento meu compor a lista de meninas mais feias da escola, eu me parecia com elas.

Se durante minha educação básica eu tivesse tido na escola professores e professoras que, inquietos com o racismo no cotidiano escolar e suas consequências se comprometessem com uma educação antirracista tal qual a professora Gabriella Maciel meu desenvolvimento educacional, emocional e social não teria sido outro?

Ao invés de olhar para o perfil branco dela e esperar por um milagre para acordar igual, eu poderia conhecer, me inspirar e me orgulhar das outras referências que ela me traria, sendo alguém comprometida em empretecer suas práticas pedagógicas.

Quantas trajetórias foram desviadas pela ausência de um olhar antirracista nas escolas e nas salas de aula? Ou ainda: até que ponto a ausência de uma educação antirracista impacta o desempenho escolar, a autoestima, as possibilidades de futuros melhores, a vida de alunos?

A ausência de um olhar antirracista no ensino fundamental impactou negativamente minha vida escolar. De forma geral, somente no ensino médio eu tive a oportunidade de me letrar racialmente. Só aí as minhas possibilidades de futuro foram ampliadas. Se hoje eu curso Pedagogia, é na certeza de que Empretecer minhas práticas mudará vidas.

KIZOMBA DOS SABERES: CULTURAS POPULARES DE SERGIPE EM SALA DE AULA

Nathaly Daianne dos Santos Silva

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)) - nathalysilvaprof@gmail.com
Historiadora e professora de História pela UFS. Mestranda em
História pelo PROHIS-UFS. Integrante do Ananse – GEPHADA

Maria da Conceição Santos Sobrinha

(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)) - mariadaconceicao2103@gmail.com
Historiadora e professora de História pela UFS. Mestre em
História pelo PROHIS-UFS. Doutoranda em História pelo
PPGHIS - UNB. Integrante do Ananse – GEPHADA

O Kizomba dos Saberes é uma plataforma digital idealizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de História da África e da Diáspora Africana – Ananse/GEPHADA (UFS), com o propósito de tornar acessíveis à comunidade escolar e à sociedade em geral as manifestações culturais negras presentes nos 75 municípios de Sergipe. A iniciativa visa contribuir para a implementação da Lei 10.639/03, ao aproximar educação básica e culturas populares. O portal reúne informações sobre festas, tradições, uma afropédia interativa e atividades pedagógicas. Sua construção envolveu estudantes da graduação e da pós-graduação em pesquisas historiográficas e entrevistas com mestres da cultura popular, sob orientação docente do Departamento de História - UFS e com apoio da FAPITEC/SE. Apesar de sua relevância, o projeto enfrenta desafios relacionados à articulação com as redes públicas de ensino e à efetiva incorporação nas práticas escolares. Diante disso, esta comunicação busca apresentar o projeto e fomentar o diálogo com outras experiências educacionais, visando a construção de redes de colaboração para a valorização da cultura negra e o fortalecimento de uma educação antirracista.

MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E SABERES: AS INFLUÊNCIAS DAS MESTRAS E MESTRES GRIÔS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Nataline dos Santos Conceição

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - nataline33santos@hotmail.com

Formada em Licenciatura em Pedagogia pela UNIMAM - Mestranda

pela UFRB. Coordenadora Pedagógica do Colégio Estadual

Quilombola de Tempo Integral da Bacia do Iguape.

Este projeto, desenvolvido no Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB), estuda a presença e a memória de mestres e mestras Griôs no Colégio Estadual Quilombola da Bacia do Iguape, em Cachoeira-BA, investigando sua influência na formação de jovens quilombolas. Busca compreender a relevância da oralidade e dos saberes ancestrais na educação quilombola, analisando como essas memórias fortalecem a identidade étnico-racial e o pertencimento das juventudes negras rurais.

A pesquisa parte da seguinte questão norteadora: como a presença e as memórias das mestras e mestres Griôs no Colégio Estadual Quilombola de Tempo Integral da Bacia do Iguape/Cachoeira-BA influenciam no desenvolvimento dos jovens quilombolas?

O objetivo geral é: Identificar os elementos da formação Griô na educação escolar quilombola no CEQBI, e objetivos específicos: 1. Identificar os mestres e mestras Griôs presentes na escola; 2. Refletir sobre como a juventude quilombola do CEQBI entende a preservação das memórias para o fortalecimento da identidade e pertencimento do povo quilombola; 3. Observar e refletir sobre as trocas intergeracionais entre a juventude quilombola do colégio e as mestras e os mestres e os modos de aprendizagem que emergem.

A escolha do tema se conecta à minha trajetória pessoal e profissional, marcada pelas histórias que aprendi com meu avô, um verdadeiro mestre Griô, que transformava o cotidiano em espaço de aprendizagem. Essa vivência me faz reconhecer a importância dos saberes tradicionais na formação das juventudes negras. No CEQBI, como coordenadora pedagógica, essa compreensão se aprofunda ao perceber, na prática, a necessidade de valorizar identidades quilombolas e construir currículos ancorados na ancestralidade e na justiça social.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com inspiração etnográfica, fundamentada nos princípios da etnometodologia e do etnocurrículo, a partir de Macedo (2021). O trabalho de campo será realizado no CEQBI, localizado na comunidade de Santiago do Iguape — a maior das onze comunidades da região e reconhecida como quilombola

pela Fundação Cultural Palmares. Os procedimentos metodológicos envolvem entrevistas narrativas com quatro mestres Griôs (dois homens e duas mulheres) vinculados à escola, rodas de conversa com estudantes, além do registro dos dados por meio de diário de campo, áudio e vídeo. Como produto final, será elaborado um vídeo-documentário que reúna as memórias e experiências de Griôs e estudantes.

O referencial teórico articula autores que refletem oralidade, memória, currículo e territorialidade nas comunidades negras. Hampâté Bâ (1982) vê os griôs como “bibliotecas vivas” e guardiões dos saberes orais, enquanto Le Goff (1996) trata a memória como construção social e de identidade. Givânia Silva (2014) destaca a educação quilombola alinhada aos modos de vida dos territórios. Vanda Machado (2015) defende a escola como espaço de diálogo com o território, e Roberto Macedo (2021) propõe a etnometodologia para valorizar saberes cotidianos e modos próprios de aprender.

A pesquisa reafirma a educação quilombola como resistência ao valorizar saberes ancestrais, oralidade e vivências no currículo, propondo a escuta e o pertencimento como forças pedagógicas e políticas. Ao reconhecer e ativar as memórias dos mestres e mestras Griôs, busca contribuir para um currículo descolonizador, comprometido com a justiça histórica e o protagonismo das juventudes quilombolas em seu território.

O ENCONTRO DE SABERES NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Ticiane Osvald Ramos

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - ticianeor@gmail.com

Ticiane Osvald Ramos – Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia (Universidade de Brasília). Especialista em Saúde Pública. Professora no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Este trabalho tem por objetivo contextualizar a iniciativa “Encontro de Saberes” a partir das ações promovidas no Centro de Ciências da Saúde – CCS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. São relatadas ações no período preparatório e de implementação, finalizando com um breve balanço das conquistas e desafios (RAMOS, 2021). O projeto Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras é iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), tendo sido iniciado na Universidade de Brasília. O cerne da iniciativa é propiciar um espaço de experimentação pedagógica e epistêmica no ensino aprendizagem universitário capaz de inspirar resgates de saberes e inovações que beneficiem os envolvidos – estudantes, mestres e professores (INCTI/UnB/CNPq, 2015).

A primeira ação que impulsionou o Encontro de Saberes no CCS/UFRB foi, em janeiro de 2016, a organização do evento que teve como palestrante o Prof. Dr. José Jorge de Carvalho, coordenador do INCT e Prof. Dr. Kabengele Munanga. Outra iniciativa relacionada ao reconhecimento e valorização dos saberes populares e tradicionais no CCS foi, em setembro de 2016, a criação do Mural “Raízes Recôncavas”. Como parte do Reencôncavo Saúde 2016.01 e das comemorações de 10 anos do CCS, o artista visual Tiago Botelho aceitou o convite de vir ao campus e nos presentear com o processo criativo e a execução do Mural, coletivizado também entre professoras, alunos e servidores. O mural afirma e comunica o pertencimento simbólico do território em que o CCS está inserido, abordando visualmente questões da ancestralidade, das culturas populares e tradicionais, diversidade de sujeitos, epistemes e processos sociais.

Como consequência da Conferência relatada acima, houve uma mobilização em torno da criação de um componente com conteúdos relacionados à ideia do Encontro de Saberes, possibilitando incursões pontuais, a partir de vivências com mestres e

mestras dos saberes populares e tradicionais. O componente, registrado como “GCCS 827 – Arte, Saberes Tradicionais e Encontros Epistêmicos” foi um importante passo para o fortalecimento da temática no campus, o mapeamento de sujeitos, iniciativas e realização de contatos.

Paralelamente, ocorriam articulações necessárias com a Pró-Reitoria de Extensão, cabendo ressaltar a visita ao INCTI – UnB no início de 2018, que proporcionou afinção da proposta da UFRB, resultando no desenho das propostas piloto a serem desenvolvidas no CCS e CETENS (Feira de Santana), no semestre 2018.2. Para marcar o novo ciclo, propôs-se a realização do evento “Saberes orgânicos em roda”, na forma de aula inaugural, parte das atividades do Reenconcavo Saúde 2018.02. Como mestre de honra foi convidado Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), que contou sua experiência como relator de saberes da Comunidade Quilombola do Saco-Curtume, no Piauí, com a conferência intitulada “As fronteiras entre o saber sintético e o saber orgânico”. Seguiu-se roda de diálogos, com a presença do mesmo e os seguintes mestres/as: Iyalorixá Nilza do Nascimento Ferreira (Mãe Nilza da Oxum, Ilê Axé Yepandá Odé), Jirlan Nascimento (Mestre Muralha, Grupo Ogunjá de Santo Antônio de Jesus e portador do legado de Mestre Roque dos Anjos), Bárbara Ramos, representantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP do Quilombo da Graciosa e Cinézio Feliciano Peçanha (Mestre Cobra Mansa, Capoeira Angola e criador do Kilombo Tenondé). No semestre 2018.02, efetivamente o CCS realizou a primeira experiência do Encontro de Saberes, tendo mestras e mestres à frente do processo de ensino-aprendizagem. O componente, intitulado “GCCS870 - Encontro de Saberes Tradicionais e o Processo Saúde-Doença-Cuidado” teve como mestras a Iyalorixá Nilza do Nascimento Ferreira, na primeira parte, e os representantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP do Quilombo da Graciosa Bárbara Ramos e Nildo Sacramento, na segunda parte.

No ano de 2019, o componente Encontro de Saberes encontrou impedimentos orçamentários para execução, uma vez que o reconhecimento dos mestres e mestras das culturas tradicionais e populares passa pela remuneração de sua participação como docentes. Este pode ser considerado o principal desafio a ser enfrentado no presente momento pela iniciativa. Entretanto, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e representantes docentes dos Centros de Ensino, a UFRB caminha na direção de uma articulação que possa estabelecer as diretrizes e regulamentações necessárias para o fortalecimento da iniciativa. A experiência até aqui deixou grandiosos frutos para a formação discente e a relação da Universidade com o território, fortalecendo e ampliando os vínculos com seus guardiões que expressam a cultura, os saberes e fazeres tradicionais e populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB/CNPq). Encontro de Saberes: bases para um diálogo interepistêmico. Brasília, 2015.

RAMOS, Ticiane Osvald. Relato do Encontro de Saberes no CCS – UFRB. Santo Antônio de Jesus, 2021.

O BRASIL CABE EM UMA SALA DE AULA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS ATRAVÉS DE APRESENTAÇÕES PRÁTICAS

Adeilda do Nascimento Oliveira

(Universidade Federal de Minas Gerais) - adeildavieira@outlook.com
Graduada em Letras - Português/Literaturas pela UFRJ. Especialista
em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura
e de Produção de Texto - Proleitura. Professora de Redação no
Cursinho Popular Quilombo Educacional Vilma Reis

O presente trabalho pretende expor a minha experiência enquanto professora substituta em uma turma do segundo ano do EM, a partir da disciplina Cultura Popular. Sou uma mulher preta-nordestina que conhece metade do país, consegui explicar pelas minhas próprias vivências alguns dos aspectos que foram abordados através das sete apresentações práticas. Cada grupo encenou uma manifestação cultural, destacando a sua importância e legado. Perpassando pela resistência para que ainda exista e preconceitos sofridos. Assim, há valorização da riqueza e diversidade do Brasil no que se refere à cultura e exalta as artes, culinária, cotidiano, ancestralidade e perspectivas para gerações futuras.

RACISMO INSTITUCIONAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE AFROCÊNTRICA SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL

José Semedo Júnior

(Faculdade de Educação (UFBA)) - semedojuniorjose@gmail.com
Graduado em Humanidades, licenciando em Ciências
Sociais e mestrando em Educação.

O presente artigo apresenta uma análise afrocêntrica sobre o racismo institucional na Guiné-Bissau, no sistema educacional, instalada pela colonização, que prevalece no sistema do ensino no país em questão, ademais pelo (neo)colonização. No tocante ao objetivo geral, o trabalho busca compreender e explicar o fenômeno da exclusão da cultura e história guineense no sistema educacional vigente, como o sistema educacional guineense atende as diretrizes educacionais ditadas pelo Estado (neo)colonial. Por outro lado, os objetivos específicos assentam justamente em entender os mecanismos para a construção de um projeto educacional afrocêntrico para Guiné-Bissau, os seus desafios e perspectivas no processo de desenvolvimento do país, analisar, o lugar das culturas guineenses no projeto educacional afrocêntrico, para o contexto da Guiné-Bissau. A pesquisa possui abordagem qualitativa, bibliográfica e com viés exploratório.

SABERES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: RELATOS NA VIVÊNCIA DA EGRESSA NEGRA QUILOMBOLA NO IF BAIANO CAMPUS SERRINHA

Juciene Malaquias dos Santos

(Prefeitura Municipal de Simões Filho - B) - jucienemalaquias13@gmail.com

Graduada em Letras Vernáculas pela Jorge Amado, Mestra

em Educação Profissional pelo IF Baiano Campus Catu,

Professora da Educação Básica de Simões Filho.

O presente trabalho intitulado Saberes Tradicionais e Educação Profissional: Relatos na vivência da egressa negra quilombola no IF Baiano Campus Serrinha. O objetivo aqui proposto, se coloca a interpretar como se entrecruzam a preservação dos saberes tradicionais com as práticas pedagógicas na Educação Profissional no IF Baiano Campus Serrinha, a partir dos relatos das vivências da egressa negra quilombola do Território do Sisal. Foi utilizado, o método fenomenológico à luz da concepção de Husserl como fio condutor na tessitura da travessia entre o ser e a sua compreensão do mundo da vida na formação humana integral, entrelaçado com a técnica da entrevista compreensiva para a coleta de dados. Dan Zahavi (2024), afirma que “[...] nós só podemos dar sentido ao mundo, na medida em que ele aparece para um sujeito e é compreendido por ele”. Além disso, como bem nos lembra a intelectual negra bell hooks (2019), que “estamos enraizados na linguagem, fincados, temos o nosso ser em palavras. A linguagem é também um lugar de luta.” Assim, seguindo o movimento de presentificar no centro dessa discussão o pensamento dos referidos autores, foi capturado no contexto da roda de conversa uma belíssima narrativa sobre a importância de proteger e guardar as sementes Crioula, como uma fonte primordial na manutenção das práticas tradicionais ancestrais da sua família e da sua comunidade quilombola da egressa negra, Maria Beatriz Coragem, técnica em Agropecuária, remanescente do quilombo do Curral de Fora, no distrito de Pataíba, Município de Água Fria e participou como interlocutora na pesquisa de mestrado, escrita pela autora do artigo. Outrossim, a egressa negra ao passar pela Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), não só demarca seu lugar social de fala a partir dessa aprendizagem ancestral da experiência do vivido, como também, busca provocar, com a sua representatividade quilombola no seu ambiente educacional de formação, a necessidade de se estabelecer um novo olhar sobre a elaboração e a aplicação de novas práticas pedagógicas subsidias primordialmente na valorização desses saberes ancestrais no espaço educativo. Neste sentido, Maria Beatriz Coragem se põem

a explicar como se tece na sua trajetória de vida o pertencimento a partir do legado herdado de seus ancestrais. Para ela, falar da ancestralidade significa antes de mais nada, “[...] uma coragem que impulsiona a gente a lembrar dos ancestrais que deixam histórias de luta, força e preservação dos seus ensinamentos” [...]. Desse modo, Maria Beatriz Coragem materializa no seu relato a força e determinação dos conhecimentos transmitidos de geração a geração pelos seus ancestrais no instante que ela evoca a partir da reconstituição da sua memória afetiva no seu tempo vivido e como esses saberes tradicionais atravessam a sua vida pessoal e a sua formação profissional na EPTNM. Outro aspecto, significativo percebido durante a escuta neste relato da egressa negra se dar, a meu ver, durante a dinâmica estabelecida por ela para presentificar os fatos passados a partir das experiências cotidianas sem perder de vista sua fonte de referência identitária dos saberes tradicionais quilombolas. A autora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006), nos afirma que “a singularidade dessas experiências constitui o substrato da marca de um tempo. Substrato muitas vezes reafirmado pela memória e em outras por ela sublimado”. Assim, diante desse movimento entre o lembrar e o esquecer, dando sentido ao vivido, foi que Maria Beatriz Coragem rememora a importância na manutenção do conhecimento ancestral presente pelo guardião das sementes Crioulas. Então, ela ecoa de maneira vibrante e potente a seguinte explicação: “as sementes crioulas são sementes passadas de geração a geração. Meu pai plantava um feijão, ele gostava de plantar um feijão. Então, meu pai plantava o milho e feijão e o pai dele plantava. Meu pai guardou as sementes do meu avó e plantou [entendeu]. Meu pai passou para meu irmão estas sementes, sem agrotóxico, sem misturar com outras, estas sementes são do meu pai, da minha família. Elas são da família dos membros da minha família, que são os verdadeiros guardiões destas sementes. Qualquer tipo de semente sendo passada de geração em geração é uma semente crioula”. Assim, a partir da escuta atenta dessa narrativa de vida, da experiência subjetiva dessa mulher negra quilombola durante o seu percurso formativo educacional na EPTNM. É possível compreender como se constitui a profunda conexão entre o ser no mundo e da vida na sua comunidade no processo fluido de reconhecimento e de difusão desses saberes tradicionais considerado verdadeiro tesouro ancestral salvaguardados culturalmente no âmbito dessa comunidade quilombola.

A CONSTRUÇÃO DA VIOLA MACHETE: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA E CULTURAL

Átila Ramirez da Silva

(UFBA) - atilaramirezsilva@gmail.com

Doutorando em Educação pela UFBA. Estudou música na Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP) e no Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos de Tatuí (SP). Integrou o Grupo de Música Raiz do Conservatório de Tatuí e o Grupo Buriti. Grup

Este trabalho apresenta a experiência de construção de uma viola machete como prática formativa e cultural situada entre a tradição popular do Recôncavo Baiano e as experimentações contemporâneas da luteria. A partir de uma vivência realizada em parceria com dois luthiers de Salvador, o processo envolveu tanto o aprendizado de técnicas tradicionais quanto a incorporação de inovações como o soundport, a compensação do cavalete e o braço abaulado, recursos que ampliam a ergonomia e a qualidade sonora do instrumento. Inspirado pelas ações de retomada da machete após sua patrimonialização, o relato propõe uma reflexão crítica sobre o saber-fazer artesanal como espaço de práxis educativa, memória cultural e reinvenção criativa, reafirmando a machete como artefato de resistência e continuidade histórica.

A CULTURA PULSA ONDE OS PÉS TOCAM O CHÃO

Igor Leon da Silva Barreto

(UFBA) - igorleon@ufba.br

Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela UFBA.

Lisah Pereira Melo

(UFBA) - lisahmello9@gmail.com

Graduanda no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde pela UFBA.

Driele de Souza Araujo

(UFBA) - dr.arauujo@gmail.com

Graduanda no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFBA.

Este relato de experiência, intitulado “A cultura pulsa onde os pés tocam o chão”, é apresentado na modalidade de produção audiovisual. Ele documenta as ricas vivências e os profundos aprendizados proporcionados pela disciplina EDCH82ACCS - Saberes e Fazeres da Cultura Popular na Educação. O vídeo consiste em um registro imersivo que capta a essência da cultura popular em seu ambiente mais autêntico e vibrante, por meio de cenas das viagens realizadas como parte do curso. A produção audiovisual também integra um poema autoral, cuidadosamente elaborado para retratar as figuras populares e mestres da cultura que marcaram significativamente a jornada e inspiraram reflexões sobre a força e a beleza dessas tradições. O trabalho, em sua totalidade, ressalta a importância fundamental do contato direto com as comunidades e seus saberes para uma compreensão genuína e aprofundada da cultura popular, evidenciando como a ancestralidade e os saberes tradicionais continuam a pulsar e a se renovar continuamente no chão que se pisa. Em sua essência, este projeto visa sublinhar a crucial importância da valorização desses saberes para a preservação e perpetuação da identidade cultural.

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES A PARTIR DE PRÁXIS EDUCATIVAS DA EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CIDADE DE AMARGOSA/BAHIA

Larissa de Souza Silva

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - laryssasouza6469@gmail.com
Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação
de Professores (CFP), Amargosa. Bahia. Brasil.

Everson de Jesus Santos

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - eversonsantos@aluno.ufrb.edu.br
Graduando em Licenciatura em Filosofia, pela Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação
de Professores (CFP), Amargosa. Bahia. Brasil

Andreia Barbosa dos Santos

(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - abarroca@ufrb.edu.br.
Professora Doutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
Coordenadora do Programa de Extensão Tecelendo. Amargosa. Bahia. Brasil

O presente trabalho tem por objetivo apresentar considerações acerca das nossas experiências enquanto Educadores Populares membros do Centro de Apoio à Cultura, Educação Popular e Economia Solidária - TECART, no curso de Tecelagem Artesanal e Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos do Programa de Extensão Tecelendo, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). As reflexões apresentadas têm como referencial teórico os estudos de Brandão (2013), Gonçalves (2006) e Freire (1987, 2022).

A Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) é historicamente relegada a segundo plano por enfrentar diversas dificuldades na sua materialização e valorização. Não podemos falar deste público sem pensarmos quem são os sujeitos que fazem parte desta modalidade de ensino. Em sua grande maioria são homens e mulheres de bairros periféricos, trabalhadores do campo e urbanos que não tiveram a oportunidade de estudar por conta de diversos fatores sociais. Partindo desse pressuposto, em 2008 surgiu o Programa de Extensão Tecelendo com a perspectiva de trabalhar com a Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, através da tecelagem artesanal entrelaçados pela Educação Popular. O convite era construir com essas pessoas uma oportunidade de se alfabetizarem

tecendo sonhos, leituras de mundo, partilhas e escritas das vidas individuais e coletivas. Assim, de 2008 aos dias atuais, são propostas formações, grupos de leituras, rodas de conversa, Feiras, exposições de arte e cultura em diálogo com as construções das pessoas em diversos tempos e interesses.

A partir desse trabalho, surgiu no ano de 2014 a TECART - Centro de Apoio à Cultura, Educação Popular e Economia Solidária. A Associação nasceu de um coletivo de mulheres que adentravam nos cursos de tecelagem e sentiam desejo de comercializar seus produtos e, com isso, gerando renda a partir de seus trabalhos. Alicerçada nos princípios da Educação Popular e da Economia Solidária a TECART ajudou a fundar o Conselho Municipal de Políticas Culturais da cidade de Amargosa, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária - Prosas do Campo entre outras contribuições. Desde de então, trabalhando em prol da Educação Popular, Cultura e Arte na cidade de Amargosa, o grupo foi se ampliando no decorrer dos anos, hoje este coletivo é formado não apenas por mulheres e, sim, por mulheres, homens, jovens, adultos e idosos de comunidades rurais e urbano-periféricas. Desse modo, tanto o Programa Tecelendo, quanto a associação da TECART são espaços educativos não escolares, que discutem experiências formativas baseadas nas culturas populares representando um movimento essencial na construção de uma educação transformadora, especialmente no âmbito da alfabetização de jovens, adultos e idosos, na formação política das juventudes e no fortalecimento das organizações civis de perspectiva popular emancipatória.

A tecelagem artesanal visa a valorização e o resgate desta arte milenar, na qual expressa a cultura e a resistência de um povo. Os participantes aprendem as técnicas necessárias, como definição do que é um tear, funções e técnicas para a elaboração do projeto que irá se materializar, através do trabalho coletivo onde todos têm um papel ativo na construção do saber. Com isso, a tecelagem também fortalece a ideia de que ensinar não é o ato de transferir conhecimentos prontos, mas sim criar possibilidades.

Conforme afirma Freire (2022), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (p.47). A partir das discussões das obras do autor Carlos Rodrigues Brandão (2013) “O que é o método Paulo Freire” e Ana Maria Gonçalves (2006) em “Um defeito de cor” o aprendizado do diálogo é uma de nossas principais ferramentas para que os processos aconteçam, a práxis pedagógica na perspectiva dos princípios freirianos é alicerce nas experiências de Educação Popular e Economia Solidária nas quais estamos envolvidos. Nas palavras de Freire (1987), “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (p.78), ou seja, tanto a ação, quanto o diálogo são pontos de partida para que a educação realmente aconteça e a reflexão se torna fundamental na compreensão do processo educativo e nas transformações necessárias para um mundo mediado pelo amor.

A MARÉ ME CONTOU: PRÁTICAS DE ORALIDADE E RECONEXÃO ANCESTRAL COM INFÂNCIAS NEGRAS NO TERRITÓRIO DE IGARASSU-PE

Juliana Nascimento da Silva

(Biblioteca Municipal de Igarassu) - julianabandeira37@gmail.com
julianabandeira37@gmail.com

A educação formal brasileira, historicamente estruturada em um modelo de ensino que privilegia e valida os conhecimentos orientados por um currículo eurocêntrico, criou uma hierarquia entre saberes, desvalorizando as epistemologias africanas, indígenas e afro-brasileiras. Essa lógica hegemônica invisibiliza os saberes ancestrais que não seguem os moldes da racionalidade ocidental, impactando diretamente a construção identitária de crianças negras. Como aponta Nilma Lino Gomes (2012, p. 26), a escola brasileira, ao reforçar uma racionalidade eurocentrada, contribui para a negação das identidades negras e para a desvalorização dos conhecimentos produzidos por sujeitos historicamente subalternizados. Em contraponto a essa lógica excludente da educação formal, o movimento negro brasileiro tem produzido, ao longo da história, práticas educativas potentes nos espaços não formais de educação. Nas comunidades, nos terreiros, nas rodas de samba, nas associações de bairro, nos grupos culturais e coletivos periféricos, saberes são compartilhados e identidades são fortalecidas. Esses espaços, muitas vezes desconsiderados pelas instituições escolares, operam como lugares de educação, onde a oralidade, a memória coletiva, o corpo e o território são centrais na construção do conhecimento. Assim, a educação não formal cumpre um papel fundamental na promoção das relações étnico-raciais e na valorização das ancestralidades africanas e afro-brasileiras.

Como analisa Gomes (2017), o movimento negro é educador porque cria estratégias pedagógicas, mesmo fora da escola, para enfrentar o racismo e construir projetos de emancipação para a população negra. Diante disso, a vivência pedagógica “A Maré me Contou” foi desenvolvida no contexto da educação formal e da não formal, buscando integrar esses conhecimentos e valorizar a oralidade e o território como caminhos legítimos para a aprendizagem. Este artigo apresenta um relato de experiência com o objetivo de analisar a vivência desenvolvida com estudantes, majoritariamente negros, dos anos finais do ensino fundamental da Escola Fernando Henrique Lucena, no município de Igarassu-PE, assim como a vivência também aplicada no âmbito da educação não formal, no espaço Raízes de Biú, com o grupo de coco Novas Raízes, composto por

meninas negras, também no Município. A atividade propôs uma imersão sensível no universo da maré, do mangue, dos quilombos e das marisqueiras, reconhecendo e valorizando esses saberes. A proposta foi conduzida a partir de uma contação de histórias como prática pedagógica afrocentrada, conceito epistemológico cunhado por Molefi Kete Asante (2003), que define a afrocentricidade como uma maneira de recentralizar o sujeito africano na produção e transmissão de conhecimento a partir de sua própria experiência e cosmovisão. A vivência foi organizada em etapas que antecederam a contação de histórias para que as crianças acessassem suas memórias afetivas e sensoriais, por meio de objetos que remetem ao universo da maré como: conchas, búzios, redes de pesca e mariscos, as crianças foram conduzidas, como num ritual, a sentir, cheirar, tocar e ouvir o território antes de escutar a narrativa. O som da maré, reproduzido simbolicamente pelas conchas, antecipou a história que se desenrolou a partir da perspectiva de quem é a própria maré quem narra. Nesse contexto, a maré é personagem e educadora: conta histórias das ancestralidades africanas, indígenas, dos quilombos, dos saberes populares e, sobretudo, das marisqueiras. A oralidade, aqui, é compreendida como tecnologia ancestral de transmissão de conhecimento. Como afirma Muniz Sodré (2006), a escuta e a fala, nas culturas negras, são formas de reinvenção da vida. Durante a experiência sensorial e contação de histórias na escola, foi observado que muitas crianças participantes possuíam uma relação cotidiana com a maré: são filhas, netas, sobrinhas ou vizinhas de marisqueiras. Já caminharam pelo mangue, e mariscaram. A experiência despertou lembranças de histórias contadas por suas mães e foi compartilhado na roda, como uma das crianças que trouxe a história da avó que é benzedeira.

O sentimento de pertencimento se materializou em uma atividade artística de desenhos. Os alunos desenharam as marisqueiras, quilombos, a natureza, e seus autor-retratos no mangue. A mesma vivência foi também aplicada no âmbito da educação não formal, no espaço Raízes de Biú, com o grupo de coco Novas Raízes, uma iniciativa com recorte de gênero e raça voltada para meninas negras entre 6 e 14 anos. Nesse contexto, a escuta da maré ecoou nas vivências de meninas que fazem cultura, resistem e estão em processo de (re)conhecer a ancestralidade e a historicidade da tradição que mantêm viva com seus corpos e vozes. Após o momento de escuta e troca, as participantes reconstruíram o território com argila, modelando marisqueiras, mangues, peixes, Iemanjá, os quilombos e memórias que emergiram da narrativa. Essas produções fizeram parte da exposição Vozes Ancestrais, apresentada durante o evento em homenagem ao Julho das Pretas, reafirmando a importância de práticas educativas que centralizam os nossos saberes e que possibilitam o fortalecimento da identidade, da autoestima e do pertencimento de meninas negras.

Essa vivência, tanto na escola quanto no espaço cultural, revelou que práticas educativas centradas na escuta, no território e nas memórias coletivas são capazes de fortalecer

o sentimento de pertencimento e de ampliar as formas de aprender e ensinar. Ao colocar em destaque saberes que costumam ser silenciados na escola e nos espaços institucionais, A Maré me Contou reafirma, no âmbito da educação formal, a afrocentricidade como caminho de transformação para uma educação comprometida com a valorização das ancestralidades negras e com a reconstrução de narrativas historicamente marginalizadas. Ao mesmo tempo, a proposta dialoga com a educação não formal, potencializando experiências comunitárias e reafirmando o papel do território e da oralidade como fundamentos ancestrais para o processo formativo.

CAMPANHA DECLARE AMOR À EDUCAÇÃO PELO BEM VIVER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O GRUPO DE MULHERES DO ALTO DAS POMBAS

Adélia Lorena Alcântara Aleluia Silva

(UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA) - adelia.aleluia@hotmail.com

Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia.

Bolsista PIBID Letras - Língua Portuguesa (2018 - 2020). Bolsista

pelo Programa Residência Pedagógica (2021 -2023). Pesquisadora

voluntária no grupo de pesquisa Margem e Entrelinhas (CN

Este resumo tem o objetivo de compartilhar com a comunidade acadêmica as experiências vividas ao longo do andamento das atividades do plano de trabalho “Aprendiz da Comunidade”, inserido no projeto de extensão “Projeto Griô: Memória, cultura e ancestralidade na comunidade do Alto das Pombas”, vinculado à pró-reitoria de extensão da Universidade Federal da Bahia, Sob a orientação do professor Pedro Rodolfo Jungers Abib. No projeto, atuei como bolsista no Grupo de Mulheres do Alto das Pombas – GRUMAP, onde tive a oportunidade de contribuir com a primeira edição do curso preparatório para o IFBA, cujo público foi de jovens estudantes moradores da comunidade. Além disso, também participei das reuniões de organização das mulheres, que ocorrem todas as terças-feiras e é um importante instrumento de articulação da luta antirracista encampada pela GRUMAP. Nas reuniões, também nos articulamos em torno da luta pela educação de qualidade para a comunidade, que resultaram em panfletagens, plenárias, mobilizações de assembleias comunitárias, além de aulas públicas para a universidade. A articulação das mulheres por educação e bem viver se deu em diversas frentes, inclusive por meio de parcerias com a Faculdade de Administração da UFBA, que se disponibilizou para sistematizar os dados coletados na pesquisa sobre a qualidade das escolas públicas da região. Nesse processo, integrei a Comissão de Educação e pude participar da distribuição dos formulários para os pais da comunidade. Neste sentido, a experiência com a GRUMAP contribui profundamente para minha formação enquanto educadora popular. Observar e participar da articulação de mulheres em torno de um novo pacto civilizatório liderado pelas mulheres negras se mostra um caminho assertivo para reparar as injustiças e os apagamentos cometidos pelo Estado brasileiro desde sua constituição. Portanto, a participação de educadores vinculados à universidade pública é extremamente necessária para a construção deste novo ideal de bem viver.

CARTOGRAFIA DE MEMÓRIA DO TERRITÓRIO: OS ENSINAMENTOS DOS MESTRES E DAS MESTRAS QUILOMBOLAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BAHIA.

Ester Maria Lourenço Bispo

(Faculdade de Educação/UFBA) - esterbispo1976@gmail.com
Professora da Educação Básica em Campo Formoso e Senhor do Bonfim/ BA.
Graduada em: Pedagogia, Geografia e Educação Física. Mestre em Educação e
Territorialidade. Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação/UFBA

Pedro Rodolpho Jungers Abib

(Universidade Federal da Bahia/UFBA) - pedrabib@gmail.com
Professor titular da Faculdade de Educação/UFBA. Pós Doutor em
Ciências Sociais-Univ. Lisboa. Líder do Grupo de Pesquisa Griô

Esta pesquisa tem como proposta construir a Cartografia de memória do Território: Os ensinamentos dos mestres e das mestras quilombolas das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Campo Formoso-Bahia. Consiste em uma pesquisa qualitativa. Possuindo como objetivo analisar como a construção da cartografia de memória dos mestres e mestras das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Campo Formoso-Ba, pode contribuir para o fortalecimento e construção da identidade decolonial das comunidades Gameleira do Dida, Barrocas, Sangradouro I e Sangradouro II

CARTOGRAFIAS DE SABERES NA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE EDUCADORAS/ES DA EJA

Edite Maria da Silva de Faria

(UNEB - Universidade do Estado da Bahia) - edmsilva@uneb.br
Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, mestrado e doutorado em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Realizou pós-doutoramento na UEPA. Professora do Departamento de Educação- Salvador, Campus I da UNEB em regime de DE. Prof

Uini Lithiére Nascimento Cabral

(UNEB - Universidade do Estado da Bahia) - uini.cabral@gmail.com
Licenciada em Letras Vernáculas com Habilitação em Inglês e suas respectivas Literaturas pela Faculdade Dom Pedro II. Possui especializações em Linguagem e Produção Textual pela Faculdade Dom Pedro II e, em Estudos Culturais, História e Linguagens pela Un

Edite Maria da Silva de Faria

(Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, mestrado e doutorado em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Realizou pós-doutoramento na UEPA. Professora do Departamento de Educação- Salvador, Campus I da UNEB em regime de DE. Professora Permanente do PPEJA/UNEB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE) Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade da UNEB e pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEPALE UNICAMP.)
Uini Lithiére Nascimento Cabral (Licenciada em Letras Vernáculas com Habilitação em Inglês e suas respectivas Literaturas pela Faculdade Dom Pedro II (2016). Possui duas especializações em Linguagem e Produção Textual pela Faculdade Dom Pedro II (2016) e, em Estudos Culturais, História e Linguagem pela Universidade Jorge Amado (2019). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – PPGEJA – UNEB.)

Palavras-Chave: Cartografias de Saberes, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos

O histórico da formação de professores no Brasil possui uma trajetória marcada por desafios políticos e sociais. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a formação de professores enfrenta desafios ainda mais específicos. Os educadores da EJA lidam com um

público diverso, muitas vezes composto por pessoas negras, indígenas, populares, trabalhadores cuja história e a cultura foram sistematicamente invisibilizadas da educação formal, em detrimento de um ensino eurocentrado. Assim quando pensamos sobre os sujeitos da EJA, faz-se necessário pensar, sobretudo, a necessidade de diálogos permanentes, escuta ativa, acolhimento das diferenças e, o combate de toda e qualquer forma de exclusão. Portanto, a incorporação de uma formação – inicial e continuada – crítica e voltada para as relações étnico-raciais surge como uma necessidade que visa contribuir para a superação das desigualdades históricas ainda existentes nos espaços educativos e, potencializar uma educação inclusiva, crítica e transgressora que valoriza a história e a cultura africana e afro-brasileira, sendo assim, auxiliando para o cumprimento da Lei 10.639/03.

Diante do exposto, surge a proposta dessa comunicação oral que tem como objetivo geral (com)partilhar cartografias de saberes, fazeres e afetos a partir dos princípios e pressupostos freirianos para a formação continuada de educadora/es pesquisadoras/es negras/os da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as contribuições da Educação Popular (EP) no que tange a educação para as relações étnico-raciais, sendo assim, contribuindo para uma educação antirracista.

Compreendendo que o aprendizado como algo cíclico e, a fim de contribuir para uma formação crítica, antirracista e comprometida com a valorização das diversidades e saberes dos/das educadoras/es negras/os, é que esta comunicação pensa a metodologia do Círculo de Cultura a partir dos princípios e pressupostos da Educação Popular através dos fundamentos teóricos e metodológicos freirianos através de temas geradores e palavras/mundo e a Sistematização de Experiências tomando referência Oscar Jara.

Tal metodologia está fundamentada no diálogo, na participação, na conscientização crítica e autônoma comprometida com o social; categorias metodológicas que não cabem em moldes eurocentrados, uma vez que, adota como práxis política o objetivo de envolvimento dos sujeitos para problematizar e/ou transformar a realidade.

PRINCIPAL REFERENCIAL

BRASIL. Lei, nº 10639/2003. Brasília, DF: Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

BRASIL. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Ministério da Educação- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.

FARIA, Edite Maria da Silva de. O percurso formativo dos professores/pesquisadores da EJA na contemporaneidade. *Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 5, n. 7, p. 151–164, 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/607>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

CONTAR HISTÓRIAS: EDUCAR E RESISTIR ATRAVÉS DAS VOZES AS MATRIARCAS NEGRA

Shirley Magda Oliveira dos Reis

(Ile Asé Afonjá Oxegui) - textosdachica@gmail.com

CHICA REIS (Shirley Magda Oliveira dos Reis) é contadora de histórias,
graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Minas

Gerais (2009/UFGM). Mestre em educação FAE/UFGM. Sua pesquisa

no mestrado foi a partir do universo da narração de história

Esta pesquisa traz a proposição das contações de histórias enquanto elemento formador e pretagógico nas comunidades de tradição de matriz africana, com um recorte no bairro Concórdia, Belo Horizonte, a partir das vozes das matriarcas negras. Com base em entrevistas colhidas das matriarcas e da vivência no território, partiu-se para a reflexão sobre as histórias como elemento importante na formação e ensinamentos daqueles pertencentes às casas e, mais ainda, sobre as histórias narradas pelas matriarcas como elemento de resistência e luta da cultura negra da diáspora. Baseando-se na história do bairro e da chegada de seus moradores ao local destinado pela prefeitura, a pesquisa segue na elaboração do território e suas novas configurações pelos moradores. Nesse território, que vem sendo ressignificado e entendido como um grande quilombo urbano real, através de seus ensinamentos e das “pretagogias”, as mulheres negras, matriarcas das casas de tradição do bairro, resistem e transmitem as identidades negras da diáspora, conectadas com o sagrado. Histórias das casas, das famílias, do bairro e do sagrado aparecem por meio de suas vozes, que estão registradas em entrevistas realizadas durante o processo da pesquisa. Apoiando-se na leitura de Muniz Sodré, no território dos corpos negros, a presença das mulheres se faz marcante. Um paralelo entre o Matriarcado Africano, com base na leitura de Cheik Anta Diop e Ifi Amaudiume, é traçado. A partir de entrevistas com as matriarcas de reinados e casas de candomblé, mulheres que possuem saberes ancestrais, entende-se e aprofunda-se no universo da contação de histórias, oralidade presente no cotidiano, na preservação desses saberes, resistência e garantia das identidades desses grupos, apontando a pedagogia das histórias.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NÃO FORMAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO AFROBRASILEIRO EM TURMA MULTISSERIADA NO RECIFE

Raissa Gabriele Aurea Tavares da Conceição

(Núcleo de Atividades Culturais de Recife) - raissapedagoga@gmail.com

Graduanda em Pedagogia pela UNICAP. Pesquisa

Docências Negras no PIBIC e Educadora Popular.

Este relato de experiência busca refletir sobre a prática da Pedagogia da Ancestralidade acerca da educação não formal no ensino da rede pública da cidade do Recife, vinculados às relações entre as artes visuais afro-brasileira em uma turma multisseriada na Escola Municipal Casarão do Barbalho, localizada no bairro do Detran, periferia do município. A partir das práticas formativas do estágio no Núcleo de Atividades Culturais da Prefeitura do Recife, enquanto arte educadora, idealizei o plano de inserção das relações étnico-raciais na unidade de ensino que promoveu a 12 crianças, de idade entre 05 e 10 anos, em uma turma majoritariamente negra, o acesso a multiculturalidade afro-brasileira do município. Sua aplicação teve como objetivo principal, utilizar da Pedagogia da Ancestralidade para refazer o percurso do encantamento das infâncias negras, que segundo Kiusam Oliveira: “É uma pedagogia que se opõe ao colonialismo e à colonialidade, os quais continuam reafirmando a desumanidade de negros e indígenas” concluindo que é necessário às crianças “que reconheçam o continente africano como berço da humanidade, e se dá a partir da criação ou recriação de laços e formas afeto-coletivas de acolher-ouvir-aprender-falar-trocar-compartilhar, protagonizada não só pelas e pelos mais velhas e velhos, mas também pelas crianças e jovens.”

Seguindo uma metodologia em tese não formal, a prática pedagógica acolhida no fomento ao ensino dos brinquedos populares, da Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata, conhecemos o Cavalo Marinho junto a sustentabilidade, que é tema central do ano letivo da Rede Municipal, considerei o uso do ensino de artes visuais como proposta de inclusão racial e social, construindo de forma simbólica os artefatos artísticos e as indumentárias dos personagens principais Mateu, Bastião, Catirina e o Boi, utilizamos materiais recicláveis e analisamos os discursos acerca da construção do brinquedo até o trabalho corpóreo integrados a sua diversidade, confluindo histórias, musicalidades, performances e danças regionais a partir da brincadeira como tradição ancestral e de salvaguarda da história afro-brasileira.

Não abri mão de vincular as experiências de cada criança com a cultura local a fim de compartilhar os conhecimentos prévios de cada uma gerando encantamento as suas próprias histórias, fazendo-as perceberem a memória viva de determinados contos e trajetórias, sendo elas familiares ou não, contados e mantidos pelos seus mais velhos, que, todo modo, influenciam o reconhecimento e permanência da arte e cultura popular. Os retornos às memórias das crianças foram de uma experiência coletiva onde eles e elas reconheceram a si e seus anciões na brincadeira do Cavalo Marinho, se emocionaram ao compreender que poderiam seguir um percurso artístico tendo como referência a sua ancestralidade sem isolar ou retirar os seus direitos em viver às suas infâncias enquanto crianças negras e os encantamentos que são promovidos pela cultura afro-brasileira.

ITANS EM RODA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA EDUCATIVA ANCESTRAL EM TERREIRO DE CANDOMBLÉ

Amanda Oliveira

(UNEB) - amandaol.pg@gmail.com

Graduanda do curso de Pedagogia pela UNEB. Pesquisadora
da memória e tradição ancestral afro-brasileira.

Este relato apresenta a experiência piloto “Gira de Leitura”, uma ação educativa de contação de histórias afro-brasileiras tradicionais (itans) desenvolvida em terreiro de candomblé para valorizar os saberes da tradição oral. A iniciativa emergiu da observação sobre o esvaziamento dos processos educativos ancestrais no cotidiano da comunidade, especialmente a descontextualização das crianças em relação às práticas culturais transmitidas pela oralidade. Fundamentado na compreensão do terreiro como espaço educativo não formal e sistema decolonial de conhecimento (Gohn, 2006; Santos, 2007), o trabalho dialoga com as reflexões sobre oralidade como tecnologia ancestral de preservação de saberes (Hampaté Bâ; Nego Bispo, 2015; Kabengele Munanga). A metodologia adotou a contação de histórias em formato circular, respeitando a estrutura tradicional dos itans e a circularidade simbólica do terreiro. A experiência foi realizada com 4 crianças de 7 a 12 anos no Ilê Axé Ayra Intile Omi Oloya, em Salvador, utilizando esteiras de palha dispostas em círculo e objetos simbólicos relacionados aos contos. Os resultados evidenciaram engajamento das crianças com as narrativas ancestrais, observado através de suas brincadeiras pós-atividade e solicitação espontânea de novas sessões. A “Gira de Leitura” demonstrou potencial educativo promissor para o fortalecimento da identidade cultural de crianças de terreiro, abrindo caminhos para uma pedagogia ancestral que mantém viva a tradição oral afro-brasileira.

MEMÓRIAS QUE CURAM: SABERES ANCESTRAIS E O PLANTIO DE ERVAS SOB A PERSPECTIVA AFRICANA EM ILPI

Amanda Mirella de Santana

(Universidade Católica de Pernambuco) - amandamirelladesantana2@gmail.com
Graduanda em Pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco

Amanda Mirella de Santana

Universidade Católica de Pernambuco

Este relato de experiência tem como objetivo narrar uma atividade desempenhada em uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, a Casa de Acolhida Temporária Iêda Lucena, vinculada à Prefeitura da Cidade do Recife, localizada no bairro do Cordeiro. A unidade conta com 40 pessoas acolhidas, com idades entre 65 e 92 anos, sendo 20 homens e 20 mulheres. Buscando resgatar os saberes ancestrais das pessoas idosas institucionalizadas, foi utilizada a perspectiva africana, como coloca Cristiano Pinheiro (2013) onde os griôs são as pessoas que mantêm na memória os saberes relacionados à cultura, que são passados a cada geração. Sob a perspectiva da educação não formal, a atividade teve início com uma conversa e entrevista com os idosos a respeito das ervas e plantas e suas destinações medicinais ou alimentícias, e como esse conhecimento foi adquirido. As ervas a serem plantadas foram escolhidas de acordo com as suas instruções, levando em consideração o tipo de solo existente na unidade e o clima da região. O plantio foi feito pelos idosos, com o auxílio da Educadora Social e a equipe de Cuidadores e ASG's da casa. Ao final do plantio, as ervas e suas destinações foram catalogadas sob a orientação dos mesmos. Também foram catalogados os cuidados específicos a serem adotados em cada planta, assim como as orientações a respeito de podas e regas. A experiência foi elaborada e executada levando em consideração a preservação dos saberes ancestrais e da importância dos mais velhos na preservação da cultura, buscando ruptura com a estrutura eurocêntrica que relega os saberes dos mais velhos à margem e nos impede de pensar e enxergar o mundo da perspectiva ancestral. Para os idosos acolhidos, a atividade proporcionou protagonismo e valorização, visto que, na sociedade contemporânea a velhice é vista, muitas vezes, como inutilidade e um fardo a ser carregado. A pessoa idosa é frequentemente vista de forma negativa, o que impacta diretamente sua autoestima. De acordo com Simone de Beauvoir (1990), a marginalização dos idosos é uma falha na sociedade que não reconhece o valor de cada indivíduo na sua totalidade.

O FESTIVAL “SOMENTE FLORES PARA YEMANJÁ” ENQUANTO ESCOLA DECOLONIAL: EXPERIÊNCIAS NO CENTRO DE TRADIÇÕES VIVAS CANZUÁ

Vívian Gabriele de Brito Carneiro

(Universidade Federal da Bahia) - viviangbbrito@gmail.com

Educadora da Escola Casa Via Magia, produtora cultural do Ponto de Cultura
Centro de Tradições Vivas Canzuá e pesquisadora/graduanda da UFBA.

Este trabalho de conclusão de curso investiga o Festival “Somente Flores para Yemanjá”, realizado anualmente pelo Centro de Tradições Vivas Canzuá, em Salvador-BA, como uma potente experiência educativa decolonial. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, articulando observação participante e entrevistas narrativas com organizadores, participantes e membros da comunidade. O objetivo é compreender como o Festival contribui para a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, promovendo práticas pedagógicas que rompem com lógicas coloniais e eurocêntricas.

O Festival integra saberes ancestrais e populares por meio de vivências com capoeira angola, samba de roda, jongo, maracatu, tambor de crioula, bumba-meu-boi, além de mutirões de limpeza, cortejos e rituais ligados à espiritualidade de matriz africana. A análise teórica é baseada em autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Luiz Rufino, Pedro Abib e Lélia Gonzalez, com foco na educação e nas culturas populares.

A partir dessas práticas, o Festival se apresenta como um espaço de resistência e construção coletiva de saberes, rompendo com hierarquias epistêmicas e afirmando outras formas de ensinar e aprender. A pesquisa busca não apenas reconhecer o valor educativo do evento, mas também contribuir para seu fortalecimento como espaço cultural e político de transformação social.

SAMBENÇAS CRIATIVAS EM RESIDÊNCIA ARTÍSTICA: NARRATIVAS CONTRACOLONIAIS NA PRÁTICA DA DANÇA.

Andréia Oliveira Araújo da Silva

(PPGDANÇA/ UFBA) - andreiaetc@gmail.com

Soteropolitana. Árvore Bonita do Quilombo Cabula. Dançarina, Criadora em Audiovisual, Educadora Popular, Brincante, Arteira e Aprendiz de Capoeira.

Doutoranda em Dança pelo PPGDANÇA/ UFBA. Estudante do Curso de Especialização Política e Gestão Cultural da UILDEMBERG DA SILVA CARDEAL(TABEPHE PRODUÇÕES/ SALVADOR) - berg.k@hotmail.com

É ser humano, soteropolitano, homem preto do Engenho Velho de Brotas, dançarino, educador, produtor/agente cultural na @tabepheproducoes.

Mestrando em Dança PPGDANÇA/ UFBA. Estudante do Curso de Especialização em Dança do PPGDANÇA/ UFBA 2019). Licenciado

Erica Daiane Passos Santana

(ESCOLA DE DANÇA/ UFBA) - ericadaizo@hotmail.com

É Santo Amarense, do Quilombo São Brás. Licenciada em Dança da Escola de Dança da UFBA. Intérprete do Núcleo de Dança Coisa de Pretxs –

NDC-Pretxs da Escola de Dança da UFBA. Participou do Seminário

Afro Atlântico em Artes Cênicas Contemporâneas - CECULT/

Laroyê, Pambu Nzila abre caminhos para os procedimentos desse fazimento criativo em dança intitulado Serpentejar na Kalunga que reverbera acoes pedagógicas chamadas de Sambenças, envolvendo e reelaborando saberes serpenteados desde o Samba brasileiro e até a sua matriz, o Semba angola. A residência se caracteriza como um movimento contra-colonial em Dança nutrido pelas sambenças encantadas da filosofia Bantu-Kongo em confluência com as culturas dos povos originários. Tem como premissa, um mergulho nas águas da memória que constitui o corpo, para elaboração de uma cosmo-dança, nutrida pelas subjetividades e trajetória de vida de cada intérprete. Relacionar os princípios das culturas africanas e originárias do Brasil, América Latina e Caribe aos estudos da Dança, faz parte de um movimento contra-colonial que pretende assumir outras cosmogonias às práticas artísticas e pedagógicas subvertendo as imposições estruturais dos espaços hegemônicos que sempre recalcam as sabedorias ancestrais à hierarquia de subalternidade. Por isso, Nzila é uma presença imprescindível ao processo, já que é o movimento que abre possibilidades de comunicação entre mundos. Que sejam abertas encruzilhadas cognitivas entre artistas, pesquisadoras, educadoras e fazedoras das expressões populares que traçam na rua elaborações de enfrentamento

ao racismo e demais mazelas coloniais que tentam sucumbir as tecnologias ancestrais de autoconhecimento e autocuidado vivas nas danças afropindorâmicas. Serpentear é um movimento artístico-pedagógico que assume o movimento de sagacidade das águas de Kalunga para propor navegações criativas que reconheçam o / no/ do corpo como território de experiências do invisível ao ser-sendo existente no samba e na ginga, por isso, consideramos apropriada a reinterpretação da palavra para sambenças. A palavra também se aproxima muito da sensação que tivemos durante apreciação da conversa entre Dona Mundinha Sambadeira e Erica Daiane (intérprete-criadora) durante uma live que fez parte da programação da residência artística em versão virtual (2021). Logo, o encantamento da vida bantu da nobre Artista de virtuosos atributos nos fez navegar pelas perspectivas filosóficas da Dikenga.

AGENTES TERRITORIAIS DE CULTURA NA BAHIA: FORMAÇÃO, ANCESTRALIDADE E POTÊNCIA COMUNITÁRIA NO PROGRAMA NACIONAL DOS COMITÊS DE CULTURA.

Marcele Santos da Silva

(Universidade Federal da Bahia) - cellysantos14@gmail.com
Mestranda em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e licenciada em Teatro pela mesma instituição. Atriz, professora, dramaturga e arte-educadora, atua como Agente Territorial de Cultura em Salvador pelo Programa Nacional dos Comitês de C

A presente comunicação tem como objetivo apresentar reflexões sobre a formação e a atuação dos Agentes Territoriais de Cultura no estado da Bahia, no contexto do Programa Nacional dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura. A proposta busca evidenciar como esses agentes têm contribuído para o fortalecimento das ancestralidades, dos saberes tradicionais e das práticas culturais comunitárias em seus respectivos territórios de atuação. A análise parte de experiências concretas vivenciadas em diferentes regiões baianas, destacando o papel dos agentes como articuladores culturais, mediadores entre as políticas públicas e as comunidades, e sujeitos ativos na preservação das memórias coletivas. A formação desses agentes é compreendida como um processo contínuo de educação não formal e territorializada, que reconhece os territórios como espaços legítimos de produção e circulação de saberes. A comunicação propõe refletir sobre a importância do reconhecimento institucional desses agentes, bem como o fortalecimento de políticas públicas culturais que valorizem a diversidade, a escuta comunitária e a justiça cultural.

CONTRA A CRUZ E O TRIDENTE DO RACISMO: POMBAGIRA COMO EPISTEMOLOGIA INSURGENTE DO FEMINISMO NEGRO

Kátia Cilene Souza Alcântara Santana

(UNEB) - katiacsas1@gmail.com

teste de escrita de Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual da Bahia, Mestra em Letras – Proletras (UFS) e Doutoranda – Pós-Crítica (UNEB). katiacsas1@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/6057332313124471>

A promulgação da Lei Federal 10.639/2003 representou um marco na valorização das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no sistema educacional brasileiro, ao reconhecer a dívida histórica do país com os povos negros. No entanto, sua aplicação ainda encontra resistência nas estruturas educacionais e sociais. Tais resistências evidenciam a persistência de uma lógica epistêmica eurocentrada, que continua a marginalizar os saberes negros, principalmente os vinculados às religiosidades de matriz africana. A omissão e o negligenciamento dessas epistemologias nos currículos escolares favorecem o silenciamento de conhecimentos ancestrais e espirituais, resultando na intensificação dos ataques a terreiros, mesmo em estados como a Bahia, onde a população negra é majoritária.

É nesse contexto de apagamento e violação de direitos que se insere a figura de Pombagira, uma entidade feminina central nas religiões de matriz africana, frequentemente alvo de estigmas neocoloniais, racistas e sexistas. Sua imagem é atravessada por discursos moralistas e misóginos que a deslegitima como símbolo de saber e afropotência. Esses discursos, originados no ideário cristão, patriarcal, foram historicamente incorporadas ao senso comum e ainda hoje associam Pombagira à prostituição, ao mal, à traição e à subversão dos valores morais cristãos. Tais associações visam esvaziar a potência simbólica e política dessa entidade no imaginário coletivo.

Apesar de sua relevância, os estudos acadêmicos sobre Pombagira ainda são muito incipientes. A primeira menção registrada à essa entidade data da década de 1930, em um artigo do antropólogo Artur Ramos, que a descreveu a partir de uma perspectiva patologizante e demonizante, vinculando-a a forças maléficas. No I Congresso Brasileiro de Umbanda, realizado em 1941, Pombagira sequer foi mencionada, revelando uma tentativa institucional de apagamento de sua presença no campo simbólico religioso. A própria Umbanda, religião que reivindica o surgimento desta entidade, por muito tempo reforçou imagens estigmatizantes, associando-a à promiscuidade e à figura da “mulher do diabo”, temida pelos cristãos. Essas representações permanecem em certos

pontos cantados nos terreiros e em iconografias populares, que ainda retratam a entidade com chifres, tridentes e caudas demoníacas.

Diante desse panorama, esta pesquisa se propõe como parte de um movimento contra hegemônico que visa estilhaçar os imaginários coloniais, racistas e sexistas que recaem sobre Pombagira. Ao evidenciá-la como uma força política e espiritual que afropotencializa as mulheres negras, a pesquisa busca tensionar os paradigmas normativos de raça, gênero, sexualidade e religiosidade, contribuindo para a inserção das epistemologias negras nos debates acadêmicos e educacionais.

A partir desse cenário de tentativa de apagamento, silenciamento e estigmatização, é possível reconhecer que, assim como as mulheres negras de carne e osso, Pombagira carrega em sua própria simbologia inúmeros embates históricos e políticos. Longe de representar uma figura passiva ou meramente folclórica, a entidade inscreve-se como uma força de transgressão ao desafiar os estereótipos forjados pelo sistema racista, patriarcal e colonial. Pombagira reconfigura os lugares atribuídos às mulheres negras, propondo fissuras nas estruturas que insistem em desqualificá-las

É nesse sentido que Pombagira se afirma como mulher da encruzilhada, não apenas em seu aspecto ritualística, mas como símbolo de deslocamento, transgressão e reexistência. A encruzilhada, a partir das formulações de Luiz Rufino, deixa de ser compreendida apenas como ponto físico de cruzamento e caminhos, se revela um território epistemológico, capaz de subverter dicotomias e engendra outras formas de existir, saber e resistir. A presença de Pombagira na encruzilhada instaura uma abertura radical para múltiplos rumos, desafiando as normatividades impostas pelas ideologias racistas, cristãs, sexistas e coloniais. Nesse campo simbólico a epistemologia da Gira, quando articulada à pedagogia da encruzilhada, constitui um dispositivo contra-hegemônico, cuja potência reside na capacidade de tensionar fronteiras epistêmicas rígidas e viabilizar saberes historicamente interditados.

Reconhecendo os desafios impostos a uma mulher preta que se propõe a pesquisar a partir do seu próprio lugar de fala, optamos por uma metodologia qualitativa com abordagem autoetnográfica. Essa escolha epistemológica, longe de se tratar de um exercício de introspecção é um gesto político e metodológico de valorização das vivências e saberes forjados nos terreiros, nas giras e na presença insurgente de Pombagira.

As referências teóricas que orientam esta travessia são Lélia Gonzalez, Ana Mametto, Nilza Menezes e Luiz Rufino. Não são meras vozes acadêmicas, mas guias epistemológicos que nos ajudam a caminhar pelas encruzilhadas da história, da política e da espiritualidade negra. A partir desse alicerce, a pesquisa propõe-se a: (1) analisar como a entidade Pombagira tensiona discursos hegemônicos de raça, gênero e religião; (2) compreender os saberes de Pombagira como práticas epistemológicas de reexistência; (3) contribuir para a ampliação das epistemologias negras de base ancestral, que por meio da performance,

do rito e da palavra, afirmam outras formas de ser, saber e viver. Pretende-se, por fim, contribuir a ampliação das epistemologias negras de base ancestral, capazes de mobilizar saberes encarnados na relação entre corpo e linguagem como campos de disputas simbólicas, de afirmação identitária e política.

CULTURAS POPULARES E TERRITÓRIOS VIVOS

Maria Antônia Kormann Itiberê da Cunha

(Programa de Pós-Graduação em Educação (P) - ma.kormannitibere@gmail.com)

Artista, tradutora e pesquisadora de pedagogias vivas;
graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Artes (IHAC/
UFBA) e mestranda em Educação (PGEDU/UFBA).

Este trabalho busca refletir sobre a relação indissociável entre território e culturas populares, entendendo-as como expressões coletivas profundamente vinculadas à terra, à identidade e à resistência. Com base na noção de cultura popular apresentada por Stuart Hall, definida como uma relação de “tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante” (2009, p. 257), o texto propõe uma reflexão crítica sobre a colonialidade e as formas de opressão que historicamente ameaçam, simultaneamente, os territórios, as populações que os habitam e as relações entre eles.

A imposição da cultura dominante — desde a invasão portuguesa em 1500 — ocorreu por meio de violências físicas e simbólicas, entre elas a invasão cultural, que segue em curso com a “superposição de uma visão do mundo na outra” (Freire, 1987, p. 91). Essa lógica, fundamentada na exploração da natureza, tratada como recurso, e na exploração de pessoas escravizadas, buscava maximizar lucros sob o pretexto de “desenvolvimento”. Tal perspectiva antropocêntrica e utilitária separa ser humano e natureza, ignorando que a destruição do território é também a destruição de quem nele habita.

Em contraposição, as cosmovisões afropindorâmicas (Santos, 2015) afirmam a unidade entre ser humano e natureza. Como lembra Krenak (2022, p. 51), “estamos colados no corpo da Terra”. Essa compreensão dialoga com o Pensamento da Terra (Escobar, 2017), que descreve a conexão vital das comunidades com seus territórios, os quais sempre resistiram à colonização por meio de práticas contra-coloniais (Santos, 2015). Para Krenak (2020, p. 50), “os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam”.

As culturas populares só existem por causa e junto ao território — expressão da identidade coletiva e da resistência frente à cultura dominante. Uma ameaça ao território é também uma ameaça às expressões culturais nele presentes, e vice-versa. Como lembra Bruce Albert (2022), os povos autóctones são guardiões dos últimos ecossistemas florestais conservados, assegurando sociodiversidade, biodiversidade e equilíbrio climático vitais para o planeta. Logo, são também guardiões de toda a vida humana e mais-que-humana na Terra.

Por isso surgem movimentos afropindorâmicos como a Teia dos Povos, por exemplo, que articulam alianças entre comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, entendendo o território como princípio, meio e fim de luta (Ferreira; Felício, 2021), bem como “o lugar daquelas/es que cuidam da terra” (Escobar, 2017, p. 63).

Afirmar o território como essência das culturas populares implica reconhecer a interdependência entre seres humanos e natureza e voltar-se aos saberes dos povos originários para, com eles, construirmos formas de viver em equilíbrio com a Terra. Urge uma verdadeira revolução pelos direitos da Terra e das comunidades tradicionais para assegurar um futuro possível para os humanos — pois não há humanidade sem a Terra, mas pode facilmente haver uma Terra sem a humanidade.

DO FUNDO DA COZINHA AO CENTRO DA RODA: AS POSIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Maria Luiza da Silva Damião
(PPGNEIM)

Mirella de Barros San
(Programa de Pós Graduação em Estudos Int) - maludamiao@hotmail.com
Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo,
Mestra em estudos sobre mulheres, gênero e feminismos e Doutoranda
no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre
Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bah

Mirella de Barros Sant Ana
(Programa de Pós Graduação em Estudos Int) - mibarro.personal@gmail.com

Neste estudo, nos propomos a investigar a atuação e a posição das mulheres negras em manifestações e comunidades tradicionais dos municípios de Salvador (BA) e Porto Alegre (RS). Nosso objetivo é compreender como essas mulheres se tornam figuras centrais nas comunidades tradicionais, as quais pertencem, desempenhando um papel fundamental na preservação e continuidade dos saberes e práticas de seus territórios. Dessa forma, dialogamos com intelectuais negras que reafirmam a posição estratégica e comprometida das mulheres negras com a manutenção não apenas de suas próprias existências, mas também das de seus pares.

RESUMO EXPANDIDO:

Enquanto integrantes e praticantes de manifestações culturais tradicionais, percebemos que ao nos aproximarmos das diversas formas de criação de tecnologias de resistência e existência negra, seja no campo da cultura, político, intelectual, da militância, nos deparamos com a figura da mulher negra sempre desempenhando um papel ativo e mobilizador dentro de suas comunidades.

Contrapondo a centralidade masculina e a imposição da figura paterna, instituída pelo patriarcado, Santos (2011) afirma que as mulheres negras sempre foram figuras centrais em suas famílias e comunidades, fornecendo apoio, cuidado,

mas também garantindo o sustento através do seu trabalho. Nesse sentido, assim como Collins (2019), acreditamos que o papel que elas ocupam reflete tanto a continuidade da cultura africana quanto as adaptações e funções sociais opressoras e interseccionais, uma vez que estão constantemente sobrecarregadas diante das ausências e violências produzidas pelo Estado e pela sociedade como um todo.

Muitos esforços foram somados para que a identidade cultural negra não se perdesse em meio a tantas investidas eurocêtricas. Em diferentes frentes as mulheres negras se posicionaram e se articularam para desempenhar o papel político que lhes garantisse direitos básicos e dignidade. Diante da maternidade, as mulheres negras refizeram laços rompidos pela escravização. Por meio do comércio de pessoas escravizadas, indivíduos da mesma família ou oriundos da mesma região eram intencionalmente separados, como estratégia para desarticulá-los e facilitar sua dominação. O parentesco estendido foi, portanto, um modo de resistir ao isolamento causado pela colonização (Damião, 2025). Ainda hoje, ampliar as relações familiares para além dos laços consanguíneos é uma prática adotada para a sobrevivência da população negra.

Foi a partir desse contexto que muitas mulheres negras se tornaram mães de santo e de criancas, cuidando daqueles que necessitavam. Segundo Oliveira (2018), o candomblé resgatou a experiência de família, que a escravidão esfacelou. A mãe de santo se tornou a figura materna para todos aqueles que perderam suas mães, o axé nos devolveu irmãos e parentes. Além dos terreiros, no interior das Irmandades, as comunidades negras restabeleceram relações de afeto e cuidado, recriando outros arranjos familiares, a partir das condições em que estavam submetidos. Assim, é possível compreender como as comunidades tradicionais seguem apresentando outros modelos de organização social para as populações negras.

Com base nesses contextos, entendemos que as mulheres negras desempenham um papel central na articulação das lutas contra os múltiplos sistemas de opressões, que emergem nas mais distintas posições sociais e territórios geopolíticos. Desafiando e subvertendo o sistema de poder, elas ocupam espaços considerados masculinos por uma sociedade racista e cisheteropatriarcal. Seja nas cozinhas onde se prepara o alimento sacralizado, na composição de corridos, cantigas e sambas, no toque do tambor ou na expressão dos códigos corporais, as mulheres negras tem produzido formas de fazer política, promover e propagar a cultura, fortalecendo, assim, estratégias de preservação da memória viva dos povos tradicionais e da diáspora.

REFERÊNCIAS:

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 1. ed., 2019.

DAMIÃO, Maria Luiza da Silva. Mães que criam, mãos que servem: reflexões sobre maternidades negras e trabalho doméstico remunerado em Salvador (BA). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2025.

OLIVEIRA, Makota Valdina. Documentário A dona do terreiro. Youtube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6wP1Tg8MF2I&t=796>> Acesso em: 14 jul. 2024

SANTOS, Thereza. CULTNE - Mulher Negra - Thereza Santos. Youtube, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WDgGLJ3TPQU&t=9s>> Acesso em: 08 set de 2023

ENCRUZILHADAS NO CABULA: TERRITÓRIOS E MEMÓRIAS DE TERREIRO (1980-1990)

Amanda Cunha da Silveira

(Universidade do Estado da Bahia) - amandacdasilveira@hotmail.com
Mestranda pelo Programa de Estudos Africanos, Povos Indígenas e
Culturas Negras - PPGEAFIN/UNEB. Especialista em Educação Digital-
UNEAD/UNEB. Graduada em História – UNEB. Integrante do Grupo
de Estudos em Cultura, Poder e Memória. Mediadora Cultural,

Este trabalho busca compreender os vestígios da cultura afro diaspórica na construção territorial do Miolo do Cabula, levando em consideração as memórias do povo-de-santo e a etnografia do território. Para isto, utiliza-se leituras, discussões e fontes tais; matérias jornalísticas, mapas, projetos urbanos e entrevistas orais com lideranças religiosas. Tendo, o recorte temporal aqui estabelecido, de 1980 a 1990 perpassa o intenso fluxo populacional e planejamentos urbanos para o território do Cabula, tal como, o crescimento no número de novos terreiros pela Cidade. Nesse sentido, visa contribuir na ampliação dos estudos sobre o Cabula e suas Comunidades Tradicionais de Terreiro, ainda tão pouco investigadas na historiografia baiana, em especial, as memórias do povo-de-santo para entender a história local e suas respectivas contribuições para a pesquisa acadêmica e sociedade.

ENTRE SABERES ANCESTRAIS E SABERES FICCIONAIS: POR LEITURAS SENSÍVEIS DA SÉRIE “FLORADAS – NAS TRILHAS DA AGROECOLOGIA”

Emaxsuel Roger Rodrigues

(Poscom/UFBA) - emaxsuelroger@gmail.com

Cineasta e pesquisador de outras escritas. Graduado em cinema e audiovisual pela UFRB, mestre e doutorando pelo programa de pós-graduação em comunicação e cultura contemporâneas da UFBA. Tem interesse nas áreas de cinema, literatura, estudos comparados, e

Essa proposta de comunicação tenta apresentar e discutir alguns pensares que atravessam a série baiana “Floradas – Nas trilhas da agroecologia”. Essa narrativa seriada, dirigida por Anderson Soares Caldas e produzida por Aline Cléa e Leonardo Silva, retrata a vida da ambientalista Flora (interpretada por Carluce Couto), uma jovem que havia abandonado as terras de sua família no interior para buscar as promessas de grandes prazeres em uma metrópole. Depois de adoecer gravemente, Flora se vê na necessidade de buscar alternativas para se curar. Desse processo, encontra muitas pessoas que versam sobre uma cura individual e planetária a partir de um processo de reconexão com a terra. Ao se curar, Flora coloca como objetivo de sua vida retornar à sua terra natal e fazer daquele espaço um lugar de vidas múltiplas tendo como base conceitos da permacultura, agroecologia, agricultura sintrópica e, sobretudo, saberes ancestrais. Ao se deparar com os discursos de seu ex-noivo Henrique (interpretado por Jhoilson Oliveira) – quem permaneceu no lugar para administrar e continuar os cultivos embasados, sobremaneira, na revolução verde e seu corolário, o agronegócio –, a protagonista precisa explicar e ensinar tudo o que aprendeu com as pessoas que cruzaram seu caminho e lhe deixaram sementes de mudança nos modos como exploramos e nos relacionamos com a terra e com os seres que nela habitam.

Floradas, para além de um viés educacional agroecológico, apresenta uma intersecção na narrativa com depoimentos de ativistas ou pessoas que percorreram os mesmos passos que Flora, como Marsha Hanzi, Joelson Ferreira, Maria Muniz Mayá, Helen Margaret Caughley, Hamangai Pataxó Hãhãhãe, Lara Tupinambá de Abrantes, Cacica Renata Tupinambá de Abrantes, Ana Célia dos Santos, Brígida Salgado, Edilson Raimundo Silva, Adeodato Menezes, entre outros e outras. São seus depoimentos que embasam a visão de mundo que a protagonista tenta expor para Henrique, a visão de uma vida mais plural e saudável para todos os seres. Esses depoimentos podem ser articulados a

muitos pensadores e pensadoras contemporâneas que demonstram insatisfações epistemológicas, políticas e éticas como Ailton Krenak, Achille Mbembe, Malcom Ferdinand, Nastassja Martin, Anna Tsing, Isabelle Stengers, Antonio Bispo dos Santos, entre tantos outros e tantas outras. É a partir desses autores e desses depoimentos que tentamos articular uma leitura dessa narrativa, considerando seus aspectos éticos e estéticos, seus modos de dispor partilhas e seus mecanismos ficcionais.

BISPO DOS SANTOS, A. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

FERDINAND, M. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 1

MBEMBE, A. Políticas da Inimizade. Portugal: Antígona, 2017.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. 1. ed. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2005.

SOLOMON, S. Cinema's Natures: Comparative Approaches to Ecocinema. Comparative Cinema, v. 11, n. 20, p. 6–9, 21 nov. 2023.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VAIHINGER, H. A filosofia do como se: sistema das ficções teóricas, práticas e religiosas da humanidade, na base de um positivismo idealista. Chapecó: Argos, 2011.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: O RELATÓRIO DE REVALIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DOS ARTUROS EM CONTAGEM/MG

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique

(Prefeitura Municipal de Contagem) - gabriellelvh@gmail.com
Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais - PUC Minas, nas modalidades de Licenciatura e Bacharel. Pós-
graduação lato sensu em Gestão e Projetos de Patrimônio Cultural
pelo IEPHA Instituto Estadual do Patrimônio Histórico

Rafael Braga Diogo

(Prefeitura Municipal de Contagem) - bdrafael1@gmail.com
Caixeiro de Guia na Guarda de Moçambique de São José Operário e São
Benedito no Reino de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia em Sabará/
MG. Graduado em História/Licenciatura pela Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais em 2024. Graduando em Museol

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência que foi desenvolver o relatório de revalidação do título de Patrimônio Imaterial da Comunidade Quilombola dos Arturos no município de Contagem e do Estado de Minas Gerais. A elaboração desse relatório se deu através de visitas técnicas e acompanhamento das atividades promovidas pela comunidade durante os anos de 2023 e 2024, com isso foi possível observar como as lideranças, os mestres e as mestras preservam os saberes tradicionais, preservam e difundem o patrimônio e também como a gestão da comunidade é realizada, sempre de forma atenciosa e participativa para que inclua todos os membros nas decisões tomadas e nas manifestações culturais e religiosas realizadas.

Em Contagem, está localizada uma das Comunidades Quilombolas de grande expressão no estado de Minas Gerais e no Brasil, a Comunidade Quilombola dos Arturos, atualmente a comunidade está com aproximadamente 134 anos de existência e é atuante no território antes mesmo da fundação da cidade de Contagem, que possui 113 anos. A Comunidade foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG em maio de 2014 e no mesmo ano pela Prefeitura de Contagem, em ambas as instâncias, o registro se deu na categoria de Lugares. Três práticas tradicionais da Comunidade também foram reconhecidas como patrimônio imaterial e inscritas no livro de registro de celebrações, tanto pelo Iepha-MG quanto pela

Prefeitura de Contagem, que são: A Festa de Nossa Senhora do Rosário, o Reinado/Congado e a Benzeção.

No ano de 2024, a Comunidade Quilombola dos Arturos teve seu título de Patrimônio Cultural revalidado pelo Município de Contagem, através da Diretoria de Memória e Patrimônio juntamente ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, e posteriormente, em 2025, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais juntamente ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural. Para isso, as equipes da Diretoria de Memória e Patrimônio de Contagem e a equipe de patrimônio imaterial do IEPHA desenvolveram em parceria com a Comunidade Quilombola dos Arturos um relatório de revalidação, trazendo um histórico sobre a comunidade, apontando as principais mudanças nos últimos 10 anos desde a data em que foram reconhecidos enquanto patrimônio cultural do município e do estado, as tradições e manifestações culturais e religiosas existentes desde o início e que foram preservadas com o tempo e também as que foram acrescentadas com o passar dos anos, abordou-se também os conflitos territoriais por se tratar de uma comunidade que está em um local muito visado pela especulação imobiliária em seu entorno e também as questões acerca do processo de regularização fundiária, além disso incorporou-se a temática da juventude, pauta importantíssima e solicitada pela comunidade a fim de trazer um destaque, reconhecimento e valorização dos mais novos que vem aprendendo com os mestres da comunidade e preservando as tradições.

REFERÊNCIAS:

APPA, Cultura e Patrimônio. Celebrando a história e a resistência do Quilombo dos Arturos. Instagram. 30 nov, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DC_yytNRyw1/?img_index=3.

CASTRO, Celso. Textos básicos de antropologia: Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

IEPHA. Seminário: “Arturos: 10 anos de reconhecimento de um patrimônio quilombola que resiste”. Instagram. 19 nov, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/iepha_mg/p/DCKi1Ygy2Xm/?img_index=3.

LUCAS, Glauro. Os sons do Rosário: um estudo etnomusicólogo do congado mineiro. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PREFEITURA DE CONTAGEM. Arturos Patrimônio Quilombola que Resiste 10 anos de Reconhecimento - 22/11/2024 [imagem]. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefcontagem/albums/72177720322121356/> Acesso em: 13 jan. 2025.

PREFEITURA DE CONTAGEM. Álbum de fotos da Festa da Abolição [imagem]. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefcontagem/albums/72177720322121356/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PREFEITURA DE CONTAGEM. Álbum de fotos da Missa Conga na Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos [imagem]. 2025. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/prefcontagem/albums/72177720322121356/>.

www.flickr.com/photos/prefcontagem/albums/72157719998609376/. Acesso em: 13 jan. 2025.

QUILOMBO DOS ARTUROS. “Festa do João do Mato”. Instagram. 10 dez. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DDZ8T9_xOQa/?igsh=MWVnbXM2aG51djVxNw==.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Luciano Duarte; SGUERRA MISKULIN, Rosana Giaretta. Conceito de Comunidade de Prática: um olhar para as pesquisas na área da Educação e Ensino no Brasil. *Revista de Educação Matemática*, [s. l.], v. 14, n. 16, p. 16–33, 2017. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/290>. Acesso em: 6 dez.

SABBI, Alberto. A benzeção em Santa Maria. A permanência de tradições de cura no contexto da contemporaneidade. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 569-581, 2013.024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6238702>. Acesso: 6 dez. 2024

SANTOS, C. Território e Territorialidade. *Revista eletrônica Zona de Impacto*, [S. l.], v. 12, ano 11, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html. Acesso em: Acesso em: 6 dez. 2024.

O EBÓ DAS PALAVRAS: MOVIMENTOS E ITINERÂNCIAS DA ORALIDADE E DA ESCRITA

Geni de Oliveira Lima

(UERJ/FFP) - genilima@gmail.com

Mulher preta, filha da Dona Arlinda e do Seu Silvestre, Professora da Educação Básica, Arte educadora, Contadora de História, Doutoranda em Educação (UERJ/FFP), integrante dos grupos de pesquisa ALMEFRE (Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relação

Cada um de nós carrega consigo memórias, histórias, vivências que entrelaçam o passado e o presente, capazes de contribuir com a projeção de um futuro que pode se reproduzir a partir das concepções políticas, sociais e materiais das quais fazemos parte. Adichie, (2019) nos convida a pensar nas múltiplas histórias que se entrelaçam no e pelo mundo e como elas são contadas e recontadas de geração em geração. Sou uma mulher preta, que cresceu ouvindo histórias. As histórias contadas pela minha bisavó a minha mãe e pela minha mãe a mim. As histórias tinham cheiro, sabor, cor e som.\r\n Nasci no Rio de Janeiro, ouvindo histórias que me fizeram conhecer a Cidade de Salvador, antes mesmo de ir até lá. As ruas e as ladeiras, praias, diques e as matas, se misturavam as lava-deiras, as quituteiras na preparação do vatapá, do caruru e do xinxim, embalados pelo som das rodas de samba, de candomblé e de capoeira e a malemolência dos corpos que dançavam nos bairros da Liberdade, no Curuzu, São Caetano e zanzavam na Calçada e no Largo do Sapateiro já me eram peculiares.\r\n Minha mãe contava que migrou de Salvador/BA, cidade onde nasceu para o Rio de Janeiro, com meu pai e três filhos (meus irmãos). Foram cinco dias de viagem de navio. No Rio Janeiro nasceram mais três meninas (uma delas sou eu) e um menino. Meu pai como carpinteiro e marceneiro e minha mãe como dona de casa, cozinheira e bordadeira. Iniciaram uma empreitada pela sobrevivência, alcançando o sonho da casa própria, tornaram-se uma base de apoio, como tantos/as outros/as migrantes nordestinos/as, para a parentela que ficou no Nordeste.\r\nEntretanto, a minha mãe não foi a primeira pessoa da família a fazer o movimento migratório. A bisavó Marcionilha, provavelmente viveu como escravizada, não tinha lembrança de nenhum dos seus antepassados, mas contava que viu a guerra de Canudos, saiu fugida do Arraial de Canudos para Salvador. A história da fuga era contada como um grande segredo, pois viera ainda menina, acompanhada de uma família branca, que se dizia politicamente comprometidos com movimentos libertários. Dizia não ter trazido consigo nada nas mãos, apenas uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e

um livro, porém carregava no corpo as memórias e histórias dignas de uma antologia. Nunca havia lido uma história, um livro, mas que as suas histórias não caberiam em apenas um livro e para justificar repetia um dos seus bordões “Eu vim de longe!”

A sua condição de analfabeta, foi mantida até a sua morte, desta forma, nunca conseguiu dizer que livro era aquele que trouxera, mas narrava que um dia resolveu despachar nas águas o livro e a imagem, fez ali uma promessa de que nela se encerrariam as pessoas que não sabiam ler e escrever. Uma promessa falada. Aí está a beleza do rito.

O prenuncio da bisa se concretizou, todos os seus descendentes acessaram a escrita e leitura. Eu, sua bisneta mais nova, percorro o caminho pavimentado por todas e todos que me antecederam para chegar até aqui, com a firme convicção de que não ando só, sou povoada pela minha ancestralidade e usufruo da herança deixada pelas minhas mais velhas e escrevo, como forma de arriar palavras, como oferendas que fortalecem o orí de quem as leem.

Tomada pelas histórias de Bisa Marcionilha, “de boca a orelha” contadas pela minha mãe e bebendo nas fontes da narrativa, que vai se insinuando de forma despreziosa e insurgente, encontro o matriarcado como uma prática ancestral e contemporânea. Uma prática de preservação da memória, na qual as novas gerações se apoiam nos repertórios das mais velhas para ampliar suas compreensões de mundo, pela cosmo percepção africana, pelo gesto de (com)partilhar a palavra e os ritos de fé, na luta pelo como direito existir, resistimos.

Como estratégia de resistência, nos organizamos coletivamente, com a proposta de um projeto intitulado, “Histórias pretas,” para que os sujeitos interessados pudessem contar suas histórias. O projeto não tem uma estrutura institucionalizada, tendo como origem uma iniciativa cultural autônoma de mulheres pretas, se articula através de chamamentos abertos para rodas de conversas em piqueniques, passeios, lanches coletivos e encontros virtuais.

Escrevo uma história de natureza coletiva, a história de minha bisavó, minha avó, minha mãe e de tantas outras meninas e mulheres pretas, como forma de luta e enfrentamento as feridas coloniais provocadas pelo racismo e convido para gira outras pessoas que desejam contar e escrever as suas narrativas, a fim de torná-las cada vez mais pretas, tão pretas, que as borrachas do colonialismo não consigam apagá-las e nem mesmo disfarçar o borrão feito na tentativa de apagamento de nossas histórias

PERSPECTIVAS LOCAIS SOBRE COMUNIDADE E CONSERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM SIRIBINHA, CONDE – BAHIA

Taiala Viviane Menezes de Jesus

(Universidade Federal da Bahia) - tai.viviane.menezes@gmail.com
Bacharel em ciências biológicas na universidade federal da bahia,
Estudante de licenciatura em ciências biológicas na UFBA.

Gabriela Teixeira Vanegas De La Rosa

(Wageningen University and Research) - gtv.delarosa@gmail.com
Doutoranda na Escola de ciências social de Wageningen (Wageningen
School of Social Sciences), no departamento de Conhecimento,
Tecnologia e Inovação (Knowledge, Technology and Innovation Group
- KTI) na Wageningen University & Research, Holanda sob orient

Charbel Niño El-Hani

(Universidade Federal da Bahia) - charbelelhani4@gmail.com
Charbel El-Hani é Professor Titular do Instituto de Biologia, UFBA,
onde coordena o Laboratório de Ensino, Filosofia e História da
Biologia (LEFHBio). Bacharel em Ciências Biológicas pela UFBA
(1992), Mestre em Educação pela UFBA (1996) e Doutor em Educaç

A tomada de decisão relacionada à conservação ambiental tem se tornado cada vez mais central, diante da urgência por medidas eficazes que assegurem a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, sem negligenciar a justiça sociopolítica. Uma vez que os problemas socioambientais podem ser entendidos como decorrentes de processos históricos que estão intimamente vinculados à colonização, à escravização dos povos negros e ao genocídio dos povos originários, além da própria exploração ambiental vinculada ao sistema de produção e consumo capitalista (Vasconcelos e Coriolano, 2008; Ferdinand, 2022; Rocha, Eckert e Nelson, 2023). Ferdinand (2022) destaca que essas dinâmicas históricas esculpiram os modos modernos de produção e as relações das sociedades modernas com o ambiente, além de promoverem o apagamento de conhecimentos tradicionais dos povos colonizados e escravizados. Esse apagamento compromete a diversidade de formas de interação e conservação ambiental, que poderiam ter contribuído para práticas mais sustentáveis. Sendo assim, há uma preocupação crescente com a manutenção de modos de vida de comunidades indígenas e locais. É necessário se debruçar sobre temas que discutem diferentes formas de relação com o território, distinguindo entre aqueles que estão

“na” comunidade e os que se reconhecem “da” comunidade. Essa distinção está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento. Para os que se identificam como “da comunidade”, o território é compreendido como espaço de vida, trabalho e proteção, sendo central para a sobrevivência social e econômica de suas famílias. Em contraste, para os que apenas estão “na comunidade”, o território tende a ser percebido como um recurso passível de exploração e capitalização, sem vínculo afetivo ou identitário. Frequentemente os processos de tomadas de decisões ambientais não levam esse tipo de dinâmica em consideração e ainda reforçam relações hierárquicas (Souza e Brandão, 2012), mantendo as comunidades locais enfrentando dinâmicas de exclusão ou sub-representação nos processos decisórios relacionados à conservação ambiental. Para que essas comunidades sejam realmente incluídas, é fundamental o entendimento sobre seus conhecimentos e percepções sobre conservação, reconhecer acordos e divergências sobre conceitos e práticas, e fortalecer processos colaborativos que favoreçam sua participação nas decisões. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar as perspectivas de comunidade a partir da visão dos membros da comunidade pesqueira artesanal de Siribinha, localizada em Conde, Bahia. Busca-se compreender como a própria comunidade se constitui e quais são as implicações dessas perspectivas para a conservação socioambiental local. O presente trabalho utilizou uma abordagem transdisciplinar e apoiou-se na aplicação de métodos de pesquisa-ação participativa, utilizando observação participante, entrevista semiestruturada e metodologias artísticas como formas de geração de dados. A análise de conteúdo categorial dos dados obtidos sugere que a comunidade de Siribinha é composta por três elementos centrais: os humanos, os não-humanos e a subsistência, que estão profundamente interconectados e sustentam a totalidade da comunidade. O segundo aspecto presente em nossos resultados indica a presença de atitudes que podem colaborar ou prejudicar à percepção de ser visto e/ou se sentir parte da comunidade, essas atitudes foram atribuídas aos humanos relacionados a essa rede. Essa inclusão ou exclusão é dependente do tipo de relação que se cria com os outros elementos que compõem a comunidade, levando-se em consideração também o envolvimento que se tem com o território e seus habitantes. Assim, para promover a conservação socioambiental em Siribinha, é fundamental reconhecer e valorizar a cosmovisão local nas decisões que afetam o território, uma vez que o conceito de comunidade ali presente abrange uma diversidade de seres e práticas originadas da interação entre eles. Além disso, destaca-se a necessidade de atitudes que garantam a manutenção dessa comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS:

- FERDINAND M. Uma ecologia decolonial. São Paulo: Udu Editora, 2022.
- ROCHA, A. L, C, da; ECKERT, C.; NELSON, D. R. Antropologia e crise ambiental. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 29, p. 66, 2023.

SOUZA, A. G F. BRANDÃO, C. R. SER E VIVER ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS (Be and live as the traditional community). Mercator, [s.n], v. 11, n. 26, p. 109, 2012.

VASCONCELOS, F. P; CORIOLANO, L.N. M. T. Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará/Brasil. Revista de Gestão Costeira Integrada, [s.n], v. 8, n. 2, p. 259, 2008.

QUANDO O RIO É MEMÓRIA: A CANOA COMO TERRITÓRIO SIMBÓLICO NO BAIXO SÃO FRANCISCO

Klévio Thawan Silva Pereira Brito

(Universidade Estadual de Alagoas) - klevio.brito.2021@alunos.uneal.edu.br
Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a Canoa Geórgia, embarcação símbolo da cidade de Pão de Açúcar, no sertão alagoano, como lugar de memória e expressão de identidade coletiva ribeirinha. A partir da escuta atenta aos canoeiros e à comunidade local, bem como da observação das carreiras de canoa, propõe-se compreender como a Geórgia ultrapassa seu caráter material para ancorar memórias afetivas e tradições familiares e regional ligadas ao modo de vida fluvial do Baixo São Francisco. O presente estudo se insere numa abordagem etnográfica, mobilizando autores como Pierre Nora (1993), Stuart Hall (2003) e Michael Pollak (1992) para pensar os usos da memória na constituição de identidades e pertencimentos.

Com mais de quarenta anos de história, a Geórgia foi criada e idealizada por Seu Odilon, pescador local, e mantida ao longo das gerações como patrimônio afetivo-familiar e coletivo. Nos dias de corrida, sua presença no rio é celebrada como a de uma verdadeira rainha. Essa reverência revela uma rede de significados que articula técnica, memória, devoção e pertencimento. Mais do que uma embarcação, a Geórgia mobiliza afetos, rituais e recordações de um tempo em que o rio era espaço central da vida cotidiana e da pesca artesanal. A tradição se reinventa nos panos abertos ao vento e nas festas populares em que a Geórgia ainda brilha.

As carreiras de canoa, que tinham um caráter festivo e espontâneo, ganharam contornos mais competitivos ao longo das décadas, sobretudo após a instalação da Usina Hidrelétrica de Xingó, que alterou profundamente as dinâmicas ecológicas, fluviais e econômicas da região. Neste contexto, as canoas deixaram de ser utilizadas para pesca e passaram a ser adaptadas exclusivamente para as corridas. A Geórgia, mesmo diante de tais mudanças, preserva traços do seu formato tradicional e resiste à padronização técnica imposta pelas “canoas de quina”, mais leves e velozes, mas desconectadas da memória e ancestralidade fluvial.

O embate entre tradição e inovação, visível nas disputas entre as canoas do sertão e do litoral, expressa mais do que divergências técnicas: revela diferentes modos de se relacionar com o rio e com a memória. Enquanto as canoas de quina operam sob a lógica da performance e da velocidade, a Geórgia carrega consigo um mundo que se organiza

em torno da coletividade, da memória familiar e do modo de vida ancestral. Como nos lembra Pollak (1992), a identidade é construída no contraste com o outro, e a Geórgia afirma a identidade ribeirinha sertaneja em meio às pressões da modernidade.

Além das memórias familiares, sobretudo aqui evidenciado a partir da canoa Geórgia, mas pluralizado para com as outras canoas existentes, condensa saberes tradicionais de navegação, carpintaria naval e manejo do vento que foram passados de geração em geração. Esses saberes se expressam na relação quase espiritual entre os canoeiros e o rio, especialmente nos instantes que antecedem a largada. O silêncio, os gestos e os olhares entre a tripulação e a embarcação evidenciam um pertencimento que se dá menos por discurso e mais pela experiência corporal e afetiva de quem cresceu às margens do Velho Chico.

A manutenção da Geórgia implica custos financeiros elevados, não recompensados por ganhos materiais. Alimentação da equipe, transporte da canoa, consertos e reparos são cobertos por laços de solidariedade familiar e comunitária, reiterando que seu valor transcende a racionalidade econômica. Trata-se de uma tradição que resiste como forma de afirmação de um passado que se deseja contínuo no presente, como elo de uma ancestralidade que se refaz a cada percurso. Como lugar de memória, a Geórgia não apenas recorda: ela produz sentidos e conecta tempos distintos em uma experiência de pertencimento coletivo.

A vivência das carreiras de canoa atualiza uma temporalidade própria, em que a festa popular se converte em rito de afirmação cultural e reencontro com as raízes. A Geórgia, nesse sentido, navega entre margens simbólicas: é ao mesmo tempo símbolo de resistência à descaracterização das tradições e expressão de uma modernidade negociada. Em seu corpo de madeira e panos, habitam vozes, saberes e gestos que recusam o esquecimento e produzem cultura viva. Sua trajetória revela o quanto as culturas populares, quando sustentadas pela memória e pelos afetos, são capazes de reinventar-se sem romper com suas origens.

Por fim, a Geórgia não representa apenas uma embarcação vitoriosa, mas uma pedagogia do rio, um arquivo vivo de uma forma de vida. Em sua travessia entre passado e presente, tradição e reinvenção, ela resiste como metáfora de uma cultura ribeirinha que, mesmo ferida por deslocamentos e apagamentos, ancora-se na celebração coletiva e nos vínculos de pertencimento. Assim, afirmamos: quando a Geórgia desliza sobre as águas do São Francisco, não é só sua madeira que corta o rio — é a própria memória ribeirinha sertaneja que se move, canta, celebra e continua a existir nos corpos que dentro torna-se canoa-rio e fora, celebram as inúmeras existências que se manifestam nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763>. Acesso em junho de 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/1941/1080>. Acesso em junho de 2025.

SILVA, Igor Luiz Rodrigues. As margens do São Francisco: um olhar antropológico sobre os mestres fazedores de canoas na cidade de Pão de Açúcar-AL. São Cristóvão - SE: UFS/NPPA, 2014 (Dissertação de Mestrado).

“VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR MEUS CAMARADAS”: A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CULTIVANDO SONHOS DO KILOMBO CANDEAL II COMO UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

Kauane Silva Vasconcelos

(Universidade Federal da Bahia) - kauanevscluefs@gmail.com
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de
Santana e mestranda em Educação pela Universidade Federal da
Bahia. Pesquisadora na área de Educação e Relações Étnico-Raciais pelo
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Relações Étnico-Ra

Marta Alencar dos Santos

(Universidade Estadual de Feira de Santana) - masantos1@uefs.br
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, docente
na Universidade Estadual de Feira de Santana e Coordenadora
do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Relações Étnico-
Raciais Corpo-Território Decolonial (UEFS/CNPq).

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender de que forma a Biblioteca Comunitária Cultivando Sonhos, localizada no Kilombo Candéal II, em Feira de Santana/BA, se configura como um espaço de promoção da educação antirracista. A pesquisa se insere no campo da educação não formal e se fundamenta em uma abordagem qualitativa, adotando como procedimentos metodológicos a análise documental, entrevistas semiestruturadas e o uso da fotografia como recurso narrativo e documental. Os dados foram registrados por meio de áudios, imagens e transcrições de entrevistas, possibilitando uma construção densa e sensível da realidade investigada.

A partir da análise dos dados, o estudo evidenciou a importância de reconhecer os espaços comunitários, especialmente as bibliotecas localizadas em territórios quilombolas, como ambientes potentes de formação crítica, cultural e identitária. Observou-se que a Biblioteca Cultivando Sonhos atua como um espaço de resistência e afirmação das identidades negras, promovendo ações educativas que contribuem para a valorização da história, da cultura afro-brasileira e dos saberes tradicionais. Destacam-se, nesse contexto, a mediação de leitura, os encontros formativos e a curadoria de livros com temática étnico-racial como estratégias fundamentais na construção de uma prática educativa antirracista.

Como resultado, o estudo reforça a necessidade de ampliar o entendimento sobre o papel das bibliotecas comunitárias como agentes de transformação social, considerando-as

não apenas como locais de acesso à informação, mas como espaços de luta política, de fortalecimento comunitário e de promoção de uma educação comprometida com a equidade racial. Assim, conclui-se que a Biblioteca Cultivando Sonhos é um exemplo concreto de como espaços não formais podem se constituir como territórios educativos orientados por uma perspectiva antirracista e emancipatória.

ÂA MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO ORAL NO BRASIL E EM ANGOLA

Isabele Pereira Nascimento

(isced) - isabelesud@hotmail.com

Doutoranda em Educação pela FACED UFBA em doutorado sanduíche
no ISCED Sumbe Angola. Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Especialista em Direito Público. Licenciada em Letras. Advogada.

Rodrigo Eduardo Rocha Cardoso

(UESC) - rodrigoerc@hotmail.com

Doutor em Linguagens e Representações pela UESC. Doutorando
em Direito pela UESC. Mestre em Cultura e Turismo pela UESC.
Especialista em Direito Público pela FTC. Licenciado em História.
Advogado. Professor de História da UESC e de Direito da UEFS.

Com o advento da Legislação que determina a obrigatoriedade do ensino da história africana e indígena Brasil, passou-se a buscar elementos confiáveis de referência para construção do currículo e dos materiais didáticos. Importante destacar que, o que a diáspora entende da história da africana, não necessariamente pode corresponder à essência dessa cultura, haja vista, a miscigenação dos diversos povos africanos, com a cultura indígena e europeia no Brasil.

Muita importância é dada aos conhecimentos tradicionais e a cultura oral, tanto de matriz africana, quanto de matriz indígena para levar ao sistema de ensino, a história desses povos. Em Angola, o termo índio ou indígena tem um significado diferente do qual é conferido no Brasil. Em Angola, indígena é uma categoria imposta por Portugal as pessoas que não eram letradas no idioma do colonizador (Português).

Destaque - se que o conceito de índio como aquele que não sabe ler e escrever ou/e falar o português (Idioma oficial em Angola) permanece até hoje na cultura Angolana. Nacionais que dominam os idiomas dos povos originários como UMBUMDU e KIMBUMDU, são tidos como índios por não assimilarem o idioma e a cultura do colonizador.

Por conseguinte, o antigo Presidente de Angola, o falecido Agostinho Neto, já defendia a retomada a cultura originária BANTU um Angola. No Brasil, esse movimento é institucionalmente recente com o advento da legislação que determina que esses conceitos sejam debatidos em sala de aula, em todos os níveis de ensino.

Importante que não apenas os conceitos, mas também as práticas pedagógicas da cultura afro-indígena no Brasil sejam aplicadas nos sistemas de ensino. Diversos grupos

e movimentos se empenham em manter viva e passar para as próximas gerações a importância e a potência das tradições orais no Brasil.

A principal forma de manutenção da cultura oral no Brasil se deu através dos terreiros de candomblé e hoje falamos inclusive sobre a pedagogia de terreiro, para trazer essa cultura oral que permaneceu na diáspora. Destaque-se que o candomblé no Brasil possui diferentes origens a depender do povo ou Reino que deu origem como os terreiros de Angola ou Ketu ou outros que trazem elementos da cultura africana. Entretanto, é importante destacar que pouco se mantém em Angola acerca das divindades religiosas tradicionais, conhecidas como culto aos orixás, já que a maioria esmagadora da população angolana professa a fé cristã. E, as divindades dos orixás no Brasil não possuem necessariamente os mesmos elementos e histórias (Itãs) em Angola.

Um grupo que se destaca na manutenção dos saberes e práticas tradicionais africanas no Brasil é o grupo Griô que faz um trabalho muito impactante na propagação da cultura oral e forma facilitadores que disseminam essa prática tanto com cursos presenciais, como com cursos remotos.

Na estrutura curricular de escola formal em Angola, percebeu-se após análise documental do currículo da educação pré-escolar, primária e secundária, práticas pedagógicas e formação de professores no nível de doutoramento na cidade de Sumbe, província do Cuanza Sul, durante doutorado sanduiche financiado pela CAPES, a senioridade que é viva na cultura e consequentemente nos ensinamentos informais e não formais, pouco são abordados no ensino formal de Angola. O livro didático, também aborda de forma mínima esses conhecimentos.

Após convivência na comunidade durante 6 meses, notou-se que os saberes tradicionais são deixados para as famílias abordarem, mas institucionalmente no currículo, nas práticas pedagógicas e no livro didático, não são amplamente trabalhados.

Assim, a diáspora africana no Brasil, tem realizado diversos esforços para manutenção e resgates dos elementos da cultura africana. Importante destacar que recentemente o presidente de Benin, país do continente Africano, esteve em Salvador afim de resgatar elementos da cultura tradicional do seu povo que possam ter sido trazidos pelos africanos escravizados, pois a colonização em seu território foi responsável pelo epistemicídio de seus saberes e práticas. Desse modo, nações amigas, como Brasil e Angola, podem se auxiliar mutuamente para manutenção de práticas tradicionais e orais dos povos originários de seus territórios.

A PESSOA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: INTERSECCIONALIDADE NO ESTUDO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DE ALAGOAS

Karine de Oliveira Moura

(PPGA/UFPB) - karinedeoliveiramoura@gmail.com

Formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário CESMAC, com conclusão no ano de 2013. Possuo mestrado em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde desenvolvi pesquisa sobre a política do

A inserção da pessoa na encruzilhada das políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural no Brasil demarca uma transformação nesse campo a partir do início do século XXI. Ela implica a necessidade de refletir acerca das diversas dimensões atreladas à experiência corporificada de mestras e mestres acerca da vida social. O Registro do Patrimônio Vivo (RPV) de Alagoas é uma dessas ações, que ganha capilaridade em estados da região nordeste do país no referido período (Alves, 2011). Um estudo acerca do mesmo no âmbito de uma pesquisa antropológica evidenciou uma série de assimetrias no contexto de sua organização pelo setor público. Contudo, elas também remetem a uma realidade social mais ampla, onde os marcadores sociais da diferença estão entrelaçados às dinâmicas experienciadas no âmbito de alguns grupos. Desse modo, a interseccionalidade (Akotirene, 2019) se apresentou como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para análise dos processos inerentes às trajetórias das pessoas denominadas “patrimônios vivos” pelo Estado bem como dessa política, na qual questões de raça, gênero, classe, idade e território produzem diferenças muitas vezes não observadas, culminando na reprodução de desigualdades sociais que atinge com mais abrangência determinados corpos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Elder Patrick Maia (org.). Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo. Maceió: Edufal, 2011.

ABEBÉ DE OXUM: CONTRIBUIÇÕES EPISTÊMICAS PARA PRÁTICAS PSICOTERAPÊUTICAS

Carolyn Laurie Benícia dos Santos

(Pesquisadora independente) - carolynelaurie@gmail.com

Psicóloga e Bacharel pela USP-RP. Gestalt-terapeuta pelo Instituto Gestalt
Paraná.

Pós-graduanda em Gestalt-Terapia pelo Instituto Quilombo Gestáltico.

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre as contribuições das epistemologias da Orixá Oxum para a prática de profissionais da psicologia, a partir da metodologia da escrevivência, proposta por Conceição Evaristo (2020) como um modo de produção de conhecimento por meio da vivência da coletividade. Esta metodologia é uma forma de retomar a apropriação do epistemicídio no Brasil, um processo de dominação étnica/racial por meio da legitimidade de conhecimento de alguns grupos em detrimento de outros (Santos, 1995). Esta europeização no Brasil fez com que a Psicologia não soubesse pensar o cuidado para com o seu próprio povo, em decorrência de ter se constituído enquanto ciência à margem dos conhecimentos negros e indígenas de nosso território (Santos & Oliveira, 2023). Para Silva (2021), a psicologia deve considerar os saberes das cosmo percepções afropindorâmicas. Assim, compreende-se os saberes de matriz africana como referenciais éticos, filosóficos e terapêuticos para construção de saúde e bem-viver, epistemologias afro-brasileiras preservadas pelo povo negro.

Cada divindade negra possui domínios epistemológicos que englobam conceitos psicológicos a partir das bases e valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros. A orixá Oxum, conhecida como a mãe das águas doces, de poder estratégico, de atributos como fertilidade, prosperidade, beleza e amor, apresenta em sua intelectualidade epistemologias relacionadas à auto estima, amor próprio, criatividade, imaginação e diplomacia. Entre as suas ferramentas, ela possui o Abebé, um espelho de mão que permite o conhecimento de si ao mostrar o interior de cada um, ativando memórias, saberes e histórias de antepassados, famílias e comunidades (Silva, 2023). Na clínica psicoterapêutica, é altamente recorrente questões sobre inseguranças, questões com a própria imagem, senso de incapacidade, auto ódio e submissão ao discurso do outro. Os saberes do espelho de Oxum mostraram-se como uma grande ferramenta de centralização do eu como eixo principal da própria vida, assim como um convite a retomar o que é genuíno e o que é verdadeiro para cada um. Ao posicionar o seu próprio espelho para o outro (“e se não gostarem?”, “e se acharem ruim?”, “e se não for suficiente para eles?”), a pessoa não vê

a si mesma e perde acesso às suas próprias respostas, opiniões e verdades. Viver sob o reflexo do outro implica em extrema angústia, uma vez que é estar fadado a nunca corresponder plenamente às expectativas e exigências externas, ao mesmo tempo que é garantir a negligência e um viver dissociado de si. Questionamentos como “o você acha disso?”, “o que você quer?”, “faz sentido isso pra você?”, “você concorda com isso?”, “o que sua intuição te diz?” fizeram encontrar as respostas, as opiniões, os desejos e as vontades de quem as tinha perdido. Ao descobrirem a agência sobre seus próprios espelhos, cada pessoa em seu processo mostrou-se mais instrumentalizada e fortalecida para se posicionar na vida e construir para si um bem estar e bem viver.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

EVARISTO, C. A escrituragem e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrituragem: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, pp. 26-46

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, L. R. de. A METODOLOGIA DO ESPELHO DE OXUM NA PSICOLOGIA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1625>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SILVA, R. C. C.. *Pelo espelho de Oxum: reflexos e reflexões de trabalhadoras negras sobre educação permanente em saúde*. Orientadora: Mônica de Rezende. 2023. Dissertação de mestrado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023

SILVA, V. P.. *A palavra tem força: uma psicologia do axé e dos encantamentos*. Orientador: Abrahão de Oliveira Santos. 2021. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CULTURA, CIDADANIA E SABERES EM SAÚDE/BEM VIVER DAS POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS

Anna Beatriz de Sá Almeida

(Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz RJ) - anna-beatriz.almeida@fiocruz.br

Historiadora pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz desde 1989. Mestre (1994) e Doutora (2004), poucas semanas antes do nascimento da Isabella, em História Social pelo PPGHS da UFF. Coordenadora do Projeto Promoção da Saúde, Cultura, Cidadania e P

O projeto de pesquisa-ação Promoção da Saúde, Cultura, Cidadania e Territórios Vulnerabilizados, por nós apresentado a este ST, está diretamente inserido nas missões da nossa instituição, a Fundação Oswaldo Cruz, no sentido em que se vincula suas atividades à promoção e análise de práticas que sejam transformadoras, tanto através de relações sob as quais se assentam a construção compartilhada do conhecimento e a Promoção da Saúde quanto daquelas que analisam e atuam coletivamente com os moradores no enfrentamento, questionamento e transformação da extrema vulnerabilização de territórios vizinhos e próximos, abrangendo a Zona da Leopoldina, aos campi da Fiocruz. O Projeto é uma parceria entre a Fiocruz, através da Cooperação Social da Fiocruz e da Casa de Oswaldo Cruz com o Instituto Cultural Grupo 100% Suburbano.

Como princípios básicos do projeto, valorizamos os diagnósticos socioeconômico e ambiental, os planos e o conhecimento de atores locais, reconhecendo, assim, a contribuição endógena ao processo de desenvolvimento de territórios saudáveis em centros urbanos, frente ao quadro de iniquidades socioambientais identificadas nos determinantes sociais da saúde. Nosso objetivo primordial é a Promoção da Saúde em seu sentido ampliado, o Bem-Viver (na concepção dos povos andinos, dos nossos povos originários e vindos de África), a qual está diretamente relacionada com as ações e debates no campo da cultura e da cidadania. Nesse sentido, para nós, é fundamental a elaboração de indicadores e análises das ações desenvolvidas pelo projeto, no intuito de mostrar o quanto as ações em Cultura e Cidadania são ações de Promoção da Saúde e do Bem-Viver.

O projeto busca desenvolver e analisar possíveis estratégias de Promoção da Saúde, pela Cultura e Cidadania, que atuem de fato na mitigação das iniquidades dos determinantes sociais, presentes em territórios socioambientalmente vulnerabilizados, com ênfase nos bairros de Mangueiras e da Maré, bem como, em outros bairros pertencentes à Zona da Leopoldina;

As atividades das organizações e ações, as quais serão, tanto analisadas como desenvolvidas, ao longo do projeto, terão caráter intersetorial, utilizando-se de linguagens artísticas e produções culturais, recursos da memória social, divulgação de saberes científicos e formação cidadã a partir da educação popular em saúde a grupos sociais historicamente marginalizados.

MEMÓRIA EM MOVIMENTO

Evelyn Soares Santana Bellas

(Universidade Federal da Bahia.) - driveufba@gmail.com
Evelyn Bellas é uma artista visual e arte educadora licenciada pela Escola de Belas Artes da UFBA. Atuou como curadora no Festival Cineminha B em 2019 e 2021 e atualmente ensina para os anos iniciais. Tem experiência como facilitadora no Centro Juvenil de

Este resumo busca compartilhar os aprendizados adquiridos ao longo do semestre 2025.1 durante a minha participação na Ação Curricular em Comunidade e Sociedade - Saberes e Fazeres da Cultura Popular, fazendo uma reflexão de como para além dos conteúdos abordados, de que forma tais experiências propiciadas pela disciplina me agregaram como pessoa mas também como arte educadora para os anos iniciais em formação. Me interessa refletir sobre a importância do ensino e disseminação da Cultura Popular para o ensino de artes visuais. O desenvolvimento da criança, encontra-se, assim, intrinsecamente relacionado à apropriação da cultura. (VYGOTSKY, 2009). Sendo assim, busco fazer uma conexão entre o que foi aprendido e de que maneira isso pode reverberar em produções futuras além de pontuar as diretrizes da BNCC que sustentam o ensino da cultura popular nos anos iniciais. Partilho também um ensaio fotográfico que rememora essa vivência como proposição de conclusão da disciplina.

MULHERES CIGANAS: DIVERSIDADE CULTURAL, TRADIÇÃO POPULAR E ESTIGMAS

Cassi Ladi Reis Coutinho

(Grupo Griô) - cassiladi@yahoo.com.br

Doutora em História Social pela Universidade de Brasília, Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia,

Especialista em Arte Educação: culturas brasileiras e linguagens artísticas contemporâneas e Especialista em Direitos Human

As mulheres ciganas são figuras centrais na preservação e continuidade da cultura de seus povos. Pertencentes a grupos étnicos que divergem: os Rom, Calon, Sinti. Essas mulheres mantêm vivas tradições seculares por meio da oralidade, da música, da dança, da religiosidade e, especialmente, da forma como se vestem. A vestimenta típica cigana é mais do que uma escolha estética — é uma expressão de identidade cultural, dignidade e pertencimento. Dependendo da etnia elas usam saias longas, coloridas, muitas vezes com babados e estampas vibrantes, vestidos cuidadosamente ornamentados com miçangas e bicos, lenços ou pentes na cabeça e acessórios como brincos, pulseiras e correntes, tudo muito cheio de brilho, são elementos que marcam a indumentária tradicional feminina, representando não apenas beleza, mas também respeito às normas e papéis sociais dentro da comunidade.

A cultura cigana, marcada por um forte vínculo familiar, respeito aos mais velhos, práticas coletivas e valores comunitários, tem nas mulheres suas principais transmissoras. Elas educam os filhos dentro das tradições, mantêm rituais e fortalecem os laços com a ancestralidade. No entanto, também enfrentam tensões entre a preservação cultural e os desejos de autonomia, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação e à liberdade de escolha.

Apesar de sua importância, as mulheres ciganas sofrem com estigmas históricos e preconceitos estruturais. São frequentemente marginalizadas por serem mulheres, por sua etnia e por estereótipos que as associam a imagens folclóricas, exóticas ou negativas. Esse racismo estrutural compromete seu acesso a políticas públicas e reforça a invisibilidade social.

Nos últimos anos, contudo, muitas mulheres ciganas vêm se articulando para reivindicar seus direitos, ocupar espaços de fala e fortalecer sua identidade de forma autêntica, sem abrir mão de suas raízes. A valorização de sua cultura — inclusive dos trajes típicos — é um instrumento de resistência, empoderamento e orgulho.

Portanto, discutir a situação das mulheres ciganas é fundamental para desconstruir estereótipos, valorizar a diversidade cultural e promover a inclusão social, respeitando as especificidades de suas tradições e modos de vida.

PLURALISMO JURÍDICO E JURIDICIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DA ROCINHA (BA): UM OLHAR DE DENTRO

João Batista Ferreira da Silva

(Universidade Federal da Bahia) - joaobfsilvaa@gmail.com
Graduando em Direito, cursando especialização em Direito e
Governança Climática, Bacharel e Humanidades, Pesquisador e
membro do grupo de Estudo Quilombolismos e Feminismos

Este trabalho apresenta os resultados da segunda fase da pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/2022) desenvolvida na Comunidade Quilombola da Rocinha, em Livramento de Nossa Senhora/BA, com foco na juridicidade tradicional e nas práticas comunitárias de resolução de conflitos. Com base em metodologia da pesquisa etnográfica e qualitativa, foram realizadas entrevistas com lideranças religiosas, políticas, juventude e anciões, além do uso de diário de bordo, documentos e registros fotográficos. Utilizando métodos de estudo de caso e entrevistas, o trabalho analisa como os quilombolas da Rocinha regulam o uso de seus recursos e resolvem conflitos, além de comparar sua juridicidade com avanços constitucionais em outros países latino-americanos. Essas características, de reconhecimento da diversidade e da autogovernança de povos e nações, dialogam com a busca da Rocinha por manter suas normas coletivas e sua autonomia. Ao final, propõe-se uma reflexão sobre a necessidade de transformações estruturais que permitam às comunidades tradicionais não apenas existir, mas também protagonizar novas formas de construção do Estado e do Direito.

RESISTÊNCIA MAPEADA: CARTOGRAFIA DOS POVOS DE TERREIRO COMO PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO NO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO, BAHIA

Edésio Conceição Nascimento

(POSAFRO/UFBA; PROJETO GEOAFRO/UnB) - delkm503@gmail.com
Graduado em Pedagogia (licenciatura) – UEFS Graduado em
História (licenciatura) – UNEB Especialista em Estudos Culturais,
História e Linguagens - UNIJORGE Mestrando o Programa de Pós-
Graduação em Estudos étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA)

Resumo\r\nEste trabalho apresenta o mapeamento cartográfico dos terreiros de religiões de matriz africana em Santo Estevão, Bahia, destacando sua importância como patrimônio cultural e espaço de resistência. A pesquisa, de abordagem quantitativa, utilizou questionários e técnicas geoespaciais para identificar, localizar e analisar os terreiros, suas lideranças e práticas. Os resultados apontam para a centralidade desses espaços na vida social do município e para a necessidade de políticas públicas de reconhecimento e proteção.\r\nIntrodução\r\nO município de Santo Estevão, interior da Bahia, abriga significativa presença de comunidades tradicionais de matriz africana. O estudo justifica-se pela invisibilidade histórica dessas comunidades e pela necessidade de reconhecimento institucional dos terreiros como patrimônio afro-brasileiro. O objetivo principal é mapear e analisar a distribuição, perfil e desafios dos terreiros locais, fortalecendo sua luta por direitos e visibilidade.\r\nMetodologia\r\nA pesquisa adotou abordagem quantitativa, com aplicação de questionários estruturados junto às lideranças dos terreiros. Os dados foram coletados em campo, com uso de GPS, QGIS e Google Earth Pro para georreferenciamento. Foram sistematizados em planilhas e convertidos em mapas digitais, permitindo a análise espacial e social dos terreiros.\r\nResultados e discussão\r\nForam identificados 30 terreiros ativos, sendo 19 na zona urbana e 11 na zona rural. As casas pertencem principalmente às tradições do Candomblé (Ketu e Angola) e da Umbanda, havendo espaços que reúnem ambas. As lideranças são majoritariamente mulheres negras, com diferentes níveis de escolaridade. Os terreiros desempenham papel central na transmissão de saberes, acolhimento comunitário e resistência frente à intolerância religiosa. Apenas um terreiro possui registro formal (CNPJ), evidenciando a precariedade institucional e a urgência de políticas públicas específicas. A pesquisa destaca ainda a importância da educação antirracista e da participação dos povos de terreiro em editais culturais recentes.\r\nConsiderações finais\r\nO mapeamento revela a potência da

resistência afro-brasileira em Santo Estevão e aponta para a necessidade de políticas de proteção, regularização fundiária, isenção tributária e valorização educativa e cultural dos terreiros. Recomenda-se o fortalecimento do diálogo entre poder público e comunidades tradicionais para combater a intolerância e garantir cidadania plena. O trabalho contribui para tornar visível a presença dos povos de terreiro e subsidiar novas ações de reconhecimento.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. Cartografia e quilombo: territórios étnico africanos no Brasil. In: *Africana Studia*. n. 9. p. 337-355. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.278, de 29 de novembro de 2024. Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. Brasília: Diário Oficial da União, 29 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.519, de 05 de janeiro de 2023. Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Brasília: Diário Oficial da União, 05 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Guia Orientador para Mapeamentos junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/337/1/SEPPIR_Guia_2016.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo, Vértice, 1990.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. 2005. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da formação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. Tradição oral e memória dos povos de religiões afro-brasileiras: possibilidades de pesquisa em história. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 8, n. 04, p. 79–92, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/9892/7601>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SABERES TRADICIONAIS E ANCESTRALIDADE: AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E ETNODESENVOLVIMENTO NA KITAANDA BANTU

Dandara Lopes Correia

(Universidade do Estado da Bahia) - educa.dandaralopes@gmail.com
Mestra em Educação pela UNEB. Educadora Popular e Afroempreendedora.

Carla Liane Nascimento dos Santos

(Universidade do Estado da Bahia) - clnsantos@uneb.br
Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. Professora Titular
do Departamento de Educação (DEDC- I) da UNEB

Este resumo expandido é resultado de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), da Universidade do Estado da Bahia que teve por objetivo compreender quais as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais desenvolvidas na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu se constituem como estratégias para o fortalecimento da identidade cultural dos sujeitos cooperativados, pertencentes ao segmento de povos de terreiro. Os lócus da investigação estão situados nos territórios de identidade Recôncavo e na Região Metropolitana de Salvador, em espaços não formais de atuação da Kitaanda Bantu que promovem produção de conhecimento sob o olhar do etnodesenvolvimento, pautados em saberes tradicionais, a partir da oralidade para preservar a memória e manutenção desses saberes para as próximas gerações.

As categorias centrais de análise foram etnodesenvolvimento, saberes tradicionais e educação popular, com enfoque decolonial, objetivando romper com paradigmas opressores dominantes, valorizando a preservação de memórias e identidades dos protagonistas das ações contínuas da cooperativa, que representam a memória viva das sociedades tradicionais africanas e salvaguardam a afrodescendência brasileira. Foi adotada a pesquisa do tipo aplicada, com abordagem qualitativa, com a estratégia da pesquisa do tipo colaborativa e como técnica de produção de dados a realização de círculos reflexivos. Os dados produzidos foram analisados utilizando a técnica da análise de conteúdo. Os resultados apontaram para a necessidade de criação e implementação de políticas públicas na Bahia dirigidas a este segmento, além da constituição de um programa de educação pensando a perspectiva de geração de renda, pautada na construção coletiva e comunitária das ações centradas no respeito aos saberes tradicionais. A escrita proporcionou a

análise da relação entre os saberes tradicionais desenvolvidos pela Kitaanda Bantu e as práticas pedagógicas desenvolvidas. O estudo proposto nos possibilitou trazer visibilidade para práticas de educação popular e saberes tradicionais de povos e comunidades que possuem um histórico de exclusão, mas que se reinventaram a partir de conhecimentos adquiridos através de muitas gerações anteriores.

SAVIGNY NÃO CONHECE O IFÁ: CONFLITOS SUCESSÓRIOS E FUNDIÁRIOS NOS CANDOMBLÉS DO TERRITÓRIO DA TERRA VERMELHA - CACHOEIRA/BAHIA

Cláudio Fonseca de Oliveira

(Universidade Federal do Estado da Bahia) - ajejuridico@outlook.com
CLÁUDIO FONSECA DE OLIVEIRA – OBÁ OLUAJÉ Cláudio Fonseca
é advogado formado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
especialista em Direito Fundiário e mestre em Estudos Étnicos e Africanos
pelo Pós Afro/CEAO-UFBA. É idealizador e coordenador do I

Palavras-chave: Cartografia étnica, Conflitos, Judicialização.

Resumo expandido – Comunicação Oral

Este trabalho investiga os conflitos sucessórios e fundiários judicializados nos terreiros de Candomblé localizados no território conhecido como Terra Vermelha, zona rural do município de Cachoeira, Recôncavo Baiano. Trata-se de uma região marcada pela presença de casas centenárias de culto afro-brasileiro, que organizam comunidades em torno de princípios ancestrais, cosmopercepções nagôs e códigos rituais próprios. Tradicionalmente, os litígios sucessórios nesses espaços eram regulados pelas chamadas “leis do orixá”, que envolvem hierarquias internas, senioridade, oralidade e consultas a Ifá, sem intervenção do aparato jurídico estatal. Observa-se, contudo, uma tendência crescente à judicialização, deslocando para o campo do direito estatal disputas antes tratadas nos domínios da tradição e da espiritualidade.

A pesquisa teve como objetivo compreender como o fenômeno da judicialização impacta as comunidades de terreiro, afetando sua continuidade simbólica, organização interna e legitimidade territorial. Indaga-se de que forma tribunais, registros cartoriais e órgãos de patrimônio operam sobre territórios cuja lógica não se funda no regime dominial ocidental, mas em vínculos sagrados, memórias ancestrais e pactos coletivos inscritos no axé.

O trabalho articula categorias como o território usado de Milton Santos, os territórios invisíveis de Rafael Sanzio dos Anjos, e o conceito de bens simbólicos de Pierre Bourdieu. Utiliza ainda a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, revisitada por Luiz Ugeda a partir do Geodireito, para perceber o fato (ocupação tradicional), o valor (proteção cultural e identitária) e as normas em colisão. Metodologicamente, combina o Método de Análise de Decisões (MAD) em processos judiciais e administrativos,

cartografia étnica para representar espacialidades e fluxos do axé, e fotografia documental com inspiração etnográfica.

Dois casos emblemáticos foram analisados: o do Terreiro Ilê Axé Icimimó Aganju Didê, alvo de invasões, incêndios e exploração ilegal por uma empresa munida de registros dominiais frágeis, e o do Terreiro Viva Deus, onde a disputa sucessória entre irmãos transbordou para o campo fundiário, gerando ação de reintegração de posse. Ambos confirmam a hipótese da pesquisa sobre a coexistência — e muitas vezes colisão — entre regimes normativos distintos. A judicialização revela-se, assim, arena de disputa simbólica e normativa, onde se confrontam capital jurídico, econômico e religioso ancestral.

A partir desses achados, recomenda-se o reconhecimento formal das normatividades ancestrais nos processos administrativos e judiciais, a adoção de cartografia participativa étnica como instrumento metodológico e político, e a instituição do Testamento Awó, inspirando lideranças a registrar parâmetros rituais e fundamentos do axé, conciliando tradição e direito estatal. Conclui-se que proteger os territórios das comunidades tradicionais de terreiro é garantir a continuidade de memórias, identidades e modos próprios de existência, construindo caminhos para uma epistemologia do direito de terreiro, sensível à pluralidade normativa e à centralidade política dos povos de orixá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Milton Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios invisíveis do Brasil africano: cartografia étnica, territorialidade e patrimônio cultural. Brasília: IPHAN, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

UGEDA, Luiz. Geodireito: o direito achado na cartografia. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

COMER E “REZAR”: AS CONFLUÊNCIAS DE OGUM E OXÓSSI NO ASSEGURAMENTO AO COMBATE À INSEGURANÇA DO ALIMENTO.

Jackson Santos das Virgens

(Instituto Federal de Educação, Ciências) - sprofjackson@gmail.com
Graduando em Licenciatura em Geografia. Discente Associado
ao AGB (Associação dos Geógrafos/as Brasileiro/a).

O alimento dentro desta instituição religiosa é de extrema importância e de grande significado litúrgico e ancestral. A comida de candomblé é um vetor que desde o seu preparo é um condutor de axé (energia vital, que transborda e é transferido para o orixá), a sua distribuição que também trás esse manifesto do axé entre os povos de candomblé e os orixás até o consumo, que vai está diretamente ligado ao sustento do corpo, ou seja, a percepção da necessidade biológica do corpo ser nutrido e pelo viés religioso, o axé que foi movimentado em todas as etapas vai ajudar no desenvolvimento espiritual de quem consome o alimento. A produção do alimento dentro do terreiro de candomblé, é viabilizado na primeira instância ao sagrado, ou seja ao orixá regente que será cultuado. A significância de tratar da perspectiva do alimento do candomblé sobre a visão de dois orixás imoles (divindades primordiais do culto aos orixás) é de extrema importância, pois são nesses dois que se interpelam às continuidade dos alimentos dentro do terreiro, ou seja, onde se preza a primazia do servir o alimento em fartura. Compreendendo que mesmo existindo a confluência entre ambos orixás, ao que gere o fator alimento, ambos são também reconhecidos como orixás Odés, ou seja, orixás que estão intimamente ligados à caça. O que vai diferir a relação de como os alimentos serão vistos, ou melhor, caracterizados entre eles vai ser pela simples construtiva religiosa. Onde Oxóssi será intimamente ligado à prosperidade e fartura do alimento e Ogum será o senhor da tecnologia e do ferro, é para além desses atributos, ele foi considerado o primeiro orixá a ter vínculo com a agricultura. E é nesse ponto em específico que existe a confluência desses orixás na partilha do alimento para com todos (sendo esses todos, os seres humanos). Enquanto Oxóssi operacionaliza e arquiteta a caça para que haja a fartura, Ogum por outro lado ensinou aos homens o intelecto do plantio e da colheita, como vai contar os itãs (histórias sobre os orixás). Transitando na narrativa das confluências desses orixás na perspectiva de contribuir no combate a insegurança alimentar, o povo de terreiro, em evidência o povo de candomblé, oferta os seus alimentos em abundância (fartura) e no que tinge aos moldes da agricultura, alimentos que são sustentáveis. Ponto

de ligação estratégico da sustentabilidade dos alimentos ofertados é a famosa feijoada de Ogum, que nasceu na prerrogativa de ajudar aos mais necessitados. Este trabalho emerge com o objetivo de linkar os alimentos produzidos no Candomblé — que atuam como uma forma de combate à insegurança alimentar — com os territórios onde são produzidos, inseridos os aspectos ancestrais (comunidades tradicionais) e o aspecto cultural. Analisando que por muito tempo, essa dimensão cultura, sempre foi abordada sob uma perspectiva eurocêntrica, que silenciou e marginalizou os corpos e saberes de povos tradicionais que sempre produziram cultura no Brasil. Hoje, novas proposições e provocações emergem desses sujeitos, que passaram a ocupar um protagonismo legítimo, antes fundamentalizado exclusivamente pela academia. Compreende-se que a distribuição dos alimentos típicos do Candomblé — seja o caruru de Cosme e Damião, seja o acarajé de Santa Bárbara — não apenas contribui para o combate à insegurança alimentar, mas também é uma forma de manifestação da fé e resistência cultural. Essa prática gerou um sincretismo religioso que perdurou por muito tempo, porém, muitas vezes, apagou a verdadeira autoria e protagonismo do povo de terreiro, que realiza as devidas partilhas desses alimentos. A metodologia adotada na construção dessa pesquisa é social de base qualitativa, com ênfase no levantamento documental e bibliográfico, é fundamental para o avanço do conhecimento acadêmico. Trata-se de uma abordagem que não apenas aprofunda a compreensão do pesquisador sobre o tema investigado, mas também estabelece uma base sólida para novas reflexões e saberes que podem impactar positivamente a sociedade. O compromisso com esse método constitui um passo essencial para todo acadêmico que busca contribuir de forma significativa para o seu campo de estudo. Logo o candomblé mantém uma relação significativa com a luta contra a insegurança alimentar, especialmente por meio da distribuição de alimentos durante as festividades nos terreiros. Nesses momentos, a comida assume um papel central, sendo partilhada entre todos os presentes — adeptos ou visitantes — como parte dos rituais e celebrações, o que reforça o caráter social e comunitário dessas práticas religiosas. Para além das festividades, muitas casas de Candomblé realizam campanhas de arrecadação de alimentos não perecíveis para a montagem de cestas básicas, que são destinadas às comunidades do entorno. Essas ações evidenciam o compromisso social das religiões de matriz africana com o cuidado coletivo, a solidariedade e a promoção do bem-estar comunitário.

CURA CANTADA: AS MULHERES BENZEDEIRAS DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

Ana Caroline Almeida Marques

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA) - itscarolalmd@gmail.com
Graduanda em Licenciatura em Química na
Universidade Estadual de Feira de Santana

Marta Alencar dos Santos

(Universidade Estadual de Feira de Santana) - masantos1@uefs.br
Doutora em Educação pela UFBA. Docente na Universidade de Feira de
Santana e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Corpo-Território Decolonial

A pesquisa investiga o papel das benzedadeiras das comunidades de Tapera de Mercês e Coqueiro, em São Gonçalo dos Campos/BA, na preservação dos saberes tradicionais e na alfabetização científica local. Através de entrevistas e escutas sensíveis, serão registradas suas histórias, rezas, cantigas e o uso de plantas nas práticas de cura. O estudo busca valorizar a tradição oral, fortalecer a memória coletiva e reconhecer esses saberes como formas legítimas de produzir ciência. A proposta inclui ainda a produção de um minidocumentário como forma de divulgação e valorização cultural.

ENTRE FOLHAS E PRECES: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES COM BANHOS DE FOLHAS E PRÁTICAS DE BENZIMENTOS NO ENSINO MÉDIO

Diêgo Cruz Argôlo

(SEC-BA) - diargolog@gmail.com

Formado em Biologia. Mestre em Educação pela
Universidade Federal de Minas Gerais

Laureci Ferreira da Silva

(SEC-BA/ NELT-UFBA/GENTES) - laurecifs@ufba.br

Formada em Letras. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Este estudo apresenta um dos resultados da pesquisa de mestrado de um dos autores, realizada entre 2022 e 2024, no âmbito do Programa de Mestrado em Educação e Docência (PROMESTRE), da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa também teve como objetivo estudar a cultura dos rituais de banhos de folhas sacrais e medicinais, à luz dos estudos decoloniais e do letramento racial crítico, incluindo a imersão em diferentes espaços ancestrais, que fazem parte das oficinas, denominadas, neste estudo de recursos educacionais, com destaque para a vivência com benzedeiras.

Esta investigação tem como universo as práticas educativas do Colégio Estadual Luiz Viana Filho – CELVF, no município de Candeias-BA - Brasil. O intuito era que os/as estudantes e o professor-pesquisador discutissem e refletissem sobre o silenciamento e o cerceamento das práticas de benzimento no ambiente e na comunidade escolar.

Dessa forma é necessário compreender o CELVF como um ambiente marcado pela diversidade cultural, composto por indivíduos de distintas etnias, gêneros, faixas etárias, origens e realidades socioeconômicas. Com isso, gestores, docentes, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar foram chamados a reconhecer e valorizar essa pluralidade, promovendo um diálogo que abrange diferentes momentos e espaços em que construímos nossa humanidade como a família, o trabalho, o lazer, os vínculos de amizade e a trajetória pessoal de cada sujeito (Gomes, 2000).

O Letramento Racial Crítico (LRC) foi escolhido para ancorar este projeto e todo desenvolvimento do estudo, porque visa analisar e entender como são formadas as relações de poder e de dominação e como elas interferem na modificação das identidades de raça e a

partir disso, como essas identidades, as quais são forjadas, atuam na sociedade. (Pereira; Lacerda, 2019)

A pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, valendo-se de diferentes métodos: o autoetnográfico (Silva, 2017), por meio do qual o professor, ao atuar simultaneamente como pesquisador e participante da investigação, reflete sobre si mesmo a partir de seu contexto sociocultural e o cartográfico (Lírio, 2010), que favorece o acompanhamento e o registro contínuo das etapas do percurso formativo dos/as estudantes, captando os acontecimentos no instante em que ocorrem e gerando múltiplas reflexões e perspectivas.

Vale ressaltar que a vivência com a benzedeira Anair e os rituais de benzimento que ela praticou nos estudantes fez com que eles derrubassem estigmas e preconceitos. Com essa vivência houve uma mudança, nos/as aprendizes, no modo de pensar e agir sobre a cultura dessas mestras da cultura popular.

Por fim, essa ação com a Benzedeira promoveu o diálogo entre os conhecimentos da medicina científica, dos saberes ritualísticos da medicina popular, do conhecimento de mundo dos aliados/as e dos rituais de banhos de folhas do candomblé. Aqui, houve a inclusão dos diversos tipos de conhecimentos, nenhum foi subestimado e nem subalternizado.

MINHA LÍNGUA É O MEU LUGAR

José Heleno Ferreira

(Rede Brasileira de Educação em Direitos) - zeheleno.ferreira@gmail.com
Formado em Filosofia (INESP), doutor em Educação (PU MG). Membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. Professor de Ciências Humanas na Rede Municipal de Ensino de Divinópolis MG

Trabalho realizado com uma turma de adolescentes do 6º ano do ensino fundamental composta por 33 meninos e meninas, sendo 18 deles(as) moradores(as) de bairros no entorno da unidade escolar e 15 moradores(as) de uma comunidade rural. A motivação para a realização do trabalho foi o a ocorrência de conflitos entre meninas e meninos urbanos e meninas e meninos da zona rural, sendo, os(as) últimos(as), objetos de deboche e diversas formas de humilhação. O sotaque, as histórias que se contavam, o vocabulário... enfim, em momentos de conflito tudo isso era objeto de ridicularização, afinal, “os subalternos e oprimidos carregam a sua história inscrita no corpo, no gesto, nos atos, nas ações, na paisagem e também na palavra” (Mancilla, 2017, p. 364).

Inicialmente, trabalhou-se obras infanto-juvenis que problematizam os conceitos diversidade, igualdade, diferenças e desigualdades. Em seguida, os conceitos cultura, cultura erudita, cultura popular e cultura de massas a partir de textos elaborados pelo próprio professor. Posteriormente, foram objetos de análise o calendário de festividades da cidade, disponibilizado pela Prefeitura Municipal e outros materiais da Secretaria Municipal de Cultura que apresentavam os “pontos culturais” da cidade.

A problematização da ausência das festas populares gerou uma série de questionamentos, a partir dos quais cada pré-adolescente produziu um inventário cultural do local em que vivia. A partir desses inventários, considerando as citações feitas às festas juninas, foi exibido o documentário “Nosso Divino São João”, produzido pelo professor, sobre as festas de São João na comunidade rural em que viviam 15 meninos(as) do grupo.

As muitas perguntas respondidas pelas mulheres e pelos homens sobre o significado dos ritos populares evidenciaram os saberes populares e possibilitou um profícuo debate em torno da valorização/desvalorização dos saberes de cada grupo social a partir do local em que vivem, da variante linguística que utilizam, da classe social a qual pertencem.

MULHERES NO COMANDO DO RITMO - COLETIVO DE 100 MULHERES PERCUSSIONISTAS TOCANDO NO CARNAVAL DE SALVADOR/2025

Sarah Cherubim

(Grupo Filhas do Som) - ahqdance@gmail.com

Sarah Cherubim é formada em Educação física pelo Claretiano;
em Teatro Musical pela Thymeli-escola de dança, teatro e
música e pesquisadora das culturas populares;

Este relato tem a intenção de partilhar a experiência em ter tocado com 100 mulheres percussionistas no carnaval de 2025 em Salvador-BA, pela regência da mestra Rose Ratinha, nascida e criada no bairro do Candeal, onde ainda reside, dá aula e é fundadora do grupo de percussão feminina Filhas do Som.\r\nCarlinhos Brown deu o desafio a Rose Ratinha de eleger, reger e tocar com 100 mulheres percussionistas no arrastão (quarta-feira de cinzas) no carnaval de 2025, intitulado como grupo percussivo Fé-Menina. Este evento foi algo inédito no meio da percussão feminina e do carnaval de Salvador.\r\n

REFLEXÕES SOBRE O SAMBA DE RODA E AS RELIGIOSIDADES DE MATRIZ AFRICANA, CATÓLICA POPULAR E INDÍGENA: UMA CONEXÃO DE MEMÓRIAS, SABERES E RESISTÊNCIA

Reginalva dos Santos Bruno

(Universidade Federal da Bahia) - eginalvabruno@hotmail.com
Formada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS e Mestra em Educação pela UEFS. Professora da Rede Estadual.

O Presente texto apresenta um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no curso de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA/PGEDU) e tem como objetivo refletir sobre as relações que se estabelecem entre o samba de roda e as religiosidades de matriz africana, católica popular e indígena, destacando suas contribuições para a conexão de memórias, saberes e resistência. Nesse sentido, optamos por uma abordagem crítica e reflexiva, com base em referenciais teóricos, tais com ABIB (2019) ALEXANDRE (2017), BAKKE (2007), DÖRING (2004), FREIRE (1987), IYANAGA (2012), NUNES (2022), SANDRONI (2007), SODRÉ (1998), WALSH (2013), entre outras e outros pesquisadores. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores que discutem sobre samba de roda e aspectos das religiosidades cujos resultados apontam para o grande potencial dessa temática como ferramenta educativa e de interconexão com a educação popular e decolonial. Assim, propõe-se na sistematização desse texto, salientarmos que o samba de roda como uma prática cultural que, para além da musicalidade e da dança, carrega memórias, espiritualidades e saberes ancestrais, especialmente em comunidades e festividades do Recôncavo Baiano, como as que envolvem, por exemplo o chamado Milagre de São Roque, Festa da Boa Morte em Cachoeira na Bahia, dentre outros lugares, festas e ocasiões, que constitui-se em espaços de expressão simbólica, no qual se entrelaçam elementos das tradições africanas, das influências do catolicismo popular e de traços da cultura religiosa dos indígenas. Nesta perspectiva, a problemática do presente texto é refletir quais as relações que se estabelecem entre o samba de roda e as religiosidades brasileiras. E como podemos apreender, isso se faz presente observando-se em destaque elementos como os cânticos, rituais, indumentárias, gestualidades e a própria circularidade da roda que podem ser analisadas como formas de preservação da tradição, identidade e resistência. Assim, a abordagem proposta enfatiza sobre como essas relações se manifestam nos modos de ser e de viver

das comunidades e territorialidades que preservam o samba de roda como um patrimônio cultural, espiritual e educativo, promovendo o reconhecimento e a valorização das heranças das religiosidades de matriz africana, católica popular e indígena no âmbito da educação e das culturas populares.

REFERENCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Culturas populares, educação e descolonização. Revista Educação em Questão, v. 57, n. 54, 2019.

ALEXANDRE, Claudia Regina. Exu e Ogum no Terreiro de Samba: um estudo sobre a religiosidade da Escola de Samba Vai-Vai. São Paulo, 2015. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião. SP: Pontifícia Universidade Católica. PUC, 2017.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. Tem orixá no samba: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 85-113, 2007.

DÖRING, K. O Samba da Bahia - tradição pouco conhecida. ICTUS (PPGMUS/UFBA), v. 5, p. 7, 2004.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IYANAGA, Michael. Alegria é devoção: sambas, santos e novenas numa tradição afro-dia da Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2021.

NUNES, Erivaldo Sales. Samba de roda da Bahia: pra gente aprender. Salvador: EDUFBA, 2022.

SANDRONI, Carlos e SANT'ANNA M., (Org). Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Brasília: IPHAN, 2007.

SODRÉ, Muniz. Samba: o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

VI SEMINÁRIO

PRO

CULTURAS POPULARES, TERRITÓRIOS & ENCRUZILHADAS

APOIO:



PROEXT



Secretaria de Turismo,
Cultura, Esporte e Lazer



APOIO INSTITUCIONAL:



FUNDAÇÃO CULTURAL
ESTADO DA BAHIA



APOIO



APOIO INSTITUCIONAL

